

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO - PACE:
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS NA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

Bolsista: Leonice Maquiné Nunes Gonçalves, CNPq

MANAUS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/052/2009
PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO – PACE:
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS NA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

Bolsista: Leonice Maquiné Nunes Gonçalves, CNPq
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Perales Mendes Silva
Coorientadoras: Ivamar Moreira da Silva
Márcia Irene Pereira Andrade

MANAUS
2010

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia e se configura como um projeto que compõe a linha de pesquisa Avaliação de Impactos Sociais do referido grupo.

RESUMO

Nossa vida está intimamente ligada aos recursos que o nosso planeta oferece: ar, água, terra, minerais, planta, animais. As nossas civilizações estão hoje ameaçadas porque utilizamos mal os recursos e perturbamos os sistemas naturais. É frente ao universo acima delineado que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por via da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), desenvolve o programa de extensão universitária intitulada “PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO (PACE), que visa intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, de modo que aquela desempenhe o papel reflexivo e transformador que lhe cabe no interior desta. Dentre as temáticas desenvolvidas pelo PACE cabe aqui apresentarmos o meio ambiente como temática desta pesquisa, onde foram selecionadas duas atividades extensionistas, I Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade e a II Nossas águas na UFAM, as mesmas trabalham com o tema desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Para tanto, a metodologia utilizada abarcou as abordagens quanti-qualitativa, com questões abertas e fechadas em todos os instrumentos utilizados, a saber: formulário padrão-aplicado junto ao coordenador do programa, formulário semi- estruturado aplicado junto à equipe técnica do programa, questionário semi-estruturado aplicado junto aos comunitários que participam das ações desenvolvidas pelo programa. A coleta de dados foi realizada no período de abril a maio de 2010. Dos resultados, algumas considerações merecem destaque: verificou-se que o programa não atingiu a quantidade de bolsas disponibilizadas às atividades pelo programa e ainda foi identificada a falta de capacitação por parte do programa aos funcionários e bolsistas do projeto. Mas, mesmo diante de algumas limitações, o programa tem fomentado mudanças significativas na vida dos beneficiários, favorecendo a melhoria da qualidade de vida. Ademais, o programa PACE efetiva e fortalece o compromisso social da UFAM por meio de suas atividades-fim, tendo como pano de fundo seu potencial transformador. Assim, conclui-se que, para as potencialidades do Programa serem confirmadas, devem ser adotadas estratégias pontuais para potencializar a execução plena dos objetivos propostos, condição para fortalecê-lo e consolidá-lo como um programa de extensão da UFAM.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação de impactos sociais, meio ambiente, extensão universitária.

SUMMARY

Our life is closely linked to resources that our planet offers: air, water, land, minerals, plants, animals. Our civilizations are threatened today because we use the resources and badly upset the natural systems. It is opposite the universe outlined above the Federal University of Amazonas (UFAM), through the President's Office of Extension and Internalization (PROEXT), develops the university extension program entitled "ACTIVITY PROGRAM CURRICULUM EXTENSION (PACE), which aims to strengthen the connection between university and society, so that plays the role reflective and transforming it fits inside it. Among the themes developed by PACE fits here we present the environment as a theme of this research, which were selected two extension activities, I Water without borders: life and livelihood of mankind and II UFAM Our waters in the same work with the theme of sustainable development and environmental education. Therefore, the methodology encompassed quantitative and qualitative approaches, with open and closed questions in all instruments, namely: standard form used by the program coordinator, a semi-structured form applied with the team's technical program, questionnaire Semistructured applied together to participate in Community actions undertaken by the program. Data collection was performed during April-May 2010. Results, some considerations are worth mentioning: it was found that the program has not reached the amount of scholarships available to the program and activities was also identified lack of training by the program to employees and fellows of the project. But even with some limitations, the program has fostered significant changes in the lives of beneficiaries, favoring the improvement of quality of vida. Ademais, the PACE program effectively and strengthen the social commitment of UFAM through its core activities, taking as background of its transformative potential. Thus, we conclude that for the potential of the Programme be confirmed, should be adopted ad hoc strategies to leverage the full implementation of the proposed objectives, ability to strengthen and consolidate it as an extension program of UFAM.

Keyword: Social Impact Assessment, Environment, University Extension

LISTA DE SIGLAS

ACE	Atividade Curricular de Extensão
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
PACE	Programa Atividade Curricular de Extensão
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	ACE's por área temática 2º semestre 2009	63
Gráfico 02	Meio Ambiente ACE's: um salto quantitativo de 2008 para 2009.	64
Gráfico 03	Planejamento das atividades da ACE I	80
Gráfico 04	Planejamento das atividades da ACE II	80
Gráfico 05	Periodicidade do planejamento das atividades do projeto - ACE I	81
Gráfico 06	Periodicidade do planejamento das atividades do projeto - ACE II	81
Gráfico 07	Participantes do processo de planejamento das atividades do projeto - ACE I	83
Gráfico 08	Participantes do processo de planejamento das atividades do projeto, ACE II	83
Gráfico 09	Apoio da Universidade quanto à suficiência dos recursos – ACE I	85
Gráfico 10	Apoio da Universidade quanto à suficiência dos recursos – ACE II	85
Gráfico 11	Avaliação das atividades da ACE I	87
Gráfico 12	Avaliação das atividades da ACE II	87
Gráfico 13	O programa apresenta características interdisciplinares? ACE I	97
Gráfico 14	O programa apresenta características interdisciplinares? ACE II	97
Gráfico 15	Áreas de conhecimento de atuam no programa, ACE I	98
Gráfico 16	Áreas de conhecimento de atuam no programa, ACE II	98
Gráfico 17	Você sabe quais os principais objetivos da ACE I?	101
Gráfico 18	Você sabe quais são os principais objetivos da ACE II”?	101
Gráfico 19	Medida em que a ACE I alcança seus objetivos	102
Gráfico 20	Medida em que a ACE II alcança seus objetivos	102
Gráfico 21	Contribuição da ACE I em relação à água	104
Gráfico 22	Contribuição da ACE II em relação à água	105
Gráfico 23	Impactos produzidos pela ACE I na formação profissional	107
Gráfico 24	Impactos produzidos pela ACE II na formação profissional	107
Gráfico25	Impactos produzidos pela ACE I na vida dos beneficiários	109
Gráfico26	Impactos produzidos pela ACE II na vida dos beneficiários	109
Gráfico 27	Para você a ACE I traz benefícios a longo, médio ou curto prazo?	111

Gráfico 28	Para você a ACE I traz benefícios a longo, médio ou curto prazo?	111
Gráfico 29	Beneficiários da ACE I quanto à escolaridade	115
Gráfico 30	Beneficiários da ACE II quanto à escolaridade	115
Gráfico 31	Beneficiários da ACE I quanto à situação financeira	116
Gráfico 32	Beneficiários da ACE II quanto à situação financeira	116
Gráfico 33	Você é convidado para fazer o planejamento do projeto da ACE I	117
Gráfico 34	Você é convidado para fazer o planejamento do projeto da ACE II	117
Gráfico 35	Os responsáveis pelo projeto (ACE I) são preparados para desenvolver as atividades?	119
Gráfico 36	Os responsáveis pelo projeto (ACE II) são preparados para desenvolver as atividades?	119
Gráfico 37	O número de pessoas envolvidas na ACE I é suficiente para desenvolver as atividades propostas pelo projeto?	121
Gráfico 38	O número de pessoas envolvidas na ACE II é suficiente para desenvolver as atividades propostas pelo projeto?	121
Gráfico 39	Quais as atividades que você participa pela ACE I?	122
Gráfico 40	Quais as atividades que você participa pela ACE II?	122
Gráfico 41	Foi comunicado que este projeto é de extensão universitária? ACE I	124
Gráfico 42	Foi comunicado que este projeto é de extensão universitária? ACE II	124
Gráfico 43	Você gostou da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão na temática Meio ambiente? ACE I	126
Gráfico 44	Você gostou da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão na temática Meio ambiente? ACE II	126
Gráfico 45	O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvido pela UFAM? ACE I	128
Gráfico 46	O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvido pela UFAM? ACE II	128
Gráfico 47	Você é favorável que a ACE I seja renovada?	132
Gráfico 48	Você é favorável que a ACE II seja renovada?	132
Gráfico 49	Como você avalia a ACE I?	134
Gráfico 50	Como você avalia a ACE II?	134
Gráfico 51	O projeto precisa melhorar suas atividades? ACE I	135
Gráfico 52	O projeto precisa melhorar suas atividades? ACE II	135
Gráfico 53	O que mudou na vida do beneficiário da ACE I	137

Gráfico 54	O que mudou na vida do beneficiário da ACE II	137
------------	---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Principais Encontros Internacionais sobre o Meio Ambiente	24
Quadro 02	Programas de Extensão da Universidade Federal do Amazonas – PROEXTI	38
Quadro 03	Temporalidade da Avaliação	44
Quadro 04	Deslindando os critérios avaliativos	44
Quadro 05	Instrumentais de pesquisa	53
Quadro 06	Indicadores que vão contribuir para a pesquisa avaliativa.	54
Quadro 07	Indicadores e Variáveis da Pesquisa.	56
Quadro 08	Universo de Pesquisa: amostra final.	57
Quadro 09	Universo de Pesquisa: amostra 2	58
Quadro 10	Objetivos da ACE Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade.	66
Quadro 11	Etapas da ACE.	67
Quadro 12	Cronograma de Atividades da ACE Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade	68
Quadro 13	Objetivos da ACE Nossas Águas na UFAM	69
Quadro 14	Avaliação da equipe técnica das ACE's quanto aos recursos	86
Quadro 15	Percepção da equipe técnica sobre o processo de avaliação	89
Quadro 16	Pontos fortes levantados pela equipe técnica das ACE's	90
Quadro 17	Pontos frágeis encontrados pela equipe técnica das ACE's	92
Quadro 18	Produções do projeto “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade”	99
Quadro 19	Produções do projeto “Nossas Águas na UFAM”	99

Quadro 20	Percepção dos beneficiários pesquisados acerca dos pontos fortes e frágeis das ACE”s.	129
Quadro 21	Aprendizado dos beneficiários a partir da ACE.	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0 CAPÍTULO I - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, MEIO AMBIENTE E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL?	17
1.1 Meio ambiente: “encontros” e “desencontros” para a sustentabilidade através da educação ambiental.	18
1.1.2 Brasil: um país em busca da sustentabilidade?	27
1.2 Extensão Universitária: espaço privilegiado transformador através da reflexão e ação crítica.	33
1.2.1 Extensão institucionalizada na Universidade Federal do Amazonas – UFAM: uma conquista.	36
1.3 Avaliação: um processo contínuo de aprimoramento	42
2.0 CAPÍTULO II – A ESTRUTURA DE UM TRABALHO CIENTÍFICO	48
2.1 Metodologia: Caminhos pensados da teoria para o desafio da prática.	48
2.2 Fases da Pesquisa: o caminhar mútuo na complementaridade	51
2.2.1 Fase da Pré-implementação: a qualificação do projeto	51
2.2.2 Implementação: Pesquisa de campo: coletando os dados	57
2.2.3 Pós-implementação: Tratamento e análise dos dados	58
3.0 CAPÍTULO III - EXPLICANDO, DISCUTINDO E DEMONSTRANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA	60
3.1 Histórico do Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE: Vamos conhecê-lo?	61
3.2 Águas sem Fronteiras: Vida e Sustento da Humanidade	65
3.3 Nossas Águas na UFAM	69
3.4. Análise de dados: avaliando para aprimorar	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	151

INTRODUÇÃO

Educar para transformar significa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade

Carlos Loureiro

Os debates e as polêmicas sobre o meio ambiente alcançam grande relevância na atualidade devido aos impactos ambientais causados pelo desenvolvimento econômico. Na história da humanidade jamais se teve tanta informação, tecnologia e recursos. A vida das pessoas depende dos recursos que o nosso planeta apresenta: ar, água, terra, minerais, planta, animais, assim a influência da dimensão do impacto humano sobre a Terra está atrelada ao número de pessoas existentes e da quantidade de recursos utilizados, visto que o uso máximo de recursos que o planeta ou uma determinada região pode sustentar define a sua capacidade de provisão (Magrini, 2001)

Sabe-se que essa capacidade é aumentada pela agricultura e pela tecnologia, no entanto, isto ocorre em geral à custa de uma enorme redução da diversidade biológica ou da perturbação de processos ecológicos, inteiramente relacionada com esta provisão que é limitada pela capacidade da natureza de se recompor ou absorver resíduos de modo seguro.

Nesse sentido, as nossas civilizações estão hoje e, conseqüentemente, as futuras encontram-se ameaçadas se utilizarmos mal os recursos, bem como devastarmos os sistemas naturais. Isto representa que a geração atual pressiona a Terra até os limites de sua capacidade, residindo daí a necessidade de se refletir acerca do conceito de sustentabilidade.

Assevera-se que devido aos impactos causados por esse desenvolvimento emerge a questão ambiental que tem levado a sociedade a repensar o seu modo de viver, colocando em

risco antigos padrões e fazendo emergir um novo modelo de sociedade, desencadeando novos rumos na priorização dos aspectos da natureza em conformidade com o âmbito social.

Quando se procura refletir ou problematizar acerca do meio ambiente deslinda-se que isto é uma tarefa difícil e complexa, pois dentre as várias questões contemporâneas que se articula a temas como exclusão social, pobreza, injustiças sociais, este tema é desafiador, complexo e suscita imensas polêmicas já que estes elementos encontram-se imbricados

Segundo Magrini (2001), a evolução da política ambiental pode ser descrita através de importante marcos de referência, isto é, grandes acontecimentos internacionais ocorridos a partir da segunda metade do século XX, que influenciaram o curso das políticas ambientais no mundo e, conseqüentemente, no Brasil.

Esses acontecimentos têm dado um novo rumo à questão ambiental, no sentido de trazer à tona o debate sobre a enorme pressão que o homem comete na natureza e as dramáticas conseqüências desencadeadas por essas ações. Tais encontros, ainda que em passos lentos, têm sido de grande valor e relevância traduzindo-se em desenvolvimento de políticas ambientais.

A Constituição de 1988 no seu artigo 225 garante que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e cabe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

Nessa esteira, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), via Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), desenvolve o programa de extensão universitária intitulada “PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO (PACE)”, que visa intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, de modo que se desempenhe o papel reflexivo e transformador que lhe cabe no interior desta.

Dentre as áreas desenvolvidas pelo PACE destaca-se a do meio ambiente, temática desta pesquisa, onde são desenvolvidas ações curriculares de extensão voltadas para o desenvolvimento

sustentável e educação ambiental. Entretanto, faz-se necessário problematizar qual tem sido a efetividade das ações desenvolvidas pelo PACE?

Em vista disso, realizou-se um estudo avaliativo, de caráter quanti-qualitativo, sobre o conjunto de ações que envolvem o Programa citado, para que se possa aferir de forma sistemática como está se processando o trabalho realizado pelo PACE, incluindo-se aí quais são os seus impactos junto aos beneficiados.

Deslinda-se que a presente proposta é norteada pelo entendimento de que avaliar os impactos do referido programa de extensão universitária, na área temática Meio Ambiente, constitui-se em uma matriz de potencialidades, um mecanismo de cidadania, organização e participação social e comunitária, e também de desenvolvimento sustentável, já que como compromisso social a Universidade deve fomentar propostas que promovam a construção de valores, de gestão democrática, de inclusão e desenvolvimento social e sustentável.

Em consonância com esses pressupostos a presente pesquisa sustenta-se no objetivo geral que visa: Avaliar o PROGRAMA ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSAO (PACE), vinculado à Universidade Federal do Amazonas, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), com ênfase nos projetos da área temática meio ambiente, município de Manaus – no segundo semestre de 2009, bem como os objetivos específicos versam: 1) Contextualizar historicamente a emergência e implementação do programa, além de conhecer a natureza, os objetivos, a metodologia, bem como a equipe profissional envolvida no programa; 2) Identificar os projetos que definem como área prioritária o campo temático meio ambiente a fim de avaliar a compatibilidade dessas atividades com as ações e objetivos propostos; 3) Verificar se o programa coaduna-se com o que é preconizado pela Política de Extensão da UFAM; 4) Analisar os desdobramentos do programa na vida de seu público-alvo.

Importa mencionar que a presente pesquisa integra a linha temática *Avaliação de Impactos*, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA), vinculado ao CNPq, desde 2001. Assim como, este estudo complementa uma sequência de pesquisas avaliativas, já desenvolvidas sobre os programas de extensão comunitária da UFAM, como por exemplo, a avaliação de impactos do PROAMDE, PROGRAMA ENCONTRO, DIMINUINDO CONTRATES, PROASI, CASA DA FÍSICA, ratificando o que preconiza a Política Nacional de Extensão Universitária, bem como a Política de Extensão e Interiorização da UFAM.

Destarte, este estudo justifica-se na medida em que é salutar fortalecer e consolidar uma cultura de avaliação de Políticas, Programas e Projetos sociais. Assim como, sua relevância acadêmica funda-se na importância de avaliar um programa de extensão universitária, seus impactos na vida dos beneficiados da ação, seus impactos na formação acadêmica dos discentes cuja finalidade reside na máxima fidelidade ao que preconiza a Constituição Federal de 1988 acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A catênuia deste relatório final de pesquisa encontra-se detalhada como segue:

No Capítulo I - Extensão Universitária, Meio Ambiente e Avaliação de Impactos Sociais: uma relação sustentável? = Trabalha-se a fundamentação teórica deste estudo. Neste momento procura-se aprofundar o referencial teórico da presente pesquisa, com ênfase nas suas principais categorias: Meio Ambiente, Extensão Universitária e Avaliação de Impactos Sociais.

No Capítulo II – A estrutura de um trabalho científico = Expõe-se os procedimentos metodológicos com a finalidade de apresentar o *caminhar* metodológicos da investigação científica.

No Capítulo III: – Explicando, discutindo e demonstrando os resultados finais da pesquisa = Traz o resultado final da coleta de dados e informações. Além disso, os resultados finais

contemplam, a pesquisa documental feita na Pró- Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas sobre o PACE e as Atividades Curriculares de Extensão – ACE's, na área temática meio ambiente. Em seguida, são expostos as referências, e os apêndices.

Para finalizar, ratifica-se que este estudo encontra-se *preche* de limites, desafios e possibilidades para sua realização, assim como o produto, ou melhor, o resultado da pesquisa deve ser entendido como um processo que, apesar de ter início, meio e fim, nunca se esgota, sendo sempre provisório. Talvez, resida neste ponto a magia, o fascínio da pesquisa.

CAPÍTULO I

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, MEIO AMBIENTE E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL?

No meio ambiente havia um homem. Havia um homem no meio ambiente que dele nasceu e nele cresceu. No meio ambiente havia um homem que dele um dia proclamou-se independente. Nunca me esquecerei o meio ambiente passou a ser um meio que de inteiro virou meio.

Arthur Soffiati

A questão ambiental está no centro do debate devendo ser pensada sobre diversos prismas. Portanto, debater e refletir sobre essa temática de forma exaustiva e objetiva trata-se de uma tarefa inadiável.

Posto isto, este capítulo percorrerá as sendas do discurso sobre o meio ambiente, passando pelos conceitos e definições de sustentabilidade, ressaltando a importância da educação ambiental interligando essa discussão com a da Extensão Universitária e sua “nova” feição na atualidade finalizando assim, o debate com os pressupostos que desenham a avaliação de impactos como um imperativo ético.

Assim, parafraseando Bachelard (1974) este capítulo não irá privilegiar somente a teoria científica, como também nem só a ação, mas, sobretudo reconhecer a amálgama inexorável entre o pensar e a realidade.

1.1 Meio ambiente: “encontros” e “desencontros” para a sustentabilidade através da educação ambiental.

O tema sobre o Meio Ambiente está em pauta nos dias atuais e as discussões sobre a degradação ambiental e a redução de gases poluentes na atmosfera têm sido motivo de “encontros” e “desencontros” nos diversos eventos e conferências internacionais sobre este tema. Todavia, sabe-se que muito ainda há por fazer para que se chegue a acordos e medidas que possam fazer diferença no sentido de transformar a realidade existente. Porém, esse tema não emergiu do acaso e para entendermos as discussões do presente se faz necessário fazer um passeio histórico sobre as causas da degradação ambiental que exigiu um novo modelo de sociedade, pautada no uso sustentável dos recursos naturais. Para tanto, falar de meio ambiente exige que se trace um diálogo com os autores que discutem sobre esse tema e como cada um deles o percebe.

Reigota (2001) faz um estudo no sentido de descobrir o que vários autores pensam e como cada um deles conceitua meio ambiente, o que o leva a ter a noção de meio ambiente como uma representação social, chegando a definir meio ambiente como:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2001, p. 14).

Pode-se assim, perceber sobre a definição de meio ambiente apresentada pelo autor, que a relação homem/natureza se dá de maneira dinâmica, e que mediante esta relação é que se constrói os processos históricos e sociais por meio da transformação da natureza, resultando em padrões construídos ao longo da história, a cultura de cada povo e nessa interação envolve o processo de desenvolvimento da tecnologia ao longo dos tempos.

Assevera-se que será a partir do desenvolvimento industrial que o debate sobre a questão ambiental recebe uma atenção mais relevante. É nesse contexto que emerge a luta pela Educação Ambiental surgida pelos movimentos sociais, organizações não-governamentais, sociedade civil e empresas.

No século XX, o acelerado avanço tecnológico e o modo de vida que a humanidade desenvolveu romperam com o equilíbrio existente entre o homem e o meio natural, afetando profundamente a dinâmica dos ecossistemas.

Isto posto, a aguda crise ambiental por qual passamos na contemporaneidade está intimamente ligada ao padrão de desenvolvimento que a sociedade burguesa desenvolveu nos séculos passados. Este fator conduziu ao aparecimento de problemas ambientais locais, inclusive nos próprios países que o sustentam. Tais problemáticas atravessam fronteiras e se impõem globalmente, em todo o planeta, provoca uma elevada pobreza, sob a égide da exploração dos países centrais sobre os países periféricos, conseqüentemente, tida como causa principal da crise ecológica do mundo de hoje, uma vez que “[...] o crescimento econômico destrói riquezas biológicas incrementando o aquecimento global do planeta” (LEFF, 2001, p. 36).

No decorrer do século passado, a *consciência* de uma problemática ambiental foi aumentando progressivamente. A partir das bases sociais, passou-se para uma abordagem mais ambientalista em detrimento de um pensamento voltado apenas para uma preocupação em proteger a natureza como se o homem fosse isolado desse processo, desenvolvendo-se plenamente, na década de 90, uma nova visão ecologista.

Esta nova visão de natureza e sociedade constitui dois subsistemas intimamente relacionados e indissociáveis que obrigam a humanidade a repensar e a redefinir, seriamente, as formas atuais de medir a riqueza e o crescimento econômico, as tecnologias atuais, a redistribuição da riqueza mundial.

Reigota (2001) salienta que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a avaliamos e não no sentido de uma prática pedagógica preocupada com a transmissão de conhecimentos sobre a ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente o envolvimento dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Salienta-se que o crescimento da preocupação em torno das questões ambientais constituiu, nos anos 70, um motor para o empreendimento de novas políticas ambientalistas, destinadas a diminuir os problemas surgidos, porém o objetivo era manter o modelo econômico vigente, não havendo assim um maior envolvimento com os reais problemas ambientais.

No entanto, estas medidas tomadas se constituíam em mecanismos que ocultavam a verdadeira origem do problema ambiental mundial que reforçam o lucro de uma minoria. Portanto, as medidas implementadas implicavam em deslocar a problemática ambiental para os países do Sul que, submetidos ao domínio do Norte, que de certa forma foram forçados a receber as suas indústrias poluentes, a explorar os seus territórios, suplantando os meios existentes para a subsistência da população local, contribuindo enormemente para a pobreza e desencadeando danos ecológicos irreversíveis e a endividarem-se até limites impossíveis.

Perante o posto é que após um período de inúmeras tentativas, surgem novas propostas políticas que estabelecem novos parâmetros de análise e atuação. No final do século XX emerge um novo modelo de política ecológica cujo cerne reside na indissociabilidade na relação entre natureza e sociedade, o que preconiza um padrão de desenvolvimento que anseia por uma participação equitativa de todos os países, que adere ao desenvolvimento de uma tecnologia diferente. Essa exigência surge a partir das Conferências sobre o meio ambiente cujos debates reflexões e proposituras exigem um *novo* modo de viver que não seja pautado no modelo de crescimento indefinido e ilimitado, mas sim sustentável.

Leff (1999), afirma que a crise ambiental emerge como uma crise de civilização e é necessário questionar os paradigmas do conhecimento, bem como os modelos societários da modernidade sendo que para romper com a crise é necessário a construção de uma racionalidade social. Portanto, somente o saber ambiental poderá proporcionar uma mudança de paradigma pautado em novos valores e saberes, possibilitando que o modo de produção seja sustentado em bases ecológicas e significados culturais fundado em novas formas de organização democrática.

Ademais, as afirmativas apontadas por este autor advertem que somente por meio da transformação das *consciências* e dos comportamentos das pessoas que levará a uma transformação de ordem econômica, política e cultural. Para tanto, a educação apresenta-se como um processo estratégico carregada com todos os suportes necessários no sentido de orientar para a direção da sustentabilidade, pois “a produção sustentável emerge, assim, como novo objeto científico interdisciplinar e a educação ambiental como um instrumento para a construção da racionalidade ambiental” (LEFF, 1999 p. 114).

Loureiro (2004) compartilha do mesmo pensamento quando parte do pressuposto de que é necessário que a educação ambiental seja definida como uma matriz para que se veja a educação com um olhar transformador, que deve originar-se no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialética em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para uma nova sociedade.

Desde as últimas décadas do século passado começaram as denúncias e problematizações em relação às dicotomias da modernidade capitalista, com vistas a proporcionar uma abordagem transformadora da questão ambiental. Assim,

A vertente *transformadora* da educação ambiental começou a se configurar nos anos de 1980, pela maior aproximação de educadores, principalmente os envolvidos com educação popular e instituições públicas de educação, junto aos

milитantes de movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo (LOUREIRO, 2004, p. 67, grifos do autor).

Ademais, nos anos de 1980 ocorreu uma grande movimentação sob a égide dos movimentos sociais e ambientalistas no sentido de questionar o modelo de economia vigente. Porém, pergunta-se: que transformações ocorreram? Ou ainda, o que se tem feito de concreto para que se mude de paradigma e se trabalhe a educação ambiental como um importante mecanismo na busca de uma transformação sócio-ambiental?

Para responder a estes e outros questionamentos acerca dos impactos causados pelos movimentos sociais e ambientalistas faz-se necessário entender de onde tais movimentos emergiram. Sabe-se que cada grupo possui sua ideologia própria, assim como é possível que eles não possuam uma harmonia de idéias, visto que cada grupo tem em sua emergência uma luta de causa.

Consubstanciando essas premissas elencam-se alguns dos interesses que permeiam os movimentos sociais:

Movimentos antinucleares, movimentos pela defesa dos recursos e de resistência diante da deterioração ambiental ocasionada pelos projetos de desenvolvimento industrial; movimentos contra a hipertrofia e contaminação urbana; de prevenção dos desastres ambientais, inclusive através de uma correta disposição do lixo tóxico e perigoso; movimento de protesto contra os processos de criação de gado, contra o desmatamento e contra as práticas de monocultura, movimentos em favor da conservação da natureza, da diversidade genética dos recursos e das espécies biológicas em prol do desenvolvimento de tecnologias alternativas e da promoção de processos de autogestão (LEFF, 2001, p. 113)

Observa-se que os movimentos citados acima se caracterizam por sua composição pluralista, bem como também pela sua heterogeneidade em que seus atores sociais formam alianças a partir de objetivos comuns, em que esses muitos movimentos ambientalistas

apresentam uma estética que objetivam salvar o planeta de catástrofes ecológicas, todavia, percebe-se que muitas vezes esses movimentos deixam de questionar a ordem econômica que é o principal fator da crise ambiental.

Assim, o essencial na causa dos movimentos ambientalistas é que estes tenham o compromisso em questionar o desenvolvimento da sociedade, bem como reforçar os interesses globais de preservação. Portanto, não se pode ter uma visão reducionista da realidade da crise ambiental, visto que ela é derivada das questões econômicas, políticas e culturais.

Parte-se assim, para o entendimento que as respostas aos questionamentos anteriores encontram-se no desvelamento da “raiz” da crise ambiental, penetrando em origem e implicações que a provocaram numa perspectiva de totalidade.

Salienta-se que as pressões dos movimentos ambientalistas contribuíram para a ocorrência dos vários eventos sobre o meio ambiente, que demonstravam preocupações com o futuro do planeta e com a saúde de seus habitantes, uma vez que as ações do homem demonstravam o descompromisso com uma racionalidade ambiental.

Posto isto, elenca-se os principais encontros e conferências por ordem cronológica que se originaram principalmente no pós-guerra, a saber:

ANO	ACONTECIMENTO
1915	A UNESCO, organismo encarregado de divulgar e promover a educação ambiental, organizou em Belgrado a primeira reunião de especialistas em educação e áreas afins ligadas ao meio ambiente, para definir os seus objetivos, conteúdos e métodos. Nessa reunião foi elaborado o documento básico da Educação Ambiental, conhecido como Carta de Belgrado.
1962	O livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente como, por exemplo, o uso de pesticidas.
1968	Clube de Roma – cientistas dos países desenvolvidos reuniram-se para discutir o consumo de reservas dos recursos naturais renováveis e o crescimento da população mundial.
1970	Emergem questões centrais no contexto internacional que dizem respeito à compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Neste momento, o conceito de eco desenvolvimento ecoava com bastante vigor, pois visava transformar o

	desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, propondo o tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.
1972	Conferência de Estocolmo: marco principal nos acordos internacionais sobre os problemas de desenvolvimento de meio ambiente, reunindo representantes de 113 e cerca de 250 ONG's, a partir dali, foram realizadas uma série de reuniões e divulgados declarações, textos e relatórios por diversas instâncias e organismos internacionais.
1974	Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1976	O meio ambiente reflete as condições, influências ou forças que envolvem ou modificam a humanidade (fenômenos, climáticas)
1978	Conferência de Tbilisi- O conjunto de sistemas naturais e sociais que vivem o homem e os demais organismos e de onde obtém sua subsistência
1980	Documento importante lançado pela União Internacional Para a Conservação da Natureza, entidade que fomenta e mantém base de pesquisa em manejo ambiental em diversas partes do mundo. O documento tem como título Estratégia Mundial para a Conservação.
1983	A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento(CMMA), divulga o conceito de desenvolvimento sustentável, onde a meta era a cooperação entre os países.
1987	As Nações Unidas publicaram o documento Nosso Futuro Comum, que contém premissas básicas para o desenvolvimento sustentável, com 109 recomendações para viabilizar os princípios elaborados em Estocolmo; Protocolo de Montreal foi assinado propondo banir a produção do CFC (cloro, flúor, carbono) e de outros compostos clorados a partir de 1996.
1988	Constituição Federal de 1988 – 1. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 2. O poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente.
1992	É realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMDA), em que a mesma ficou conhecida como ECO-Rio 92. A Rio 92 tinha como objetivo discutir a crise ambiental do planeta. Além de objetivar: examinar a situação ambiental global; recomendar medidas de proteção ambiental; e identificar estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável.
1997	Rio+5, realizado no Rio de Janeiro, vislumbrava mudanças na relação entre o homem e a natureza.
2000	Rio+10, realizado na África do Sul, em que foram discutidos os problemas ambientais existentes nos países que participaram do encontro.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – discutiu os desafios ambientais do planeta, principalmente relacionados à água.
2006	Convenção sobre Diversidade Biológica – estabeleceu normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica.
2009	Conferência de Copenhague – COP 15: objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012.

Quadro 01: Principais Encontros Internacionais sobre o Meio Ambiente

FONTE: Pesquisa documental, GIANANTI (1998)

O quadro anterior apresenta os principais momentos que foram de fundamental importância para adensar o debate sobre a crise ambiental. Destaca-se como ponto relevante

desses eventos a entrada da educação ambiental na pauta dessas reuniões, visto que a “educação ambiental mobiliza um novo projeto civilizatório de rupturas, problematizando o papel do Estado como lugar de confrontações de interesses, por meio de conflitos e consensos, dos objetivos comuns das diferenças de classes e grupos sociais (...) sob o olhar da invenção investigativa” (SATO, 2003, p.33).

Reigota, (2001) afirma que a Conferência de Estocolmo em 1972 apresentou em uma das resoluções, a necessidade de se realizar a educação ambiental, e a partir desse evento a problemática ambiental passou a ser analisada na sua dimensão planetária em que o problema está mais ligado nas relações desiguais entre os homens do que diretamente nas relações entre sociedade e natureza, pois os pobres de todas as partes do mundo são os mais atingidos pelas problemáticas ambientais. Assim,

O lançamento naquela ocasião, da Declaração sobre o Ambiente Humano expressava as preocupações ambientais predominantes na época, apresentando um *conceito mais amplo de qualidade de vida*, associada a princípios como liberdade, igualdade e justiça social, e destacando a necessidade da planificação do desenvolvimento em relação aos recursos naturais não-renováveis, a responsabilidade dos Estados, a urbanização acelerada, o papel da ciência e da tecnologia na prevenção de problemas, a importância da educação ambiental, entre outros temas. (GIANSANTI, 1998, p. 52, grifos do autor).

Ora, sabe-se que uma mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural que como citamos anteriormente, é impensável sem uma transformação das *consciências* e comportamentos das pessoas. Sendo esse caminho uma via que leva a sustentabilidade.

Diante desse contexto é criado o Programa Internacional de Educação Ambiental Unesco/PNUMA em 1975. Esse importante passo leva a fundar a educação ambiental em dois princípios básicos:

- 1) Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social.
- 2) Uma nova concepção de mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental (Unesco, 1980). (LEFF, 2001, p. 237).

Após vinte anos da realização da Conferência de Estocolmo afirma que uma análise crítica dos documentos e declarações publicados no período visa enxergar alguns grandes problemas que impediram o desenvolvimento de novas ações referentes à questão ambiental, a saber:

Nas últimas duas décadas vem-se chamando atenção para os *mesmos problemas*; Os níveis de *degradação ambiental não cessaram* o seu crescimento no período; As conclusões sempre apontam para o fato de que algumas medidas devem ser tomadas com urgência antes que seja *tarde demais*; *Nenhum dos países líderes tomou qualquer iniciativa* no sentido de deixar de contaminar bens comuns da humanidade (como a atmosfera ou os oceanos, por exemplo) ou de colocar essas ações sob controle internacional. (GIANANTI, p. 54, grifos do autor).

Constata-se que por mais que se tenha havido um comprometimento de responsabilidade dos países na crise social e ambiental, há uma discrepância entre as intenções e as práticas concretas propriamente ditas. Nesse sentido, os movimentos sociais ainda hoje vêm barreiras quanto aos seus interesses que divergem dos interesses do Estado e do poder econômico, estes impedem que os objetivos dos movimentos sociais sejam cumpridos.

Ressalta-se que o Brasil também está incluído na esfera de discussões acerca da questão ambiental. Sabe-se que muitos eventos ocorreram nos anos posteriores à época da Conferência de Estocolmo, porém pouco se concretizou de seus objetivos. Assim, no desenrolar da teia da história, foi que ocorreram vinte anos depois, considerados um dos maiores eventos mundiais sobre o meio ambiente, em junho de 1992 no Rio de Janeiro, o qual teve como título Rio -92.

1.1.2 Brasil: um país em busca da sustentabilidade?

O evento Rio-92 ocorreu de 3 a 21 de junho reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo, visava à busca de avanços. Teve como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores principais da sociedade e os indivíduos, trabalhando com a finalidade de conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, que possa reconhecer a natureza interdependente e integral da Terra, lugar onde habitamos. Para nortear tais objetivos o evento possuía 27 (vinte e sete) princípios sobre obrigações ambientais e questões de desenvolvimento.

Dentre os princípios fundamentais deste evento elenca-se:

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza;

Todos os estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender as necessidades da maioria da população do mundo;

Os Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as distintas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio-ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que controlam;

As mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável;

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para forjar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável;

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis. (DECLARAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1992).

Para Giansanti (1998), a Rio-92 foi um evento de grande relevância, obtendo forte presença na mídia, na época de sua realização e mostrou avanços significativos no início, porém para o autor ainda há muitos desafios a serem solucionados e resolvidos com ações realmente efetivas. Afinal, países líderes como os Estados Unidos têm se mostrado continuamente resistentes às mudanças no momento em que seus interesses políticos e econômicos passam a ser questionados.

Este autor prossegue afirmando que a repercussão internacional do Brasil foi positiva em sua iniciativa em sediar a conferência, mesmo que tenha se comprovado uma “maquiagem” do Rio de Janeiro, mascarando-se a pobreza existente nesta cidade, que teve como tomada de atitudes como recolher os mendigos que vivem nas proximidades dos locais de reunião da Conferência, assim como os serviços urbanos foram melhorados, mas somente nas duas semanas que aconteceram o evento. (GIANSANTI, 1998)

No entanto, o Brasil possui outras trajetórias anteriores à Rio-92 no sentido de participar de outros eventos sobre o meio ambiente, visto que o País se encontra no processo de desenvolvimento e, portanto tem contribuição na crise ambiental, porém não podemos igualá-lo aos padrões de modernização dos países ricos.

O Brasil conquistou nos anos 1970 um momento particular no processo de industrialização e urbanização que se deu devido a Segunda Grande Guerra Mundial com projetos de expansão do espaço nacional. Frente ao exposto, qual deveria ser a posição de um

país que tem em seu histórico um recente processo de modernização, mas se ver no impasse de obrigações ambientais, visto que o pouco tempo percorrido de desenvolvimento é incomparável ao tempo em que percorrem as grandes potências mundiais?

A participação do Brasil na conferência de Estocolmo pode ser resumida pela fala do general Costa Cavalcante: ‘Um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo para prover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente’ (GIANSANTI, 1998, p. 74).

Esta fala representa a posição do regime militar na época em que buscavam um crescimento econômico acelerado, visto que naquele momento o País necessitava de injeções de capital estrangeiro para se desenvolver, combinando desenvolvimento com a falta de liberdade democrática. Porém o processo de desenvolvimento brasileiro se dá antes do período do regime militar.

Esse processo desenvolvimentista, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, acarretou na expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste e para o sul da Amazônia. Houve grandes construções de obras como rodovias, hidrelétricas e surgimento de projetos madeireiros, exploração mineral, agrícola, entre outros. Todas essas transformações mexeram com o meio ambiente brasileiro, causando impactos que se combinaram com séculos de exploração que o País sofreu na sua faixa litorânea. (GIANSANTI, 1998).

Tal modelo de desenvolvimento entrou em crise, pois os financiamentos externos diminuíram não na mesma proporção da pobreza e da concentração de renda. O processo de redemocratização no Brasil foi acompanhado pela consciência dos problemas ambientais por qual passou o país, o que condiciona a crítica do modelo de desenvolvimento e a procura de novas alternativas (GIANSANTI, 1998).

A conjuntura econômica recessiva dos anos 80 contribuiu para que houvesse espaço para discussão sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que tal desenvolvimento não levava ao progresso, o que se conformou na ausência de benefícios sociais que proporcionassem qualidade de vida para a população sem discriminação de classe social. Esta discussão vai trazer o Estado como responsável por respostas que dêem novas alternativas, assim como a participação da sociedade.

Promulgada na efervescência dos anos de 1980 a Constituição Federal de 1988 no artigo 225, preconiza que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O teor do texto constitucional expressa a idéia de que todos têm direito ao ambiente *ecologicamente equilibrado*, o que traduz a garantia a todos, sem excluir à população marginalizada a qualidade do meio em que vive e se relacionam.

Em epítome pensar o desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo é pensar em superação, é pensar no aproveitamento da diversidade biológica e cultural, é pensar, sobretudo que “o desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais, e terminando nos direitos ditos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável” (SACHS, 2007, p. 23).

A assertiva anterior apresenta uma definição de desenvolvimento pautado num tripé formado por três dimensões básicas da sociedade: desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Neste sentido, a definição apresentada pelo autor explicita que os objetivos do desenvolvimento são sempre éticos e sociais e necessita

que se promova um olhar para o presente e o futuro das gerações, pautado numa visão includente e sustentável sobre o desenvolvimento.

Portanto, Sachs responde ao seu próprio questionamento:

Como promover o progresso? Com base num postulado ético de solidariedade com a nossa geração, uma solidariedade sincrônica com a nossa geração. E temos que fazê-lo respeitando as condicionalidades ecológicas, as condicionalidades ambientais, a partir de um outro conceito ético: o conceito ético da solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

Por outro lado, para que as coisas aconteçam, é preciso que sejam economicamente viáveis. A viabilidade econômica é uma condição necessária, porém certamente não suficiente para o desenvolvimento. O Econômico não é um objetivo em si, é apenas o instrumental com o qual avançar a caminho do desenvolvimento includente e sustentável. (SACHS, 2007, p. 23)

Assim, o desenvolvimento econômico se constitui em um fator importante para o desenvolvimento do país, porém não suficiente para garantir a inclusão e sustentabilidade, pois, no Brasil o problema do emprego, subemprego e a exclusão social é algo latente. Portanto, de acordo com Sachs (2007) é possível trabalhar o desenvolvimento sustentável e includente no Brasil a partir de uma perspectiva de que o País possui um grande potencial e caminhos históricos que trazem um direcionamento e elucidam uma nova direção.

Como alternativa ele sinaliza para o caminho do biodiesel que se torna uma ocasião fundamental na questão climática, visto que a substituição do petróleo por biodiesel marca uma nova era em que atrelado a isso poderíamos incluir milhões de agricultores familiares baseados no conceito de trabalho decente. Apostar nesta alternativa pode implicar o esgotamento da problemática do desenvolvimento rural do país.

Entretantes, deve-se questionar de que forma esses milhões de agricultores e familiares estariam adentrando ao mercado de trabalho “decente” pela via do processo de sustentabilidade, pois se têm observado no curso da história do país, que as máquinas vêm continuamente

substituindo a mão-de-obra humana, uma vez que o aceleração da produção visa resultados imediatos e tem sido uma constante no modelo de produção capitalista.

Ora, sabe-se que os processos de intensificação do uso de novas tecnologias e de novas formas de organização da produção flexível, enxutas e racionais trazem, por um lado, a possibilidade de um trabalho revalorizado, mas qualificado. Acarretam, por outro lado, o desemprego e a exclusão de trabalhadores (ANTUNES, 2000).

Os reflexos do processo de modernização capitalista têm se revelado particularmente perversos em países como o Brasil, onde a adoção de novos conceitos de produção está associada a formas políticas e empresariais autoritárias, levando à exclusão política e econômica das classes populares, ao aumento do desnível das esferas econômica e social e à degradação ambiental, contribuindo para a exclusão social.

No que diz respeito à exclusão social, Cotrim (2002) cita o geógrafo brasileiro Milton Santos nas observações que fez a respeito de globalização e exclusão social:

A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado geral e permanente. Ela atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes. Quando os progressos da medicina e da informação deviam autorizar uma redução substancial dos problemas de saúde, sabemos que 14 milhões de pessoas morrem todos os dias, antes do quinto dia de vida. [...] Dois bilhões de pessoas sobrevivem sem água potável. [...] O fenômeno dos sem-teto, curiosidade na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo. Desemprego é algo tornado comum [...] a pobreza também aumenta. No fim do século XX havia mais 600 milhões de pobres do que em 1960; e, 1,4 bilhões de pessoas ganham menos de um dólar por dia [...]. O fato, porém, é que a pobreza, tanto quanto o desemprego, são considerados como algo “natural” inerente a seu próprio processo. Junto ao desemprego e à pobreza absoluta, registre-se o empobrecimento relativo de camadas cada vez maiores graças à deterioração do valor do trabalho (SANTOS *apud* COTRIM, 2002, p. 531).

Perante o desenho acima faz-se, portanto, necessário trabalhar não somente a questão ambiental, mas tratá-la como forma de inserir a inclusão social neste cenário, como proposta de um verdadeiro desenvolvimento para o país em que seus habitantes desfrutem de condições

apropriadas de vida. É salutar para o desenvolvimento de um país que seu povo seja autônomo, com capacidade de construir formas de vida favoráveis a eles.

Neste cenário, expõe-se que além do Estado, vários outros segmentos da sociedade têm dado importância a questão ambiental. Assim, a Universidade Federal do Amazonas - UFAM vêm desempenhando um papel de extrema importância por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI.

Ora, a Universidade é um espaço acadêmico, todavia não está isolada da comunidade, pois nela se trabalha os assuntos que permeiam toda a sociedade, sendo que a extensão universitária configura-se como uma estratégia que possibilita uma intervenção na vida de muitos que podem estar excluídos da Universidade, pois em nosso País o ensino superior ainda é privilégio de poucos. Porém, o trabalho da extensão universitária atinge lugares e pessoas no sentido de inseri-las nesse processo.

1.2 Extensão Universitária: espaço privilegiado transformador através da reflexão e ação crítica.

Entende-se extensão universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2006, p. 21). Assim, o processo de extensão se inicia levando a universidade à sociedade, onde articula a transformação da sociedade mediante projetos e programas valorizando o que há de melhor dentro da universidade.

Entretanto, a Universidade não é um oráculo de respostas, ela trabalha em conjunto com a comunidade e não como a única detentora de conhecimento no decorrer deste processo. A universidade contribui para obtenção de novos caminhos que possibilitem as melhores formas de

se viver em sociedade, favorecendo um ambiente saudável que busque sempre uma interação dialógica que se desenvolve mediante o que preconiza as diretrizes para extensão universitária:

[...] as relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela comunidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão. (FORPROEX, 1987, p. 18).

O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX afirma que: “A Reforma Universitária de 1968, lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.” (1987, p. 11). Assim sendo, essa lei transforma as universidades brasileiras levando-as ao encontro das comunidades e assim promove uma interação entre a universidade e a sociedade desencadeando um novo paradigma, o que favorece não só a comunidade assim como a sociedade como um todo.

Esse processo de mudança culmina com a aprovação na Constituição de 1988 do princípio da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Tal contexto a Universidade segue novos rumos, àqueles que vão de encontro ao respeito à diversidade cultural, à ética, paradigmas que ampliam a visão de universidade, conseqüência de uma luta travada e fortalecida desde o período militar e após a redemocratização do país, a sociedade exige um novo modelo de Universidade que seja desprovida de preconceitos e que promova o conhecimento à comunidade acadêmica assim como à comunidade não acadêmica e absorva desta os seus saberes.

Assevera-se que a Universidade prossegue então a fazer o seu papel contínuo de especialização, contribuindo para conhecimento científico e tecnológico, mas não fecha os olhos

para os problemas sociais, pautados em trabalhos de desenvolvimento regional e local através da extensão, atendendo a demandas que se apresentam visando à transformação:

Assim, uma Universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas. (FORPROEX, 2006, p. 41)

A assertiva acima demonstra que sobre este prisma o processo do ensino não fica restrito aos aspectos técnicos, formais, passando a contemplar seus aspectos sociais e políticos constituindo-se numa formação com bases críticas, numa apreensão da realidade de forma plural, onde a processo de conhecimento e aprendizagem na extensão e na pesquisa se torna um fator ímpar para a formação acadêmica.

Consubstanciando os pressupostos anteriores é lícito afirmar que a extensão universitária “revela e desvela a Universidade para a Sociedade” (AZEVEDO 1996). Portanto, é vital que se envide esforços para se edificar ações de extensão universitária que deva ser incorporada à dinâmica, ou melhor, a rotina de todos os membros da comunidade acadêmica. Assim urge caminhar:

No sentido de constituir a extensão universitária como uma atividade eminentemente acadêmica. Não apenas ao do ensino e da pesquisa, mas exercida de forma a elas articuladas. Valorizar a extensão, não apenas como cumprimento formal de uma das atividades fim da Universidade, mas como mecanismo concreto na construção da dimensão PÚBLICA da instituição (TARGINO, 1996, p.07).

1.2.1. Extensão institucionalizada na Universidade Federal do Amazonas – UFAM: uma conquista.

Na Universidade Federal do Amazonas – UFAM por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização travou-se uma luta para institucionalizar a extensão enquanto política. Esta

política cuja sua arquitetura se expressa nas onze (11) Diretrizes Constitucionais, Institucionais e Políticas criadas. Assim, Silva (2007) em seu artigo intitulado *A arquitetura da Extensão na Universidade Federal do Amazonas*, pontua:

Institucionalização das Ações de Extensão: Compete à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI regulamentar os trâmites relativos a todas as ações de extensão da instituição, bem como a ela compete à destinação dos respectivos recursos orçamentários.

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações: a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à universidade reelaborado e enriquecido; b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir para, de forma significativa, alterar as relações sociais.

Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas: A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais.

Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população: A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior Públicas seja cumprida, visto que, em sendo a Universidade concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo.

Reconhecimento do Saber Popular e da Importância da Troca entre Este e o Saber Acadêmico: A troca entre o saber acadêmico e o saber popular potencializa a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à sistematização do conhecimento e transmissão dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação da comunidade em face da atuação da universidade. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabilizar uma relação transformadora entre universidade e sociedade.

Financiamento Majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental: As ações de extensão devem ser majoritariamente desenvolvidas em articulação com as administrações públicas (municipal, estadual e federal), ratificando-se de forma clara que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.

Avaliação das Ações de Extensão: Com o propósito de monitorar e analisar as potencialidades e distorções das ações de extensão, de forma sistemática, participativa e quanti-qualitativa, a avaliação é concebida como um instrumento pedagógico que, ao avaliar o mérito, os efeitos e resultados concretos das ações, possibilita também a identificação das fragilidades, cujos mecanismos de avaliação devem estar associados ao desenvolvimento e conclusão das mesmas. Daí porque a avaliação das ações de extensão deve ser inerente à rotina acadêmica da instituição, visto que ela própria objetiva nortear as políticas institucionais, democratizar informações e aprimorar ações.

Programa Institucional de Bolsas de Extensão: Deve-se assegurar o apoio aos participantes de ações de extensão, através de duas modalidades de bolsas, a serem oferecidas de forma regular e por via de edital. Dentre o oferecimento de bolsas, destacam-se aquelas destinadas aos discentes que participam de ações de extensão e para as atividades relacionadas a projetos desenvolvidos através do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), conforme prevê o planejamento orçamentário institucional.

Programa de Difusão e Publicação das Ações Extensionistas: A socialização dos resultados que envolvem o conjunto de ações de extensão, desenvolvido por docentes, discentes, técnico-administrativos e colaboradores, e, principalmente quando se trata de ações implementadas junto aos beneficiados, tais procedimentos devem efetivar-se através da utilização de diferentes formas de divulgação, inclusive quando se tratar da mídia escrita e/ou falada, como: anais, revistas, jornais, programas de TV etc., conforme demanda planejamento sistemático e qualitativo.

Incentivo à Flexibilização Curricular: Além de medidas implementadas no âmbito da PROEXTI é importante o apoio à flexibilização curricular. Dada a sua importância, é necessário adotar estratégias, cujos procedimentos envolvam vários setores acadêmicos e administrativos, como colegiados de cursos, pró-reitorias de graduação e pós-graduação, no sentido de sensibilizar discentes, docentes e técnico-administrativos, de tal forma que as ações de extensão sejam incorporadas à própria estrutura dos projetos pedagógicos, o que exige ações de impacto político que promovam a conscientização e motivação da comunidade acadêmica.

Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações Extensionistas Institucionalizadas, especialmente as do Interior do Estado. Apoio técnico e financeiro da PROEXTI às ações de extensão institucionalizadas deve ser concebido como forma de estímulo à proposição de novas ações e como incentivo à ampliação e consolidação de ações já desenvolvidas, levando-se em consideração a necessidade de intensificação desse apoio às novas Unidades Acadêmicas Permanentes da UFAM no interior, sobretudo se analisadas as inúmeras dificuldades inerentes aos processos iniciais de implantação do PROGRAMA UFAM MULTICAMPI.

Ademais, as diretrizes que norteiam as ações de extensão na Universidade Federal do Amazonas, balizam o desenvolvimento dos programas de extensão universitária nesta Universidade, fazendo com que haja a interação entre melhor e maior comunidade e sociedade, apresentando-se com uma oportunidade para que o universitário ganhe a oportunidade de praticar as suas futuras profissões e os comunitários encontram apoio especializado para solucionar os seus problemas cotidianos.

Destaca-se a diretriz nº 2, que dá ênfase a “via de mão dupla”, que é a troca de saberes, onde muitos ganham com essa interação, uma verdadeira comunhão de saberes, pois a UFAM cumpre com o seu compromisso social e com sua missão que é “cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia” (<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#missao> visitado em 19/01/2010).

A Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI trabalha em diversas áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Dessas áreas a UFAM têm em seu quadro dezessete (17) programas fixos, apresentados abaixo com seus objetivos e coordenadores, são eles:

PROGRAMA	COORDENADORES DOS PROGRAMAS	OBJETIVOS
PROGRAMA “ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO - ACE”	¹ Coordenadora Pedagógica/Capital: Profa. Valéria Amed das Chagas Costa Coordenadora Pedagógica/Interior: Profa. Maria Magela Andrade Ranciaro	Intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, contribuindo com a formação profissional dos universitários, mediada por uma atitude ética, cidadã e responsável pelas questões sociais pelas quais se permita maior aproximação e novas abordagens sobre a realidade amazônica.

¹ As informações constantes neste quadro foram retiradas do site da UFAM (data) e é provável que ainda não tenha sido atualizado, pois existe uma nova coordenação do Programa citado.

PROGRAMA “UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS”	Coordenadora: Profa. Márcia Perales Mendes Silva.	Fortalecer – em sintonia com a Política de Extensão da UFAM e do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX e SESU/MEC-2001) –, as ações extensionistas cuja interlocução, aberta e sistemática entre a universidade e sociedade, permita articular o saber acadêmico com outras práticas oriundas da vida social.
PROGRAMA INTER-AÇÃO	Coordenadora: Profa. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	Implementar atividades de extensão por meio de ações sócio-educativas, visando o desenvolvimento social, econômico e cultural dos moradores do Complexo Colônia Antonio Aleixo.
PROGRAMA PURAQUEQUARA	Coordenadora: Profa. Maria Anete Leite Rubim	Identificar as práticas de conservação dos recursos naturais através das seguintes ações: preservação do lago; organização de campanhas e palestras sobre a problemática do lixo.
PROGRAMA “PYRÁ”	Coordenadora: Profa. Andrea Viviana Waichman	Capacitar agentes sociais para o monitoramento dos acordos de uso integrado dos recursos naturais do município de Manacapuru, área piloto do programa PYRÁ.
PROGRAMA “TUPÉ”	Coordenadora: Profa. Ellen Barbosa de Andrade Coordenadora: Profa. Anunziatta D. Chateaubriand	Assessorar as comunidades do Tupé, contribuindo com políticas de defesa ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável.
PROGRAMA “COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE BENJAMIN CONSTANT”	Coordenadora: Profa. Sandra Nascimento Noda	Especializar professores e formar agricultores familiares para a identificação e utilização manejada das potencialidades de produtos agro-florestais regionais, visando organizar suas formas de produção.
PROGRAMA “ENCONTRO”	Coordenadora: Profa. Ermelinda do Nascimento Salem Muniz	Desenvolver ações junto aos usuários

	Coordenadora: Dra. Ana Maria Coelho Marques	residentes do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (CPEP), objetivando prepará-los para vivenciar serviços residenciais terapêuticos.
PROGRAMA “PÉ-DE-PINCHA”	Coordenador: Prof. Paulo César Machado Andrade	Promover a sustentabilidade das populações rurais através da conservação e manejo participativo, incentivando a criação de quelônios em cativeiro, a produção de artesanato, o ecoturismo e o beneficiamento de polpas de frutas, produtos lácteos e de pescado.
PROGRAMA “ATIVIDADES MOTORAS PARA DEFICIENTES”	Coordenadora: Profa. Kathya Augusta Thomé Lopes	Realizar um programa de atividades motoras para deficientes físicos, visando efetivar ações sociabilizadoras dos participantes, fomentadas pela formação de grupos de estudo e publicação dos resultados obtidos.
PROGRAMA “IDOSO FELIZ PARTICIPA SEMPRE - Universidade na 3ª Idade Adulta”	Coordenadoras: Profa. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa Profa. Priscila Trapp Abbes Riether Profa. Nazaré Marques Mota	Educar para o envelhecimento. Trazer o idoso para a Universidade na condição de Universitário. Desenvolver a prática motora em gerentes facilitando sua nova identidade.
PROGRAMA “ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO (PROASI)”	Coordenadora: Profa. Ana Paula Pessoa de Oliveira	Realizar ações educativas que vise zelar pela preservação da qualidade de vida, autonomia, independência e dignidade do idoso, estimulando o estudo da Gerontologia no âmbito da pesquisa científica: TCC, PIBIC etc.
PROGRAMA “UNIVERSIDADE CAMPEÃ”	Coordenador: Prof. Gilmar Eduardo Costa do Couto	Melhorar, pela prática do desporto futsal, o nível de conhecimento dos filhos de servidores da UFAM, em face dos benefícios da atividade física e de um saudável estilo de vida.

PROGRAMA “TALENTOS UFAM NO MERCADO DE TRABALHO”	Coordenador: Prof. Cláudio Dantas Frota	Oportunizar aos discentes do Curso de Administração o conhecimento prático necessário, visando destacá-los no âmbito do desenvolvimento de suas atribuições como administrador de empresa.
PROGRAMA “ESTAÇÃO CASA DA FÍSICA”	Coordenador: Prof. José Pedro Cordeiro	Tornar o Estado do Amazonas referência regional no ensino de física nos níveis fundamental e médio de alunos da escola pública e privada, primando tanto pelos bons resultados obtidos em competições regionais, nacionais e internacionais quanto pela capacitação de professores nos respectivos níveis e escolas.
PROGRAMA “UNITRABALHO”	Coordenadora: Profa. Antonieta do Lago Vieira	Atuar na elaboração de estudos, pesquisas, consultorias, debates, publicações e programas de formação profissional relacionados às atividades do mundo do trabalho.
PROGRAMA “CONEXÕES DE SABERES: diálogos entre a universidade e as comunidades populares” (SECAD/MEC)	Coordenadora Executiva: Profa. Patrícia Braga dos Anjos Coordenadora Adjunta: Profa. Magnólia Granjeiro Quirino	Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários de origem popular, e contribuam para a democratização do acesso e permanência no ensino superior público.

Quadro: 02 Programas de Extensão da Universidade Federal do Amazonas – PROEXTI

Fonte: http://www.ufam.edu.br/instituicao/pro_reitorias/proext/programasextensao.html, visitado em 19/01/2010)

Depreende-se do quadro acima os seguintes programas de extensão universitária da UFAM: O Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE cuja temática versa sobre Meio Ambiente com objetivo de fazer uma avaliação de impactos sociais. Dentro do PACE estão os projetos de Atividade Curricular de Extensão – ACE’s, nas quais selecionamos dois projetos nessa temática: *Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade* e *Nossas Águas* na UFAM.

Ressalta-se que avaliar este programa coaduna-se com o que preconiza a Política de Extensão Universitária da UFAM, em especial, a diretriz nº 7 que explicita a necessidade de que todos os programas e projetos de extensão universitária devem ser avaliados, visto que a

avaliação deve ser entendida como um processo contínuo de aprimoramento das ações universitárias. Para reforçar este entendimento o tópico abaixo discute sobre avaliação.

1.3. Avaliação: um processo contínuo de aprimoramento

A avaliação de políticas públicas segundo Belloni (2003, p.14) “é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população.” Assim, a avaliação das políticas públicas constitui-se numa *ferramenta gerencial* que permite ao Estado aprimorar sua gestão e fazer as mudanças necessárias, no sentido de melhorá-las para que essas políticas se tornem bem comum à população, ou seja, será por meio da avaliação que o Estado vai ter um suporte maior de como as políticas implementadas estão de fato sendo eficientes e eficazes.

Para tanto, é necessário fazer: “[...] um processo avaliativo com características distintas e com possibilidades de compreender todas as dimensões e implicações da atividade, fatos ou coisa avaliada.” (BELLONI, 2003, p. 15).

Nessa esteira, apresenta-se o conceito defendido neste estudo:

entende-se avaliação como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento [...] contempla a atividade a ser avaliada de um modo global (BELLONI, 2003, p.15)

De acordo com a autora uma avaliação formal constitui-se numa avaliação mais complexa, pois avaliar instituições e ações (programas ou políticas) exige uma análise minuciosa de processos e de produtos ou efeitos de uma atividade ou fato, um amplo (global) conhecimento das instituições ou ações desenvolvidas, exigindo uma maior compreensão do objeto avaliado.

Ademais, o processo de avaliação institucional e das políticas públicas ainda é incipiente, necessita de mais conceitos e metodologias, ou seja, a ausência de literaturas voltadas para essa questão impede uma maior clareza, apesar de grande importância para se ter maior esclarecimento da seriedade do objeto e dos resultados apresentados.

De acordo com Belloni *apud* Cohen e Franco (1993, p.16) é necessário aumentar o grau de racionalidade das políticas, pois

A avaliação de projetos sociais tem papel central neste processo de racionalização e é um elemento do planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de uma aplicação. Por isso, dispor de avaliações ex-post, de projetos em curso ou já realizados é fundamental para melhorar os modelos. Desse modo, a avaliação ex-ant permite escolher a melhor opção dos programas e projetos nos quais se concretizam as políticas.

Cohen e Franco(1993) esclarecem a importância de avaliação de projetos sociais para que estes sejam eficazes, porém sua ausência constitui-se numa política sem rumo que não chegará a lugar algum, visto que não se fez um levantamento de seus resultados, ou seja, se o Estado ou Instituição deseja melhorar determinado modelo de política, deverá se dispor dos recursos da avaliação de políticas para que os anseios e objetivos se concretizem.

Rico (2001) também salienta sobre a temporalidade da avaliação, destacando que ela pode ser: *ex-ante, durante o processo/ formativa e ex-post* , conforme quadro abaixo:

TEMPORALIDADE DA AVALIAÇÃO
<i>Ex-ante</i> - consiste no levantamento das necessidades e estudos de factibilidade que irão orientar a formulação e o desenvolvimento do programa. Inclui a definição de seus objetivos, âmbitos de aplicação, caracterização dos beneficiários e suas necessidades.

Durante o processo, chamada **avaliação formativa**, possibilita acompanhar, observar, aferir e testar o desempenho do programa para seu aprimoramento, onde são detectados as eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, bem como sua adequação aos seus objetivos e metas. Neste sentido, a interferência orientada pelos resultados da avaliação, nos casos de avaliação formativa, é direcionada para os aspectos intrínsecos ao programa.

Ex-post, a chamada **avaliação somativa**, envolve estudos comparativos entre programas rivais, subsidia a decisão e avalia principalmente a maior ou menor efetividade de diferentes tratamentos oferecidos ao grupo-alvo. Seu objetivo primordial é permitir a escolha do melhor programa para alcançar as metas de médio e longo prazo.

Quadro 03: Temporalidade da Avaliação

Fonte: RICO, 2001

Mas para que se consiga avaliar programa, políticas e projetos faz-se necessário a utilização de critérios avaliativos, que segundo Belloni *et al* (2003), Melo (2001), Silva(2001), sendo eles: eficiência, eficácia e efetividade, a saber:

Eficiência	Realização da análise de como os recursos públicos está sendo utilizado, através da responsabilidade na gestão. Engloba, ainda, a comparação das necessidades para atuar na realidade com as diretrizes e os objetivos propostos, e com o instrumental disponibilizado para nele intervir, pressupondo organização, estratégias e planejamento, a fim de que as proposições metodológicas - operacionais tenham base nas demandas impostas pela realidade.
Eficácia	Refere-se ao resultado de objetivos e diretrizes propostos na política pública e ao grau de qualidade investigado, através do processo avaliativo. Ao investigar a eficácia de uma política, é necessário considerar os efeitos diretos e indiretos daquela intervenção. Devido a sua complexidade, a análise da eficácia deve ocorrer através de uma pesquisa própria com construção de instrumentos que permitam acompanhar o desempenho e rendimento do trabalho, incidindo também sobre as mudanças na realidade em questão.
Efetividade Social	Verifica se os objetivos do programa social avaliado atingiram a dimensão social, de modo a responder às reais necessidades sociais do público alvo, para que disso decorra a mensuração do grau de impacto social alcançado. Ou seja, a avaliação de efetividade considera o impacto da ação sobre o objeto de intervenção, “ <i>a efetiva mudança nas condições prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação</i> ” (MELO, 2001, p.32). Entretanto, ao avaliar a efetividade de uma determinada política devem-se considerar as múltiplas dimensões da intervenção - objeto, objetivos e metodologia - com vistas a aferir a capacidade daquela proposta em responder aos desafios que a realidade apresenta.

Quadro no. 04: Deslindando os critérios avaliativos

Fonte: Adaptado de Belloni *et al* (2003), Melo (2001), Silva(2001).

Esta pesquisa sob a ótica da avaliação de impactos teve como foco central as mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes de determinadas ações, tendo como critério a efetividade.

Entendida como a medida desempenho da ação de um programa que tem como objeto de estudo o efeito ou resultado de um programa, determinando se houve mudanças e qual a magnitude dessa mudança. E, ainda a avaliação de impactos objetiva, ainda, medir o resultado dos efeitos de uma intervenção, estabelecendo a relação de causalidade entre a intervenção e as alterações sociais do cotidiano dos atores envolvidos (SILVA, 2001).

Ora, sabe-se que a avaliação de impactos pode ser realizada, durante ou depois da implementação de um programa, para que, ao analisar todas as práticas passadas, possa-se verificar se foram obtidos ou não os resultados previstos, e identificar as suas causas.

Consubstanciando essas premissas, Chris Roche (2002, p 36)), ensina que a avaliação de impactos pressupõe identificar:

“[...] mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por uma determinada intervenção...refere a qualquer mudança duradoura e sustentada que tenha ocorrido... é uma estimativa de como, e até que ponto, a mudança ocorreu [...] levando em consideração a compreensão das perspectivas das várias partes interessadas numa intervenção de desenvolvimento, bem como do contexto social, econômico e político no qual ela acontece”

Frente ao exposto, a avaliação torna-se um mecanismo necessário na sociedade contemporânea, pois embora seja uma ferramenta considerada de controle social das ações do Estado, permite aferir, medir e julgar os impactos gerados na vida dos beneficiados de uma política pública ou programa social.

Partindo desse entendimento é que podemos visualizar a importância da avaliação de programa, coadunando-se com esse pensamento é que a Universidade Federal do Amazonas em sua política de extensão traz a avaliação de seus programas e projetos como algo de muita relevância, pois a extensão universitária traz esse duplo objetivo da avaliação - autoconhecimento e formulação de subsídios para a tomada de decisão institucional.

Assim, com a finalidade de promover o aprimoramento da política implementada e a concretização dos objetivos da extensão universitária no Amazonas que se almeja na investigação em curso avaliar o Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), na temática meio ambiente.

Finaliza-se convictos que esta investigação científica sob a forma de uma pesquisa avaliativa possa trazer resultados positivos no sentido de promover um melhor esclarecimento sobre o programa avaliado e um melhor aprimoramento do mesmo, visto que a Universidade se constitui num ambiente dialógico que deve promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dado o exposto, ratifica-se que o presente estudo concebe a avaliação como “uma estimativa sistemática da operação e/ou resultados de um programa ou de uma política em comparação com o conjunto de parâmetros implícitos ou explícitos, como forma de contribuir para o aprimoramento do programa ou política” (WEISS, 1998, p. 05).

CAPÍTULO II

A ESTRUTURA DE UM TRABALHO CIENTÍFICO

A teoria e a prática constituem, portanto, aspectos inseparáveis do processo do conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na Prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação.

Kameyama

Sabe-se que a metodologia da pesquisa se preocupa com o percurso a ser seguido para se captar e, conseqüentemente, se entender a realidade a ser investigada. Assim, este capítulo apresentará a trajetória da presente pesquisa cujo objetivo é dar maior concretude, ao leitor, acerca da trajetória metodológica escolhida, bem como levá-lo a conhecer os potenciais sujeitos da referida investigação. Assim sendo, optou-se por dividir este capítulo em tópicos, a saber:

2.1 Metodologia: Caminhos pensados da teoria para o desafio da prática.

Sendo a pesquisa uma atividade básica da ciência, pode-se argumentar que a pesquisa é a “atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (MICHEL, 2005, p.31). Portanto, este estudo fundamenta-se na seguinte concepção de pesquisa:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção

no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 1994, p. 17-18, grifos da autora).

A assertiva acima reforça o entendimento que um dos principais propósitos da pesquisa é o de investigar a realidade (explorar o mundo físico) para entendê-la e transformá-la. Portanto, a pesquisa deve ser algo interessante que tenha relevância na realidade em que se vive. Assim, o pesquisador deve ter em mente que seu trabalho é algo significativo que traz a tona verdades acerca do objeto que fará mudanças a partir de sua intervenção.

Salienta-se que não se pesquisa por pesquisar, mas porque algo o motivou a pesquisar um problema real da sociedade na busca por contribuir com a qualidade de vida do homem em sociedade.

Para tanto, cabe ao pesquisador ter consciência crítica de sua realidade social que deve ser proporcionada por meio do conhecimento, para assim aplicar este conhecimento como um mecanismo de transformação social. Pois, como ensina Luckesi (1991, p. 87) “é preciso coragem para não colocar o conhecimento a serviço de um poder repressor e destruidor de valores, e sim a serviço da libertação e do crescimento dos homens”

Destaca-se que esta pesquisa pauta-se no método do materialismo histórico dialético que se procura estudar a realidade de maneira a não desvincular o objeto de seu contexto, contemplando a totalidade que é a categoria fundante trazida por Karl Marx que busca aproximar o máximo possível da realidade e as suas múltiplas implicações a partir das relações de produção e de suas contradições.

Utilizando-se, ainda, da “bússola metodológica de Marx” (BHERING, 2000) reporta-se a importância da categoria da contradição, que apesar de seu teor negativo, tem como caráter o estímulo à pesquisá-la a fim de mudá-la. A partir da descoberta da contradição, que se dá com a totalidade, é que se investiga e busca-se sua superação. É impossível superar as contradições se

não investigá-la. O caminho de sua superação é condição *sine qua non* para a transformação da realidade. Assim, contradição e totalidade estão imbricadas, pois:

não consiste em reconhecer a prioridade da totalidade face às contradições, ou a das contradições face à totalidade, precisamente porque tal separação elimina tanto a totalidade quanto as contradições de caráter dialético: a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias (KOSIK apud CURY, 1987, p. 35).

Ademais, a pesquisa é um instrumento que permite chegar ao conhecimento e, ainda, sabe-se que o conhecimento científico para ser válido e legítimo não pode ser obtido ao acaso, sendo vital que siga um caminho organizado e sistemático, ou melhor, uma metodologia que se constitui como um suporte para que se cumpram todas as etapas para a aquisição do ato de conhecer, orientando o pesquisador na tomada de decisões, escolha dos caminhos e instrumental necessário, portanto permeado de procedimentos científicos (MICHEL, 2005).

Os procedimentos metodológicos se constituem num modo em que se unem o pensar e o praticar sobre um determinado objeto, ou seja, é o momento de reflexão e ação que o pesquisador desenvolve na realidade pesquisada. Mas, para que uma pesquisa seja bem explorada é necessário valer-se de algumas técnicas e instrumentos, pois se constituem em suportes importantes na articulação e apreensão na busca da essência do objeto pesquisado.

Embasando tal idéia, Minayo (1994, p.16) afirma que:

entendemos por *metodologia* o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. (grifos da autora).

Portanto, a metodologia enquanto processo postula unir o pensar e o agir. Trata-se do caminho que leva o pesquisador a cumprir os objetivos que ele traçou em relação ao objeto que ele designou como relevante para sua pesquisa, o que requer o domínio das técnicas e instrumentos para assim problematizar acerca do objeto de investigação. Trata-se da “arte de dirigir o espírito na investigação da verdade” (MICHEL, 2005, p.25), verdade entendida sempre como provisória, já que toda pesquisa é datada no tempo e no espaço de sua realização.

Após estes esclarecimentos, apresentam-se de forma didática, as fases que este estudo encontra-se estruturado, destacando que essas fases devem ser apreendidas como momentos intimamente articulados e interdependentes que dão sinergia a esta investigação científica.

2.2 Fases da Pesquisa: o caminhar mútuo na complementaridade

O percurso para o conhecimento de uma dada realidade apresenta-se como trilhas, postulando a confirmação das propostas que permeiam o estudo. Portanto, esta pesquisa se deu em três fases: Pré-implementação, Implementação e Pós-Implementação, que será explicada individualmente a seguir:

2.2.1. Fase da Pré-implementação: a qualificação do projeto

Foi o momento da proposição do trabalho, do planejamento da pesquisa, perpassado pela pesquisa bibliográfica, pelo levantamento documental, sendo um momento da discussão e fichamento dos textos relacionados à temática. Nessa fase foram feitos os primeiros contatos com a Instituição, bem como o levantamento dos sujeitos em potenciais da pesquisa, elaboração dos instrumentais de coleta de dados. Destaca-se que neste estudo optou pela modalidade de pesquisa quanti-qualitativa, pois, sabe-se que ambas não se opõem, mas convergem-se e interagem dinamicamente, não possuindo qualquer dicotomia entre ambas (MINAYO, 1994).

Entretanto, os dados quantitativos devem estar atrelados ao qualitativo, pois de acordo com Baptista (1999, p.38)

é significativo recorrer-se ao empirismo e à quantificação para melhor conhecer a realidade. Mas esse procedimento deve vir associado à análise qualitativa, pois ela possibilita um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber, requisitos fundamentais da ciência. Desse modo o debate deixa de se caracterizar pela oposição e pela coexistência pacífica das abordagens, para se constituir em uma atitude de compatibilidade e cooperação mútua. (BAPTISTA, 1999, p. 38)

Cientes dessa complementaridade os instrumentais construídos para este estudo são formulários, compostos de questões abertas e fechadas, assim como se utiliza um roteiro semi-estruturado para a entrevista.

Cientes que o Programa Atividades Curricular de Extensão-PACE possui um (01) coordenador geral da capital: que permitiu a análise dos documentos, na Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da UFAM, foi possível catalogar treze (13) ACE's em desenvolvimento na temática meio ambiente, no segundo semestre de 2009 no município de Manaus. Assim, a partir dos critérios estabelecidos, selecionou-se duas (2) ACE's cumpriam os referidos critérios, quais sejam:

- ACE desenvolvidas no 2º Semestre 2009.
- ACE desenvolvidas em um período anterior ao 2º Semestre de 2009.
- ACE que possuísse os documentos mais consistentes quanto à sua metodologia e seus objetivos.

Tendo em vistas os aspectos observados, elegeu-se as seguintes ACE's:

- *Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade*
- *Nossas Águas na UFAM.*

Ressalta-se que após selecionar as ACE's , lócus da investigação, foi o momento de qualificar os instrumentais que foram aplicados junto aos sujeitos de pesquisa, conforme quadro abaixo:

Formulário Padrão (APÊNDICE A)	Entrevista Semi-Estruturada (APÊNDICE B)	Formulário Semi-estruturado (APÊNDICE C)
Coordenação (PACE)	Equipe técnica das ACE's (Coordenação e discentes)	Beneficiários do Programa no ano de 2009

Quadro 05: Instrumentais de pesquisa.
Fonte: Elaboração própria, janeiro/2010

É oportuno sinalizar que para alcançar os objetivos propostos foram formuladas variáveis e indicadores de análise, em que a construção das variáveis e seus respectivos indicadores pautaram-se na observação dos objetivos específicos do programa, uma vez que o bom desenvolvimento destes apontaria o grau de *eficácia, eficiência e efetividade* do programa. Houve, ainda, o cuidado em apreender e perceber os impactos qualitativos, o qual seria possível visualizar a partir da subjetividade dos entrevistados – entrevistas semiestruturadas.

Faz-se necessário sinalizar que os indicadores, enquanto uma das medidas essenciais da arte de avaliação de impacto, estabelecidos para esta pesquisa foi pensados a partir do processo de revisão bibliográfica e desenvolvimento da investigação científica Apresenta-se, assim, um quadro de indicadores, que nortearam a pesquisa como um todo, a saber:

INDICADORES DA PESQUISA
Educação Ambiental;
Extensão;
Avaliação de Impactos Sociais.

Quadro 06 - Indicadores que contribuíram para a pesquisa avaliativa.
Fonte: Estudo documental e bibliográfico, 2010.

Estabelecer os indicadores que orientaram a pesquisa é tarefa necessária para o alcance dos objetivos propostos pela mesma, pois,

Um indicador permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, podendo sintetizar um conjunto complexo de informações e servir como um instrumento de previsão... Os indicadores podem agregar conjuntamente características qualitativas, quantitativas, estatísticas, gráficas, buscando apresentar a realidade de uma sistemática. (SILVA, 2006, p. 146-147)

O autor ainda pontua que,

O processo de seleção dos indicadores deve seguir um conjunto de critérios objetivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escola efetuada. Os indicadores escolhidos devem refletir o significado dos dados na forma original, satisfazendo, a precisão (*quando possível*) e relevância dos resultados [...] Para determinação dos indicadores que serão utilizados no processo de avaliação, é importante levar em conta a possibilidade de se obterem dados confiáveis para apurá-los e sua capacidade de fornecer informações realmente relevantes. (Silva,2006, p.148-151)

Destarte, os indicadores sociais constituem-se como pontos cruciais de uma pesquisa avaliativa, uma vez que por meio destes pode-se aferir se os impactos sociais de uma política ou programa, e se estes aconteceram de forma positiva ou negativa. Assim, destaca-se a importância dos indicadores em uma pesquisa, pois permitem ao pesquisador a aproximação com a realidade dos sujeitos envolvidos na investigação científica. A respeito disso, Jannuzzi (2004) convida a conhecer os vários critérios que são imperiosos na construção de um indicador social, os quais são elencados a seguir:

“A *validade* de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito

abstrato a que o indicador se propõe a ‘substituir’ ou ‘operacionalizar’’. (p.26)A
c

Confiabilidade trata-se de “[...] uma propriedade relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo [...] um indicador confiável sempre exibirá a mesma cifra se a dimensão da realidade empírica a que ele se refere permaneceu estática [...] o cuidado com a qualidade da informação, em todos os estágios pelos quais ela passa, é que pode garantir que as mudanças observadas no indicador ao longo do tempo possam ser analisadas de forma consistente” (p.27)

A *sensibilidade* do indicador trata-se da “[...] sua (do indicador) capacidade de refletir as mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram [...] é uma propriedade que está intimamente relacionada à validade e confiabilidade do Indicador Social”. (p. 28)

Especificidade do indicador, “[...] corresponde a sua propriedade de refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse”. (p. 29)

A *inteligibilidade* é outra propriedade relevante no momento de se construir os Indicadores Sociais. “Um bom indicador deveria ser, tanto quanto possível, facilmente ‘comunicável’, compreensível aos demais”. (p.29)

A *periodicidade* de atualização do indicador e a *factibilidade* de sua obtenção são, outros aspectos cruciais na construção e seleção de indicadores sociais para uma dada temática. (p. 30)

A *historicidade* de um indicador é a propriedade de se dispor de series históricas extensas e comparáveis do mesmo, de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passo, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas”.(2004, p. 31)

Deste modo, os indicadores sociais permitem uma maior apropriação da realidade que está sendo investigada, dando suporte para penetrarmos na realidade de forma mais segura e legítima.

Para elaboração dos instrumentais foi necessária a construção de indicadores e variáveis de impactos, a saber:

INDICADORES	VARIÁVEIS
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS	Suficiência de Equipamentos, Recursos Humanos e Financeiros; Local onde são realizadas; Participação no planejamento das atividades do Programa; Periodicidade do planejamento; Suficiência dos profissionais para desenvolverem as atividades propostas; Pontos positivos e negativos do programa; Desejo de continuar no programa; Monitoramento das ações; Avaliação do programa;
EXTENSÃO	Entendimento sobre extensão universitária; Mudou de vida depois que começou a participar do programa; Surgimento de novas iniciativas; Participação nas atividades; Interdisciplinaridade nas ações; Compromisso da universidade; Importância do trabalho da Universidade para a sociedade; Contribuição da extensão na formação docência/acadêmica; Apoio da instituição na concretização das ações;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em que medida os projetos alcançam seus objetivos; contribuições das ACE's em relação ao uso racional da água; atividades que os beneficiários participam no projeto; mudanças ocorridas na vida do beneficiário com a participação nas atividades sócio-educativas; apreensão dos beneficiários em relação ao projeto.

Quadro 07- Indicadores e Variáveis da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pela discente Leonice Gonçalves, 2010.

Os indicadores e variáveis apresentados pautaram todo o percurso de construção dos instrumentais utilizados para coletar os dados e informações necessárias para aferir os impactos sociais do programa, bem como a eficácia e eficiência do mesmo na execução de suas ações.

Definidas as prioridades da fase de pré-implantação parte-se para a para a segunda fase, a implementação da pesquisa.

2.2.2. Implementação da pesquisa: coletando os dados.

Nesta fase será realizada a pesquisa de campo, dando prosseguimento à pesquisa quanti qualitativa, esse foi o momento da coleta de dados por meio dos instrumentais construídos aplicados aos sujeitos² já selecionados: 01 Coordenador do Programa, 02 Coordenadores das ACE's, 10 Discentes, 18 Beneficiários, cujo total soma 31 sujeitos a serem pesquisados, conforme demonstra os quadros abaixo:

ACE's SELECIONADAS	SUJEITOS DA PESQUISA	TOTAL DE SUJEITOS DA PESQUISA POR ACE's
<i>Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade</i>	Coordenadores das ACE's: 100%	01
	Discentes: 50%	05
	Comunitários: 30%	12
<i>TOTAL</i>		18
<i>Nossas Águas</i>	Coordenadores das ACE's: 100%	01
	Discentes: 50%	05
	Comunitários: 30%	06
<i>TOTAL</i>		12

Quadro 08: Universo de Pesquisa: amostra final.

Fonte: Elaboração própria, janeiro/2010

² Ressalta-se que a seleção de amostragem foi uma amostra não-probabilística que se constitui em um processo informal da seleção, sendo que neste estudo foi utilizado uma amostragem não probabilística por conveniência onde se seleciona os pesquisados a partir de critérios como: 1) disponibilidade; 2) similitude com a população útil a pesquisa e 3) figuras-chave da população a ser estudada ((REA; PARKER, 2000).

Por se tratar de uma pesquisa de avaliação elegeu-se, também, como sujeito da pesquisa o Coordenador Geral do Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE, com a finalidade de dar maior rigor e profundidade ao estudo avaliativo, a saber:

OBJETO DE AVALIAÇÃO	SUJEITOS DA PESQUISA	TOTAL DE SUJEITOS DA PESQUISA
PROGRAMA DE ATIVIDADE CURRICULAR – PACE (MEIO-AMBIENTE)	Coordenador Geral (capital): 100%	01

Quadro 09: Universo de Pesquisa: amostra 2
Fonte: Elaboração própria, janeiro/2010

Dando prosseguimento argumenta-se que os instrumentais aplicados devem ter validade, confiabilidade e precisão para que tais instrumentos possam ter a capacidade de medir, possuir consistência para a sua fidedignidade. (BARROS, 1990).

Destaca-se que antes da aplicação dos instrumentais foi aplicado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE, documento que vai esclarecer aos participantes da pesquisa que estes estão como voluntários e que podem receber informações acerca da pesquisa, pois os mesmos participam deste processo e o TCLE resguarda o sujeito em qualquer dano que a pesquisa poderia ocasionar, enfim, após esta fase, realizou-se a análise dos dados e informações coletados à luz do rigoroso constructo teórico construído.

2.2.3. Pós-implementação: tratamento e análise dos dados

Tratou-se do momento do tratamento e análise dos dados e informações, bem como da elaboração do Relatório Final de Pesquisa. Concebe-se esta fase como um *momento sublime*, pois na pós-implementação buscou-se encontrar as respostas, ou melhor, responder as hipóteses de

estudo. Esse processo de interpretação dos dados subentende ainda a construção anterior das categorias analíticas dos estudos e o desenho do quadro-referência. (BARROS, 1990, p. 87) que norteará a análise dos dados e informações coletados.

Finaliza-se afirmando que a pesquisa não implica em fechamento do ciclo, já que a pesquisa produz conhecimentos que deverão ser traduzidos positivamente para a sociedade, todavia por ser um processo de constantes questionamentos, deve ser concebida como arte, o que torna a pesquisa cada vez mais interessante e desafiadora, já que está em constante movimento, ou seja, num verdadeiro processo dialético.

CAPÍTULO III

3.0 EXPLICANDO, DISCUTINDO E DEMONSTRANDO OS RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA

Nossa curiosidade e nossa insatisfação nos impulsionam até o limite das nossas certezas. Alguns, mais cautelosos, param por aí; outros mais atrevidos “atravessam o Rubicão” de suas certezas e se deixam molhar pela dúvida, pela incerteza, pela ansiedade advinda. A esse movimento, a essa busca podemos chamar de pesquisa.

(Azevedo, 2001, p. 57)

Este capítulo representa um momento de intenso trabalho, que se buscou rigor e fidedignidade por meio de uma disciplinar e sistemática análise de dados e informações acerca do Programa Atividade Curriculares de Extensão (PACE), através de suas ações, que são as Atividades Curriculares de Extensão (ACE's).

No presente capítulo apresentam-se os resultados finais deste estudo oriundos do levantamento dos dados documentais e da pesquisa de campo acerca do objeto de investigação. Para uma melhor apresentação optou-se por dividir este capítulo em tópicos, assim como os resultados finais encontrados estão dispostos em gráficos e quadros para uma melhor visualização, sendo descritos e analisados, na sequência.

Além disso, o presente capítulo expõe os resultados coletados concernentes aos objetivos pretendidos nesta pesquisa. Trata-se, portanto, da análise de dados documentais e da pesquisa de campo afim de trazer primeiramente o histórico do Programa Atividade Curricular de Extensão - PACE, o qual está sendo avaliado nesta pesquisa, bem como será apresentada o desenvolvimento das Atividades Curricular de Extensão - ACE's que foram selecionadas. Cabe frisar, porém que o histórico apresentado se constitui em pesquisas documentais que feitas na Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI, assim como em alguns relatos informais fornecidas pela Coordenadora do Programa e pelas Coordenadoras das ACE's.

Destaca-se que este foi o momento que deu ao pesquisador a oportunidade de compartilhar conhecimentos e trazer à tona a realidade pesquisada, no sentido de desvelar o objeto estudado, por meio de aproximações sucessivas, enfim, os resultados da pesquisa documental apresentados, uma vez que esse momento constitui-se em primeiros contatos com o objeto pesquisado.

3.1. Histórico do Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE: Vamos conhecê-lo?

O Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) e coordenado pela Pro-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI, com o apoio da Pro - Reitoria de Ensino e Graduação, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), teve sua emergência no primeiro semestre de 2003. Inicialmente, no bairro do Coroado.

Em seus primórdios teve início com sete (07) projetos no Centro Social e Escolas desta Comunidade, com a participação de 152 alunos, 906 comunitários, em 2006 esses projetos alavancaram para 66.

As ações desenvolvidas pelo Programa têm duração de seis, possui um coordenador, carga horária de 60 horas, tem no mínimo cinco (05) discentes e no máximo dez (10). Cada ACE

recebe uma bolsa de R\$: 1.500,00 e se desenvolvem no município de Manaus e nos municípios do interior do Amazonas.

De acordo com o Caderno PACE nº 01 (2008, p. 71), o Programa possui os seguintes objetivos:

Intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, de modo que aquela desempenhe o papel reflexivo e transformador que lhe cabe no interior desta;

Contribuir para que a formação profissional dos universitários seja acompanhada pelo desenvolvimento de uma atitude ética, cidadã e responsável diante das questões sociais;

Favorecer maior aproximação entre teoria e prática e a descoberta de novos objetos, novos métodos e novas abordagens sobre a realidade da região amazônica;

Oferecer condições que garantam a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e pesquisa;

Estimular a interdisciplinaridade, com o estabelecimento de interfaces e interações temáticas;

Democratizar as relações dos alunos universitários entre si e com a população não universitária.

Os objetivos preconizados pelo PACE revelam que a Universidade tem um papel a desempenhar na sociedade, externando assim, o compromisso social da Universidade. Outro ponto: O PACE possibilita ao acadêmico fazer a articulação teórico/prática, bem como fortalecendo sua formação profissional, pois:

[...] tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar.” (NOGUEIRA, 2000, p. 120).

O Programa PACE em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária possui oito (08) áreas temáticas, são elas:

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos humanos
4. Educação
5. **Meio ambiente**
6. Saúde
7. Tecnologia
8. Trabalho

Destaca-se que as áreas temáticas de maior relevância quanto ao número de ACE's desenvolvidas no segundo semestre de 2009, sem, contudo, ressaltar que todas as áreas temáticas se traduzem em força na luta pela sociedade mais igualitária e equânime, todavia pode-se observar que as ACE's da temática meio ambiente ocupam a 3ª colocação em relação às demais, pois no segundo semestre de 2009, o PACE possuía 85 projetos em desenvolvimento, sendo 29 da Educação, 26 da Saúde, 13 do Meio Ambiente e todas as demais áreas juntas somam-se 17 ACE's. Esse resultado encontra-se explícito no gráfico abaixo:

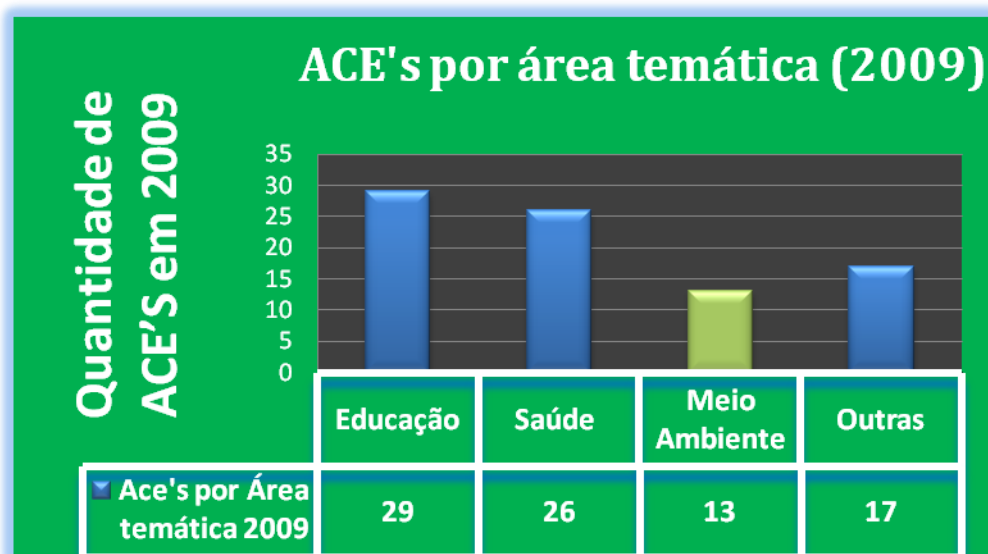


Gráfico 01: ACE's por área temática 2º semestre 2009

Fonte: Elaboração da pesquisadora, pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, Janeiro/2010

Apresenta-se o gráfico 02 que faz um comparativo dos anos 2008/2009, onde se percebe que a temática meio ambiente possui uma curva crescente. Ou seja, observa-se um aumento de ACE's (projetos) no ano de 2009, estes somando 25 contra 17 projetos de 2008.

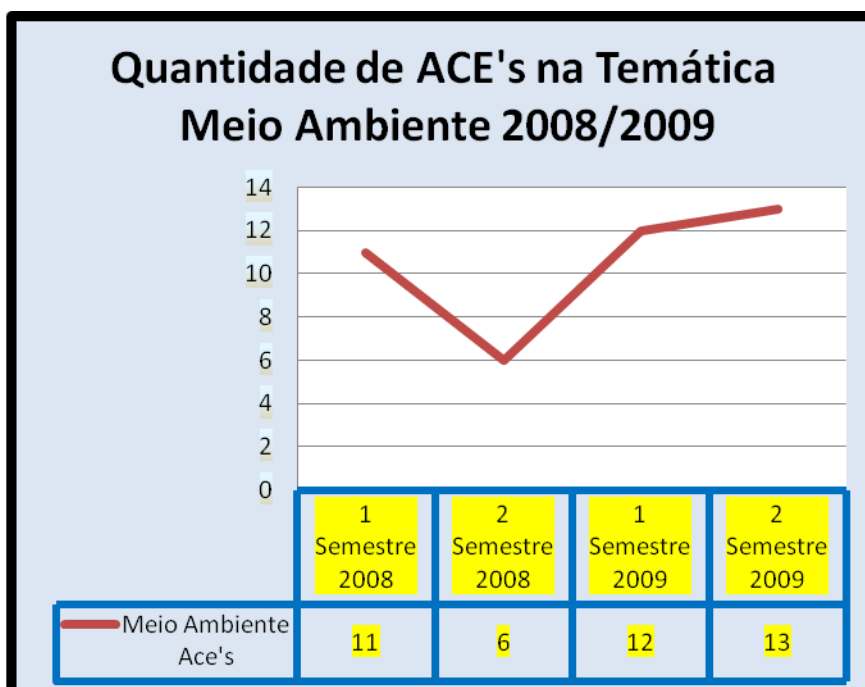


Gráfico 02: Meio Ambiente ACE's: um salto quantitativo de 2008 para 2009.

Fonte: elaboração da pesquisadora, pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, Janeiro/2010.

A leitura do gráfico 02 demonstra que no primeiro semestre de 2008, a temática sobre o meio ambiente alcançava um número significativo, porém, no segundo semestre de 2008 aparece uma queda considerável em relação ao primeiro semestre do mesmo ano. No entanto, nos dois semestres que sucederam, no ano de 2009, a quantidade de ACE's alavancou para 25 projetos desenvolvidos nesta temática.

Dentre as treze (13) ACE's do segundo semestre de 2009, encontram-se as duas (2) ACE's, objetos de estudo, que permitirão compreender os impactos sociais desencadeados na vida dos beneficiários, que serão apresentadas individualmente a partir de sua história, sua natureza, seus objetivos e os impactos sociais dos seus beneficiários.

3.2. Conhecendo a ACE “Água sem Fronteiras: Vida e Sustento da Humanidade”

O Projeto *Água sem fronteiras: Vida e sustento da humanidade* realizou oficinas temáticas e pesquisa de caráter ambiental, envolvendo alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, reunidos em encontros semanais na Escola Estadual Leonor Santiago Mourão, uma Escola de Tempo Integral.

Este projeto consistiu em levar aos alunos, informações necessárias, para que possam multiplicar conceitos e práticas, sobre o uso racional da água, através do estudo do igarapé do Mindu como unidade experimental, visto que a qualidade da água representa um indicador dos impactos antrópicos no espaço urbano, além de que habitamos na maior bacia hidrográfica do planeta. Este objetivo vai de encontro ao tema transversal sobre meio ambiente proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC), o qual afirma que “a perspectiva ambiental deve

remeter os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta” (1998, p. 189).

O projeto espera criar, utilizar e compartilhar conhecimentos e informações sobre os recursos hídricos, presumindo que isto assegure uma formação de jovens responsáveis com o ambiente, e, principalmente, sensibilizá-los acerca da importância da água para a humanidade e do desperdício deste recurso.

Como metodologias de trabalho foram realizadas oficinas com temas relacionados à água, uso de ferramentas pedagógicas informativas, participativas e percepção ambiental. Assim, os objetivos desta ACE são:

GERAL:	Ampliar o conhecimento dos alunos sobre a importância da água, através do estudo do igarapé do Mindu, para preservação desse recurso natural, visando assegurar a disponibilidade de água no planeta
ESPECÍFICOS:	<ol style="list-style-type: none"> 1) Reconhecer a importância da água em nossa vida. 2) Identificar os aspectos úteis e prejudiciais da água à saúde humana. 3) Sensibilizar os alunos para a utilização adequada da água. 4) Identificar os problemas ambientais e o uso e a ocupação dos igarapés. 5) Investigar o papel dos igarapés no ambiente urbano. 6) Socializar os resultados da pesquisa e possíveis soluções à comunidade escolar.

Quadro 10: Objetivos da ACE *Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade*.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, pesquisa documental, Janeiro/2010.

A ACE *Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade* é resultante de um trabalho anterior, iniciado em 2008/1, envolvendo alunos do 8º ano da Escola Estadual 1º de Maio, por conta do *Ano Internacional do Planeta Terra – AIPT*, proclamado pela ONU, em 2008. Os primeiros resultados foram apresentados no I Seminário de Geografia e Cultura na Amazônia, e divulgado no site do AIPT. Neste projeto, iniciou-se um ciclo de oficinas abordando a importância da água, sendo realizadas práticas de campo, voltadas para observação e

sensibilização, no igarapé Mestre Chico. A partir do levantamento, os alunos constataram a contaminação e poluição do igarapé Mestre Chico. E pelo desempenho da equipe e dos bons resultados apresentados junto ao Comitê do PACE, na avaliação do relatório final foi sugerida a renovação do projeto em tela.

O projeto desenvolveu-se por meio de uma didática participativa procurando integrar os alunos em todas as etapas, de maneira a valorizar o envolvimento de todos. Neste sentido, para envolver os alunos, foram realizados: contatos diretos e semanais; leituras de textos; organização de murais; confecção de cartazes, elaboração de questionários; formação de grupos de alunos para a realização de visitas/exploração no entorno da escola, principalmente no igarapé do Mindu, estimulando-os a uma discussão e socialização sobre a água e os igarapés da cidade.

Expõe-se que este projeto foi dividido em duas etapas: 1) uma de caráter teórico;e, 2) prática, a saber:

1ª Etapa	Desenvolvida por meio de oficinas semanais, com duração de 1 ou 2 horas, de acordo com a disponibilidade da escola, e de dinâmicas de grupo. A cada semana aborda-se um tema específico, através de exposição oral utilizando figuras e imagens com data show. Nesse sentido, os estudantes entram em contato com os objetivos e realizações do projeto, fazendo leituras de textos informativos que abordem a importância da água na vida do ser humano, bem como, informações sobre a situação da água no planeta, abrangendo questões como a escassez, a poluição, desastres ecológicos e os aspectos sociais envolvidos. A música <i>Planeta Água</i> , de Guilherme Arantes, serve como complemento às metodologias, para levantar uma reflexão e discussão sobre a problemática da água na atualidade. O vídeo educativo <i>Criação do mundo em um copo d'água</i> , criativa animação ao som de "We Will Rock You", cantado por crianças, é apresentado para lembrar a importância da água.
-----------------	--

2ª Etapa	Nesta etapa, são realizadas visitas exploratórias em um trecho do igarapé do Mindu, porque faz parte do bairro, e na estação de captação e tratamento da empresa Águas do Amazonas, onde os estudantes poderão observar as conseqüências da poluição no meio em que vive, observando e percebendo o ambiente, além de aplicarem um roteiro de observação com abordagem de aspectos sócio-ambientais. Aplica-se a metodologia da percepção ambiental, com atividades multidisciplinares (através de recursos multimídia, materiais pedagógicos e vivências envolvendo os sentidos da percepção) para promover reflexões e uma leitura crítica da realidade dos igarapés da cidade. Finalizando esta etapa realiza-se junto com os alunos a distribuição de <i>picolés de água potável</i> , idéia do artista plástico Cildo Meireles, numa alusão à escassez e desperdício de água no mundo. Pretende-se colocar a frase <i>Elemento desaparecendo/Elemento desaparecido</i> no palito, pois conforme o picolé vai derretendo, a frase impressa irá surgir. O objetivo é sensibilizar as pessoas sobre o desaparecimento da água potável no mundo.
-----------------	---

Quadro 11: Etapas da ACE.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, Janeiro/2010.

Finalizando o projeto foi o momento de se realizar o *Aniversário da Água*, e a avaliação e socialização dos resultados em uma *Mostra do Conhecimento*, com apresentação de experimentos e a dramatização *O ciclo da água*. Também, foi feita uma avaliação do projeto quanto à participação dos alunos envolvidos, todavia, se a verba disponibilizada para o projeto foi suficiente para arcar com as despesas, se conseguiram atingir os objetivos propostos.

Para que a ACE fosse realizada de forma eficaz foi necessário elaborar um cronograma de atividade a fim de utilizá-lo como mecanismo para sistematizar as atividades no sentido de não se perder o foco de seus planejamentos. Conforme demonstra o quadro abaixo:

MESES/ ATIVIDADES	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões com a equipe do projeto; primeiro contato com os alunos da escola; leitura de textos.	X			
Oficinas semanais; dinâmicas de grupo	X	X	X	X
Visitas técnicas no igarapé do Mindu e na empresa Águas do Amazonas	X	X		
<i>Aniversário da Água</i> e <i>Mostra do Conhecimento</i>			X	X
Dramatização <i>O ciclo da água</i>				X
Distribuição de <i>picolés de água potável</i>		X		X

Quadro 12: Cronograma de Atividades da ACE Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade.

Fonte: Pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, Janeiro/2010.

Verificou-se através da pesquisa de campo que as informações apresentadas com base nos documentos desta ACE, através da PROEXTI, e o cronograma foram cumpridos, visto que a pesquisadora participou destas atividades acima descritas.

Percebeu-se que esta ACE apresentou um trabalho de cunho social pautado na educação ambiental proporcionando aos acadêmicos e comunitários envolvidos uma *nova* forma de pensar a questão ambiental e que eles se percebam inseridos nela. Portanto, trabalhar, ou melhor, intervir na questão ambiental de forma positiva demonstrou o potencial deste projeto, fato que justifica sua escolha para fazer parte de uma pesquisa de avaliação de impactos.

3.3. Conhecendo “Nossas Águas na UFAM”

³A Atividade Curricular de Extensão (ACE) “Nossas Águas na UFAM” atua continuamente desde 2003, esta ACE envolveu alunos de vários cursos de graduação da UFAM – Engenharias, Geografia, Pedagogia, Desenho Industrial, Administração, Ciências Sociais, Filosofia, Química e Medicina, num total de 129 inscritos e 110 aprovados, até 2008. Nesses cinco anos de atuação (onze períodos letivos), foram produzidos 58 trabalhos técnico-científicos, resultantes das atividades desta ACE, alcançando a expressiva média de cerca de onze trabalhos por ano.

Ressalta-se que esta pesquisa investigou os impactos das ações que esta ACE desenvolveu dentro da Universidade Federal do Amazonas, no município de Manaus. A ACE Nossas Águas na UFAM possui os seguintes objetivos:

³ Pesquisa documental a partir do Relatório Final da ACE “Nossas Águas na UFAM.”

GERAL:	Contribuir para universalizar e racionalizar o uso da água e para proteger os mananciais de água, estimulando a mobilização social, no sentido da gestão participativa das águas, em comunidades de Manaus-AM.
ESPECÍFICOS:	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realizar atividades educativas – caracterizando, refletindo e atuando em aspectos ambientais diretamente relacionados às águas (meio físico e antrópico), envolvendo e integrando a universidade e diversas agências e agentes sociais. 2) Mobilizar e assessorar as comunidades envolvidas para conhecerem as instalações de águas que utilizam – água fria, esgoto, águas pluviais e águas para combate à incêndio, motivando-os para a gestão participativa desses sistemas prediais de águas, no sentido de identificar problemas e refletir sobre suas causas, bem como para discutir e viabilizar soluções para os mesmos. 3) Produzir material educativo impresso e/ou audiovisual, a ser utilizado em apoio às atividades junto às comunidades onde esta ACE atua, disseminando e popularizando conhecimento sobre as águas e temas correlatos, contextualizando-o na realidade local sem perder a visão universal. 4) Refletir sobre a oportunidade e instrumentos que possibilitem e operacionalizem a efetiva gestão participativa das águas (águas de abastecimento e águas residuárias – esgoto doméstico e pluvial), estimulando a autonomia e emancipação da sociedade, como também contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas de saneamento básico e de educação ambiental. 5) Busca articulação com outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. 6) Contribuir para a formação profissional e cidadã dos envolvidos. 7) Produzir trabalhos técnico-científicos a partir das atividades desta ACE.

Quadro 13: Objetivos da ACE Nossas Águas na UFAM

Fonte: Elaboração da pesquisadora, pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, Janeiro/2010.

⁴Sabe-se que a água é um bem indispensável à vida na terra. No entanto sua distribuição no planeta não é uniforme, se relacionada à densidade populacional e às necessidades das populações. Segundo Mota (2000), em termos globais, a quantidade de água doce disponível é muito maior do que aquela consumida pela população mundial, no entanto sua distribuição é

⁴ Dados retirados do Relatório Final da ACE “Nossas Águas na UFAM”, conforme pesquisa documental na Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização-PROXTI.

desigual, em termos temporais e espaciais, e, portanto, nem sempre as demandas por água são atendidas.

No Brasil possui 12% do estoque hídrico doce do mundo, dos quais 73% encontram-se na região amazônica, a menos populosa do país (SETTI, 1996). Apesar de possuir essa grande disponibilidade de água doce. O Brasil também padece de problemas relacionados à falta de água, em quantidade e qualidade para diversos usos, devidas principalmente à degradação ambiental e à falta de ações destinadas à conservação das águas superficiais e subterrâneas.

O Relatório Urbano Ambiental Integrado (2002), produzido no âmbito do projeto GEO CIDADES, apoiada pelo PNUMA e MMA, menciona que “dentro da rede de cidades brasileiras, Manaus comparece como 12º maior centro urbano, sendo considerada uma metrópole regional apesar de constituir uma aglomeração conurbada, como as demais 11 metrópolis”. A ACE desvela problemas ambientais urbanos, destacando-se:

A ocupação desordenada de Manaus traduz em condições de vida inadequadas para a maioria da sua população urbana, principalmente nos aspectos de moradia, higiene e saúde, apesar de sua economia crescente e pujante. É possível constatar vários igarapés urbanos em processo de degradação, devido aos esgotos e aos resíduos sólidos ali dispostos, os quais causam contaminação, assoreamento e represamento das águas. Em consequência disto, ocorrem freqüentes inundações e desmoramentos, causando grandes prejuízos e atingindo principalmente as populações instaladas nas proximidades desses cursos d'água. A magnitude desse problema e os aspectos sociais envolvidos vêm desafiando as administrações municipais que têm obtido poucos resultados efetivos, no enfrentamento dessa questão.

A deficiência dos sistemas de resíduos sólidos e de esgotamento sanitário de Manaus está relacionada não apenas o processo de crescimento intenso e desordenado da cidade, mas também à ausência de investimentos em infra-estrutura, principalmente na manutenção e

expansão das redes coletoras e de unidades de tratamentos nas últimas décadas. Destaca-se, ainda, a disposição de lixo e de esgoto bruto nos igarapés urbanos, uma prática generalizada entre população mais carente ou por parte de grandes empreendimentos públicos e privados.

Tais preocupações com os recursos hídricos têm particular importância no caso do Campus da UFAM, posto que essa área além de definida legalmente como unidade de conservação ambiental, “com cerca de 600 hectares (6.000.000m²) possui uma segunda maior floresta urbana do país. Perde apenas para a mata da Tijuca, no Rio de Janeiro, no entanto esta foi reflorestada em quase sua totalidade”, enquanto a do Campus da UFAM “é inteiramente nativa”, além de ser o maior fragmento florestal da área urbana de Manaus, segundo afirma o coordenador do Núcleo de Conservação Ambiental do Campus (NUCAM)/UFAM, em recente artigo para o Jornal da ASSUA (2003). Esse mesmo coordenador afirma, ainda, que o Campus da UFAM abriga inúmeros exemplares de fauna e flora, representantes da grande biodiversidade amazônica como também possuem dezenove nascentes que dão origem a treze igarapés, além de abrigar outros três cursos d’água, cujas nascentes estão fora do Campus da UFAM. Todos esses corpos d’água contribuem para duas importantes bacias hidrográficas urbanas de Manaus: Mindu e Quarenta.

Dados do censo brasileiro mais recente (IBGE, 2000) revelam que a quase totalidade dos 2.187 domicílios, situados na área urbana de Manaus, não dispõem de condições mínimas adequadas para disposição de dejetos humanos, isto é, ambientes sanitários do tipo banheiros ou quaisquer outras instalações adequadas para coleta, transporte, tratamento e disposição final de dejetos ou de esgotos.

Por outro lado, grande parte desses domicílios localiza-se às margens dos inúmeros cursos d’água locais, não estão fisicamente agrupados e situam-se em lotes de grandes dimensões, muito isolados uns dos outros, impossibilitando soluções coletivas e sistemas

convencionais de saneamento básico. Essa realidade pode ser constatada também na maioria das comunidades da região amazônica, o que tem favorecido a ocorrência e a disseminação de doenças de veiculação hídrica, com conseqüências graves para a saúde pública.

Constitucionalmente, compete ao poder municipal organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de caráter essencial como o saneamento básico. Em Manaus, atualmente, o abastecimento d'água e o esgotamento sanitário estão ao encargo da empresa concessionária Águas do Amazonas, entretanto as áreas rurais ribeirinhas desse município não são atendidas com tais serviços, que ainda restringem-se exclusivamente a uma parte da área urbana desse município.

A título de ilustração apresentam-se os trabalhos desenvolvidos anteriormente pela ACE Nossas Águas, nos seus mais de seis anos de atuação (conforme os respectivos relatórios finais).

Assim, afirma-se que a ACE *Nossas Águas* atendeu:

De 2003 a 2009, as atividades da ACE Nossas Águas atenderam e envolveram as seguintes comunidades:

Comunidade universitária da UFAM – Restaurante Universitário (RU), Posto de Veículos (PV), Casa do Estudante Universitário (CEU), Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do setor norte (campus capital) e os campus do interior do Amazonas;

Prefeitura Municipal de Urucurituba-AM;

Comunidades familiares e conjuntos/condomínios residenciais; Secretarias Municipais de Saúde (SEMSA), de Educação (SEMED) e de Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMMAS), Saneamento Básico e Habitação (SEMOSBH-SEMINF);

Unidades básicas de saúde da família, creches e estabelecimentos municipais de ensino (áreas urbanas e rurais);

Comunidades da área rural de Manaus-AM;

Associação Pestalozzi do Amazonas;

Arquidiocese de Manaus.

Ademais, a ACE *Nossas Águas* pretende continuar atuando junto à comunidade universitária da UFAM – dirigentes, técnico-administrativos, docentes e alunos, buscando atender demandas relacionadas à área de atuação desta ACE, contribuindo para as reflexões sobre as políticas e práticas desenvolvidas pela UFAM, bem como planejamento e implementação de novas diretrizes e procedimentos, no sentido de que esta instituição pública contribua também para a gestão participativa das águas – uso racional e proteção de mananciais.

As demandas encaminhadas a esta ACE, são submetidas inicialmente à escala de prioridades definidas pelos gestores e dirigentes da UFAM (reitoria, diretores, chefes de setor, coordenadores e outras lideranças), buscando-se dar preferência, principalmente, às ações desenvolvidas pela Prefeitura do Campus Universitário (PCU) da UFAM – levantamentos, programas, projetos e obras, e consideradas mais urgentes para intervenção.

A ACE *Nossas Águas* (na UFAM) deu continuidade aos trabalhos realizados junto à comunidade universitária, mais especificamente, no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) /UFAM, buscou atuar segundo possibilidades e recursos desta ACE, bem como de acordo com as prioridades definidas por dirigentes dessa universidade – reitoria, pró-reitor da PROCOMUN, prefeito do campus e direção do HUGV e do CAIS.

De acordo com o relatório final a ACE atendeu demandas que não estavam previstas na proposta original aprovada para 2009/2, tais como: na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e no Centro de Convivência (obra embargada até janeiro de 2010), ambos do setor norte do campus de Manaus.

Constam ainda, no referido relatório final 2009/2, que o tempo de execução de uma ACE é insuficiente para completar os processos educativos adequados – reflexões e ações, é

recomendável dar continuidade às ações na UFAM, visando concluir as atividades que ficaram em andamento e preservar a continuidade do processo de extensão nessas comunidades, além de iniciar a atuação em novas demandas já manifestadas pela comunidade universitária.

A ACE “Nossas Águas na UFAM” apresentou a seguinte problemática:

Ainda há dificuldade para divulgar as vagas existentes nesta ACE, em outras unidades acadêmicas da UFAM, exceto a FT, para despertar o interesse de alunos dos cursos de graduação, de outras áreas do conhecimento, em matricular-se e participar desta ACE, visando a vivência da interdisciplinaridade, desejável e necessária na abordagem das demandas sociais das comunidades em que essa atividade de extensão é desenvolvida. Nesse sentido, aguarda-se a implementação, pela PROEXTI, de um “Banco de vagas” para as ACEs, conforme sugestão da coordenação desta ACE, registrada em reuniões gerais do PACE e em relatórios finais de 2008.

Portanto, mobilizar as comunidades envolvidas e provocar sua participação ativa é a estratégia principal, considerando que, conforme ensinam Toro A. e Wernek (1997) mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados, o que pressupõe convicção coletiva da relevância da causa que motivará tal mobilização: a conservação das águas.

A popularização do conhecimento sobre águas, nos aspectos de ocorrência, disponibilidade, usos, quantidade, qualidade, gestão, legislação, sistemas públicos e instalações prediais, é viabilizada pela metodologia de pesquisa-ação participativa, estruturada na conscientização, produção de conhecimento e resolução de problemas, em que os pesquisadores e os agentes sociais representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 2000).

Portanto, esta ACE busca utilizar uma prática de investigação onde os problemas serão identificados, submetidos à reflexão, diagnosticados e priorizados para intervenção pela comunidade envolvida, juntamente com a equipe desta ACE – parceiros de pesquisa e de ação.

Nesse sentido, as atividades previstas são realizadas num contexto de educação ambiental, entendida como processo, por meio dos quais os indivíduos e a sociedade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999). Busca-se o justo equilíbrio entre teoria e prática, pois quando desvinculadas uma da outra, pode levar ao ativismo inócuo ou ao discurso vazio.

Assim, esta ACE tem como procedimentos:

Planejamento, realização e avaliação de atividades educativas, envolvendo e integrando alunos desta ACE e comunitários – levantamentos, caracterização, reflexão e atuação em aspectos ambientais diretamente relacionados às águas.

Definição de grupos de trabalho responsáveis pela execução de atividades (alunos desta ACE e comunitários), individualmente e em pequenos ou grandes grupos (reuniões e oficinas), integrando a UFAM com as comunidades envolvidas;

Desenvolvimento de estudos, propostas, projetos e ações que contribuam para a efetiva gestão participativa das águas (águas de abastecimento e águas residuárias – esgoto doméstico e pluvial), como também contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas de saneamento básico e de educação ambiental. (documento-proposta ACE Nossas Águas na UFAM 2009/2)

A avaliação do desenvolvimento/da execução desta ACE será realizada por meio da verificação, conforme descrição a seguir:

Da abrangência e do alcance (quantidade de comunidades, comunitários, docentes, técnicos e alunos envolvidos nesta ACE);

Da viabilização das diversas atividades previstas, em cada comunidade;

Dos objetivos propostos e dos resultados alcançados, em cada comunidade;

Da abordagem multidisciplinar – docentes, alunos e profissionais envolvidos;

Da articulação com o ensino de graduação, com a pesquisa nas áreas de conhecimento abordada e com outras atividades de extensão universitária, inclusive outras ACE's;

Da produção técnico-científica pela equipe desta ACE (docentes, discentes e comunidades), cujo conteúdo tenha relação com as atividades que realizaram. (documento-proposta da ACE Nossas Águas na UFAM, 2009/2).

3.4 Análise dos dados – avaliando para aprimorar

Neste tópico se apresenta os resultados obtidos na pesquisa de campo a partir das duas atividades do Programa: “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade” e “Nossas Águas na UFAM”. Destaca-se que em alguns momentos desse trabalho como ACE I e ACE II respectivamente.

Posto isto, as ACE's serão analisadas primeiramente a partir dos dados e informações da equipe técnica (discente e coordenação das ACE's), posteriormente dos comunitários, ambos serão mesclados com a fala da coordenação do PACE. Finaliza-se com os pontos fortes e frágeis das ações do Programa, com vistas a dimensioná-los e qualificá-los.

Sabe-se que avaliar o PACE exige a compreensão de todas as dimensões e implicações de suas atividades e, portanto, trata-se de uma tarefa difícil se levarmos em consideração sua amplitude como um programa de extensão universitária, para tanto é necessário saber que:

A avaliação só será útil se for utilizada como meio para melhorar um programa. É necessário conhecer as qualidades e fraquezas de um programa para poder modificá-lo à medida que for preciso. “Um bom programa requer um diagnóstico e uma avaliação para eliminar os erros e corrigi-los” (NATARAJAN apud AGUILAR e ANDER-EGG (1994, p. 25)

Diante disso, cabe ressaltar a relevância do ato de avaliar o PACE, devido aos inúmeros projetos desenvolvidos nas mais variadas áreas do conhecimento, em especial os que se referem a temática Meio Ambiente, enfoque deste estudo. Portanto, é de fundamental importância trazer à tona tal temática em voga na atualidade, sob o prisma da sustentabilidade na busca de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras. Portanto, esse discurso precisa estar presente de forma constante em todas as áreas de conhecimento.

O PACE é um campo por excelência para trazer esse debate à comunidade não universitária por meio dos docentes e discentes envolvidos em programas que versam sobre o meio ambiente. A equipe técnica, através do confronto com a realidade, traz consigo um legado de conhecimento que deve priorizar a troca de saberes, para assim estabelecer e fomentar a participação efetiva das comunidades. Portanto, esse programa de extensão é de fundamental importância para democratização do conhecimento e submete tanto Universidade quanto Comunidade, ou melhor, Sociedade à reflexão sobre cada temática desenvolvida por este programa de extensão universitária.

Ressalta-se que um dos princípios da extensão preconiza que a “Universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade” (caderno PACE nº 01, 2008). Ora, a Universidade é partícipe dessa mesma sociedade e, por conseguinte deve estar atenta às várias demandas que surgem para junto com esta, encontrar medidas viáveis para soluções de seus problemas, com o olhar voltado a cada realidade encontrada.

Ademais, programas como o PACE que, através da extensão universitária, permite essa interação entre comunidade e universidade, que visa à transformação social, ou seja, que busque meios para que os problemas do meio ambiente sejam sanados, não de modo tecnicista, mas como uma proposta de reflexão sobre a questão ambiental. Porém, todo programa exige que suas ações sejam avaliadas, sob o prisma que avaliar constitui-se em um imperativo ético, para assim

procurar captar os desdobramentos do programa na vida de cada comunitário que participa das ACE's.

A avaliação de impactos sociais permite desvelar em que medida o programa alcança seus objetivos. O impacto de um programa pode ser entendido como o resultado de uma “comparação entre aquilo que ocorreu após a implementação do programa e aquilo que teria acontecido se o programa não tivesse sido implementado” (MOHR, 1995, p.04). Portanto, avaliar o PACE através de suas ações é condição imperativa para identificar as insuficiências e potencialidades.

Nesse sentido, ressalta-se que o projeto Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade foi desenvolvido na Escola Leonor Santiago Mourão, que é uma escola de tempo integral e envolveu alunos do 6º ano do Ensino Fundamental por meio de oficinas temáticas e pesquisa de caráter ambiental. A ACE desenvolve suas atividades com a participação dos discentes do curso de geografia dos vários períodos.

O projeto tem como meta assegurar uma formação de jovens responsáveis com o ambiente e sensibilizá-los acerca da importância da água para a humanidade e do desperdício deste recurso. A ACE “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade” objetiva levar aos alunos informações sobre o uso racional da água, através do estudo do igarapé do Mindu, numa perspectiva de reflexão sobre os problemas que afetam diretamente a vida humana.

Nessa esteira, a ACE “Nossas Águas na UFAM” desenvolve suas ações desde 2003, priorizou suas atividades, no segundo semestre de 2009, no Centro de Atendimento Integral à Saúde (CAIS), cujo objetivo é mobilizar e integrar universidade e sociedade no sentido do uso, da proteção e da gestão participativa das águas, vem envolvendo discentes dos cursos de Engenharias, Geografia, Pedagogia, Desenho Industrial, Administração, Filosofia, Química, Medicina e Ciências Sociais.

Mediante os objetivos apresentados pelos projetos, cabe analisar qual tem sido a efetividade dos sujeitos de ambas ACE's na visão da equipe técnica. Para tanto a pesquisa gerou alguns questionamentos tais como:

Há planejamento das atividades desenvolvidas pela ACE?

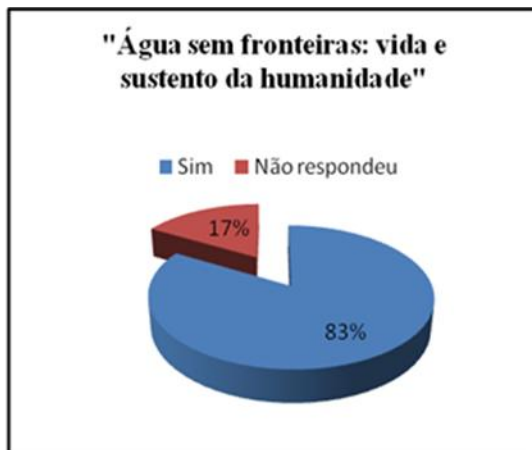


Gráfico 03 - Planejamento das atividades da ACE I
FONTE: Pesquisa de Campo, 2010

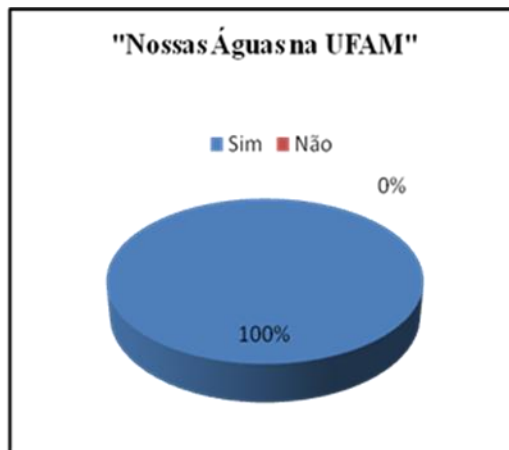


Gráfico 04 - Planejamento das atividades da ACE II
FONTE: Pesquisa de Campo .2010

Nota-se que para 83% da equipe técnica da ACE “Água Sem Fronteiras” a ACE, bem como para 100% da equipe técnica da ACE “Nossas Águas” existe planejamento das atividades desenvolvidas nas respectivas ACE's. Sendo que para 17% da equipe técnica da ACE “Água Sem Fronteiras” esse planejamento não existe. .

Depreende-se que de forma majoritários os pesquisados afirmam que as atividades desenvolvidas pela ACE's são planejadas. Assim, é lícito ressaltar que o planejamento implica em fator indispensável quando da realização de projetos e programas.

Gandin (2008, p.01) sugere que se pense no planejamento como uma ferramenta para dar eficiência à ação humana, ou seja, deve ser utilizado para a organização na tomada de decisões. Portanto, toda e qualquer atividade, para obter êxito necessita ser planejada, pois o planejamento é que vai garantir os resultados.

Ratificando este pressuposto, Luckesi (2001, p.108):

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será sim um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científicas na medida em que não pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados.

Observa-se, portanto que não se pode priorizar no ato de planejar o lado técnico e científico em detrimento do lado político-social ou vice-versa. Por este motivo, as ações e atividades devem ser muito bem pensadas ao serem formulados, pois o fundamental é primar pela transformação da sociedade, através de uma visão de totalidade como aponta o autor.

Após confirmação sobre o processo de planejamento foi notório perguntar sobre a periodicidade do planejamento das atividades desenvolvidas, vejamos o que os gráficos abaixo revelam:

Qual a periodicidade de planejamento das atividades do projeto?



Gráfico 05 - Periodicidade de planejamento das atividades do projeto – ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

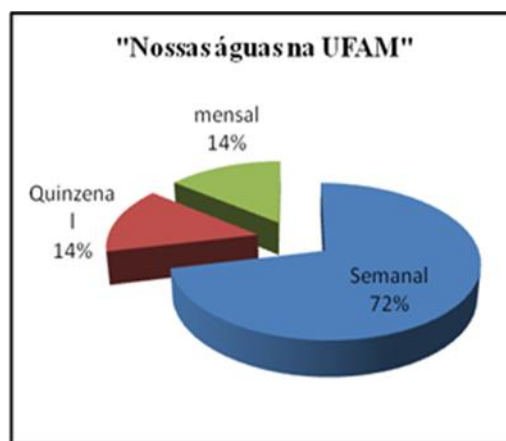


Gráfico 06 - Periodicidade de planejamento das atividades do projeto – ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Salienta-se que as atividades devem ser planejadas de acordo com a necessidade do projeto. Neste sentido, pode-se depreender dos gráficos acima que para 67% da equipe técnica da ACE I, bem como para 72% da equipe técnica da ACE II este planejamento é feito semanalmente, sendo que para 14% da equipe técnica da ACE II este planejamento é feito mensalmente e na mesma simetria 14% responderam que o planejamento é feito de forma quinzenal. Destaca-se o percentual de 33% que não responderam (equipe técnica da ACE I) número que chama atenção e nos leva a refletir: esses sujeitos não souberam responder devido ao não entendimento da questão ou devido a não participação de reuniões de planejamento?.

Nesse sentido, ao se inquirir a coordenadora do projeto sobre esta questão obteve-se a seguinte fala: “O planejamento precisa ser contínuo, a partir da proposta original da ACE aprovada pelo PACE/PROEXTI, para execução em cada período letivo da UFAM” (COORDENADORA DA ACE I, Pesquisa de campo, 2010)

É lícito destacar que não existe regra na periodicidade do planejamento, porém ela deve estar em conformidade com as atividades que serão desenvolvidas e deve constar em cronograma de atividades do projeto, para um melhor desempenho e sistematização das mesmas. Contudo, ressalta-se que o PACE objetiva que o acadêmico faça uma articulação teórico/prática com a finalidade de fortalecer sua formação profissional, bem como visa estimular a interdisciplinaridade, a democratização das relações e a intensificação do vínculo que une a universidade e a sociedade, portanto, as reuniões de planejamento se constituem em uma excelente ferramenta para potencializar os objetivos do PACE.

Dando prosseguimento acerca dos questionamentos sobre a arte do planejamento fez-se o seguinte questionamento conforme os gráficos abaixo:

Quem participa do processo de planejamento do projeto?



Gráfico 07 – Participantes do processo de planejamento das atividades do projeto - ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

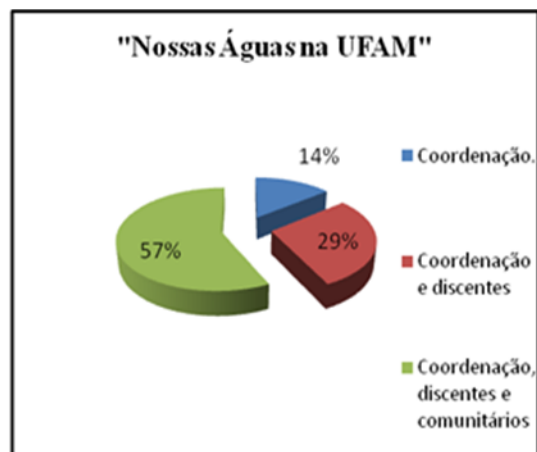


Gráfico 08 – Participantes do processo de planejamento das atividades do projeto - ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Ressalta-se que a participação da equipe técnica no processo de planejamento das atividades é de fundamental importância, pois são eles que vão desenvolver as atividades junto à comunidade. O professor responsável pelo projeto não pode tomar para si, de forma exclusiva, essa tarefa que deve permear todos que fazem parte do projeto, inclusive comunitários. Estes, os mais interessados e conhecedores de sua realidade.

Nesse sentido, os gráficos acima revelam que na ACE I o processo de planejamento contempla a coordenação e discentes (83%) sendo que para 17% este processo se dá com a participação da Coordenação, discentes e comunitários. Já na ACE II o processo de planejamento para 57% contempla a Coordenação, discentes e comunitários, já para 29% este processo se dá entre Coordenação e discentes e para 14% somente a coordenação faz o planejamento. Ora, a pulverização dos dados nos gráficos acima demonstra a necessidade de dotar esse processo de uma sistematização mais constante e que contemple todos os envolvidos com vistas a envolver todos os sujeitos no ato de planejar as atividades com a finalidade de qualificá-las.

Posto isto, o relato da professora coordenadora do projeto afirma que,

O projeto é elaborado pelas coordenadoras, mas ao longo do desenvolvimento da ACE, semanalmente, vamos verificando os anseios dos alunos e comunitários e mudamos algumas estratégias. Nesse momento, os comunitários e os alunos participam do planejamento e do desenvolvimento. (COORDENADORA DA ACE I, pesquisa de campo, 2010)

Observa-se com base no gráfico 08 que o processo de planejamento de forma majoritária (57%) é realizado por todos os envolvidos no projeto, docente, discente e comunitário da ACE Nossas Águas na UFAM. Assim, ratificando esse dado a fala da coordenadora do projeto, acrescenta que além da coordenação, discentes e comunitários existem outros envolvidos no processo de planejamento os quais de acordo com a coordenadora da ACE II são: “técnicos de laboratórios e outros colaboradores (da UFAM e externos)” (pesquisa de campo, 2010).

Ora, sabe-se que é no processo de planejamento que se deve pensar nos recursos materiais, humanos e financeiros. Neste sentido, ressalta-se que o PACE disponibiliza uma verba de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) para que a ACE desenvolva suas atividades num período de 6 (seis) meses, e ainda permite a inscrição de até 10 (dez) discentes por projeto. Em face dessas implicações e restrições é que os envolvidos no projeto devem pensar em como serão desenvolvidas as atividades no sentido de potencializá-las. .

No que se referem ao apoio financeiro da universidade os gráficos abaixo revelam a seguinte realidade:

O apoio da Universidade através da PROEXTI é suficiente ao desenvolvimento da ACE?



Gráfico 09 – Apoio da Universidade quanto à suficiência dos recursos - ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

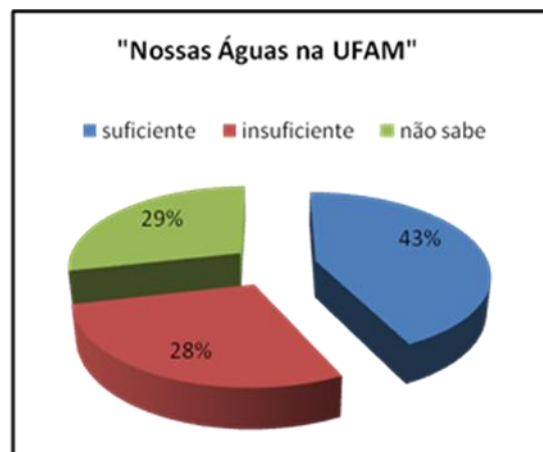


Gráfico 10 – Apoio da Universidade quanto à suficiência dos recursos - ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Ao se inquirir sobre a suficiência do apoio ofertado às ACE's deve-se levar em consideração se as instalações e equipamentos que correspondem às necessidades do projeto, são suficientes para a realização do mesmo, bem como se a equipe docente-discente corresponde ao número de pessoal necessário para que os objetivos da ACE sejam cumpridos e se os recursos oriundos do PACE são suficientes para que o projeto entre em ação, considerando que tal recurso seja unicamente proveniente do programa.

Nesse sentido, pode-se depreender que para 83% o dos pesquisados da ACE I apoio ofertado pela PROEXTI é “suficiente”, sendo que para 17% dos pesquisados da ACE I este apoio é “insuficiente”. Já para 43% dos pesquisados da ACE II o apoio da PROEXTI é “suficiente”, sendo que para 28% esse apoio é “insuficiente”, todavia, chama atenção o percentual de 29% que “não souberam responder”. Assim, procurando qualificar como eles avaliam os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para as ACE's. o quadro abaixo revela a classificação dada pela equipe técnica das ACE I e II.

AValiação da Equipe Técnica da ACE I Quanto aos Recursos				
RECURSOS	OTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Materiais	50%	50%	-	-
Humanos	83%	17%	-	-
Financeiros	67%	16%	17%	-
AValiação da Equipe Técnica da ACE II Quanto aos Recursos				
RECURSOS	OTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Materiais	14%	72%	14%	-
Humanos	71%	29%	-	-
Financeiros	-	29%	57%	14%

Quadro 14 - Avaliação da equipe técnica das ACE's quanto aos recursos

Fonte: Elaboração da pesquisadora, pesquisa documental – PROEXTI/UFAM, / abril/2010.

Analisando o quadro acima pode-se verificar que os recursos materiais e humanos estão numa média boa e ótima para a ACE I e ACE II respectivamente, constituindo-se assim numa média favorável para que se possam ter meios para desenvolver o projeto. Quanto aos recursos financeiros houve uma diferença no entendimento de cada ACE, ou seja, a ACE Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade classificou como “ótimo” os recursos financeiros, enquanto que a ACE Nossas Águas na UFAM considera regular os recursos disponibilizados pelo PACE.

Ao se falar de recursos é importante frisar que são itens básicos para dar vida ao projeto, ou seja, são eles que possibilitam tira-lo do papel para partir para o lado prático. A utilização eficiente dos recursos financeiros e materiais permitem a obtenção de resultado positivo no apoio à concretização dos objetivos. Caso contrário, o gerenciamento ineficiente de tais recursos tende a gerar resultado negativo.

Dos tipos de recursos, os recursos humanos são de extrema importância para um projeto, sendo ao mesmo tempo o cérebro e a alma de todo o projeto, visto que para que as atividades

ocorram de forma profícua e efetiva urge que sejam planejadas, portanto, depende-se do quadro anterior que os pesquisados de ambas ACE's consideram os seus recursos humanos suficientes. No entanto, a coordenadora do PACE nos diz que o Programa não realiza capacitação dos funcionários, docentes e discentes. Isso se constitui num agravo que implica e compromete a eficiência e eficácia do Programa.

Porém para se ter a clareza se os recursos materiais, humanos e financeiros sejam eficientes, eficazes, na busca pela efetividade, é decisivo que se faça a avaliação do projeto. De acordo com os gráficos abaixo podemos notar uma percentagem favorável quando se fala de avaliação das atividades desenvolvidas pelas ACE's, isso implica em pontos fortes para ambas ACE's, especialmente aquelas que são contínuas.

A ACE realiza avaliação das atividades desenvolvidas?

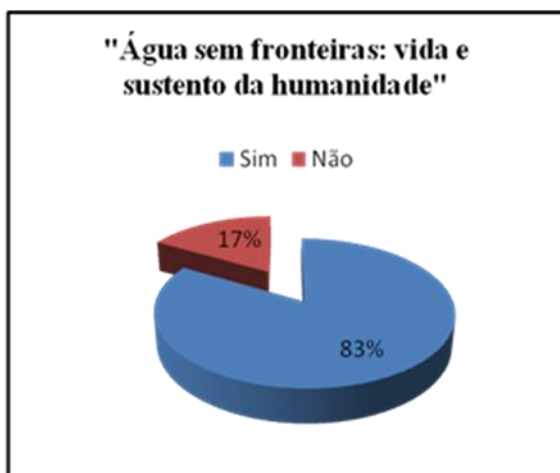


Gráfico 11 – Avaliação das atividades da ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

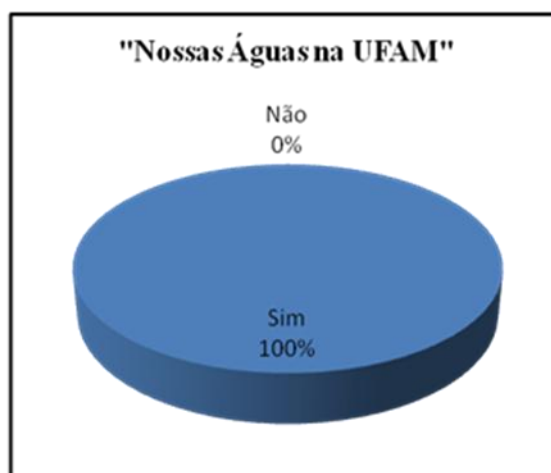


Gráfico 12 – Avaliação das atividades da ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se dos gráficos acima que para 100% dos pesquisados da ACE II existe avaliação das atividades da ACE, assim como para 83% dos pesquisados da ACE I . Contudo, 17% dos pesquisados da ACE I essa avaliação inexistente. Nesse sentido, convém ressaltar que a Política de Extensão Universitária da UFAM (2009), em sua diretriz número sete (07), que diz:

Avaliação tem como propósito de monitorar e analisar as potencialidades e distorções das ações de extensão, de forma sistemática, participativa e quanti-qualitativa, a avaliação é concebida como um instrumento pedagógico que, ao avaliar o mérito, os efeitos e resultados concretos das ações, possibilita também a identificação das fragilidades, cujos mecanismos de avaliação devem estar associados ao desenvolvimento e conclusão das mesmas. Daí porque a avaliação das ações de extensão deve ser inerente à rotina acadêmica da instituição, visto que ela própria objetiva nortear as políticas institucionais, democratizar informações e aprimorar ações.

Portanto, é salutar, sem desprezar os dados minoritários expresso no gráfico anterior, os dados majoritários nos levam a inferir que o processo de avaliação está presente na ACE's pesquisadas. Além disso, é correto afirmar que avaliação de impacto ganha mais importância, visto que seu objetivo é mensurar os efeitos do projeto na história dos beneficiários, por exemplo, respondendo em que medida o projeto “Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade” e “Nossas Águas na UFAM” têm levado os comunitários à reflexão sobre o uso adequado da água? Sensibilizar os beneficiários a utilização adequada da água? Possibilitar que os beneficiários identifiquem os problemas ambientais, bem como o uso e a ocupação dos igarapés? Enfim, são perguntas como essas que a avaliação busca responder.

Ademais, procurando dar qualidade aos dados apresentados no quadro nº 12 as falas da equipe técnica das ACE's expostas no quadro abaixo revelam a seguinte percepção:

como se dá essa avaliação?			
ACE “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade”		ACE “Nossas águas na UFAM”	
Discente (C)	“Relatório individual no final do projeto”	Discente (B)	Cada aluno elabora um relatório sobre sua participação na ACE dizendo no que a atividade contribuiu para sua formação, quais atividades foram executadas, etc.
Discente (D)	“Por meio de relatório, sendo que cada discente (participante do projeto) entrega para a coordenação do projeto”	Discente (E)	“É realizado uma oficina, onde a comunidade participante da ACE apresenta os diagnósticos, resultados e propostas alcançadas e em que etapa parou o trabalho, para que outro grupo avalie a importância ou não da sequência da atuação da ACE nesta área.”
Discente (E)	“Cada discente realiza um relatório no final do projeto para fazer um relatório final geral”	Discente (G)	“Se dá através de relatório de experiência

Quadro 15 - Percepção da equipe técnica sobre o processo de avaliação
 Fonte: Pesquisa de campo, abril/2010

O quadro acima revela a realização de avaliação das atividades de ambas ACE's., visto que as falas dos discentes pesquisados foram enfáticas ao afirmar que a avaliação se dá através de relatórios no final do projeto. Porém, o Programa também exige que cada ACE apresente um relatório final de todas as suas atividades, incluindo relatos da comunidade. Assim, ressalta-se que a avaliação deve ser entendida como um momento de reflexão crítica das ações implementadas.

Nesse sentido, é lícito afirmar que avaliar requer o enfrentamento de aspectos, quais sejam: a) técnicos que remetem a definição de critérios, indicadores e instrumentos; b) culturais-organizacionais cuja referência é o *modus operandi* de como as instituições desenvolvem suas práticas de avaliação e c) políticos que se relacionam às relações de poder que se estabelecem entre as esferas de gestão e os diferentes atores envolvidos (MEDINA & AQUINO, 2002).

Dando prosseguimento, buscou-se saber quais os pontos fortes das ACE's a partir do “olhar” da equipe técnica. Assim, o quadro abaixo revela a seguinte percepção:

PONTOS FORTES LEVANTADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DAS ACE's			
ACE “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade”		ACE “Nossas águas na UFAM”	
Discente (A)	1. Projeto bem organizado;	Discente (B)	1.Prática do conhecimento adquirido em sala de aula;
	2. O local onde é realizado o projeto possui boa infra-estrutura;		2. Interatividade com a comunidade;
	3. Ganhos de experiências, através de contato com alunos;		3. Sociabilidade entre discentes e docentes.
	4. O grupo consegue dividir as tarefas.		
Discente (B)	1. As oficinas abordam temática satisfatórias;	Discente (C)	1. O aluno tem maior proximidade com a parte prática do que foi visto em aula;
	2. Os comunitários têm grande interesse pelo projeto.		2. Beneficia a comunidade;
			3. Ajuda os discentes a lidarem com pessoas como se fosse um ambiente de trabalho.
Discente (D)	1.Experiência adquirida pelos discentes;	Discente (F)	1. Atua com a comunidade;
	2. Boa participação da comunidade;		2. Trabalha com pessoas de várias áreas;
	3. Projeto bem estruturado;		3. Propõe melhorias dentro da Universidade;
	4. Abre uma visão geral da sociedade;		4. Conhece as necessidades dentro e fora da Universidade;
	5.Conhecimentos em relação à educação ambiental.		5. Pode atuar na área profissional ainda sendo acadêmica

Quadro 16 - Pontos fortes levantados pela equipe técnica das ACE's
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se do quadro acima que as falas apontam para o grande potencial que o Programa sustenta, já que de uma forma geral este proporciona o cumprimento dos objetivos preconizados pelo PACE, visto que os discursos tendem a demonstra que participar da ACE intensifica o vínculo que une Universidade e Sociedade, favorecem aproximação entre teoria e

prática, melhoram a qualidade de ensino, democratizam as relações dos alunos universitários entre si e com a população não universitária, pontos esses condizentes com os objetivos do Programa, bem como o que preconiza a extensão universitária, pois

A qualidade da Universidade concretiza o seu sentido e atinge a sua finalidade quando o produto do fazer acadêmico se torna acessível à sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida da população. Para que isso seja possível defendemos a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão preceito que, aliás, veio constar do texto constitucional, a partir de uma luta política do Movimento Docente (ANDES, 1996).

Importa destacar que outro ponto forte ressaltado no quadro acima a partir das falas da equipe técnica das ACE's refere-se a contribuição das atividades para a *formação profissional*, cumprindo assim, com o que nos ensina Gramsci (1989, p.07) que “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens”, assim, ao se inserir em um atividade extensionista o discente pode aquilatar sua formação profissional numa perspectiva de totalidade, a partir da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão..

Na busca por deslindar acerca dos pontos frágeis das respectivas ACE's pesquisados o quadro abaixo revela a seguinte percepção:

PONTOS FRÁGEIS ENCONTRADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DAS ACE's			
ACE “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade”		ACE “Nossas águas na UFAM”	
Discente (A)	1.Dificuldade de deslocamento com transporte.	Discente (A)	1. Recurso financeiro insuficiente;
Discente (D)	1.Dificuldade com locomoção até o lócus da ACE;	Discente (C)	1.Falta de interesse da Universidade nas ACE's;
	2. Falta de participação da comunidade.		2. Poucos recursos financeiros;
Discente (F)	1. Discentes despreparados;		Discente (D)
	2. Dificuldade de locomoção da UFAM à comunidade;	1. Depender de recursos para algumas atividades;	
	3. Pouco tempo na escola;	2. Não ter um grupo de trabalho coeso;	
	4. Falta de interesse de alguns alunos;	3. Não ter maior apoio da comunidade, muitas vezes por incompatibilidade de horários.	
	5. Financiamento do projeto.		

Quadro 17 - Pontos frágeis encontrados pela equipe técnica das ACE's

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

O quadro acima revela que os pontos frágeis apresentados a partir da visão da equipe técnica das ACE's pesquisadas pode-se destacar que esses remetem a problemas de infraestrutura, em relação aos recursos materiais e financeiros, bem como o ponto que possui mais consistência nas falas dos discentes da ACE “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade” demonstram a dificuldade dos mesmos de chegarem até a comunidade onde são realizadas as atividades.

Chama atenção que de forma contraditória os pesquisados afirmam que um dos maiores entrave, ou seja, ponto frágil da ACE refere-se aos recursos financeiros. Ora, anteriormente esses pesquisados afirmaram ser suficientes tais recursos, o que nos leva a inferir: até que ponto esses

sujeitos tem conhecimento ou domínio do orçamento e seu equacionamento no tocante a execução das ações?

Nesse sentido, urge que: 1) as ações do PACE sejam redimensionadas devido ao tamanho do aporte financeiro; 2) a necessidade de se ampliar esses recursos; 3) que as ações das ACE's contemplem parcerias no sentido de otimizar e dar maior resolutividade as demandas no sentido de qualificar as ações, bem como o alcance das mesmas junto a comunidade.

Prosseguindo na análise buscou-se desvelar acerca da concepção de Extensão Universitária, esta entendida como uma oportunidade única para a efetivação de troca de saberes. Nesse sentido, expõe-se que o PACE como um programa de extensão deve proporcionar uma aproximação da universidade com a comunidade não universitária, rompendo barreiras e preconceitos, em detrimento de uma universidade dominadora e detentora do conhecimento, pois

A universidade precisa ser o palco de discussões, a que o povo possa ter acesso e refletir com subsídios seus problemas. Para isso precisa sentir-se bem, em um espaço de confiança, alegria e respeito à cultura (...). Entretanto, cumpre alertar a Universidade, contra o pedantismo de considerar-se dona da verdade, tornando-se inflexível. Necessário se faz estabelecer um constante diálogo ou, como diria Gramsci, manter a organicidade entre universidade e sociedade. Em que a extensão não seja mais uma mera função da universidade, mas ser um elemento articulador da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em uma efetiva práxis social (JEZINE, 2002, p.219).

Diante do exposto, procurou-se descobrir o entendimento dos pesquisados sobre Extensão Universitária. Vejamos o que os discursos abaixo revelam:

É o processo sócio-educativo, científico e cultural que articula o ensino/conhecimento acadêmico e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre UFAM e sociedade. (**Coordenadora do projeto, ACE I**)

É quando fazemos atividades fora da UFAM, a fim de aprimorarmos o nosso conhecimento. (**Discentes B, ACE I**)

Integração da universidade à comunidade, por meio de ações sociais visando beneficiar os grupos sociais participantes. **(Discente C, ACE I)**

A participação universitária nas comunidades. **(Discente F, ACE I)**

Entendo extensão universitária como processo contínuo, educativo para todos os envolvidos, que visa a transformação da realidade, por meio da reflexão e da ação integrada de diversos agentes e agências sociais, com referência na inter-relação entre o senso comum e os saberes acadêmicos. **(Coordenadora do projeto, ACE II)**

A extensão é um programa que busca com que o aluno ponha em prática os conceitos assimilados em sala de aula, integrando a Universidade com a sociedade. Tem como objetivo contribuir para a formação profissional do aluno e despertar o interesse do mesmo por atividades comunitárias. **(Discente B, ACE II)**

É uma oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em uma situação real, de modo a propor melhorias de maneira prática para situações na comunidade. **(Discente E, ACE II)**

É uma atividade que desenvolve habilidades que muitas das vezes você nem acha que teria, e dá uma grande visão do que você irá encontrar no mercado de trabalho. **(Discente F, ACE II)**

As falas acima confirmam o entendimento dos discentes em relação à extensão universitária, visto que a Universidade tem como papel principal difundir o saber e promover o intercâmbio com a sociedade, através da extensão universitária que “é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1998).

Nessa esteira, procurou-se descobrir, a partir da percepção da equipe técnica, acerca dos benefícios obtidos pelos beneficiários com as ações oferecidas pelo PACE. Assim, as falas abaixo revelam:

Informação; integração à universidade; serviços. **(Discente D, ACE I)**

O conhecimento de temas, que muita das vezes estão esquecidos pela comunidade. **(Discente E, ACE I)**

Consciência ambiental; consequências das ações humanas na natureza e no meio urbano. **(Discente F, ACE I)**

No caso dos membros da comunidade universitária da UFAM (dirigentes, técnico-administrativos, docentes e discentes) envolvidos nas diversas edições da ACE Nossas águas, f observado o crescimento em conhecimento, aprendizado, mobilização individual e coletiva, além da participação cidadã em processos de transformação da realidade ambiental da UFAM, a partir da reflexão e ação, e integradas, especialmente em aspectos de gestão participativa das águas - uso racional e controle de poluição por esgotos e resíduos sólidos. **(Coordenação do projeto, ACE II)**

[...] os benefícios dessa atividade são recebidos por toda comunidade que utiliza o CAIS (alunos, professores, outros funcionários), sendo esse benefício uma melhor condição de saneamento para a área. **(Discente B ACE II)**

Ter seus problemas analisados por profissionais/alunos e com base nestes dados, de forma conjunta, propor mudanças significativas. **(Discente E ACE II)**

Novas instalações, buscando a melhoria da interação da comunidade. **(Discente ACE II G)**

Posto isto, pode-se depreender dos discursos anteriores que o entendimento sobre a extensão universitária reside em levar o conhecimento à comunidade perpassa uma dinâmica que ultrapassa barreiras, nutrindo os sujeitos de *poder* no sentido de orientação de seus direitos, numa busca incansável do fortalecimento das pessoas que vislumbra um papel libertador, em que tira os indivíduos do lugar de controlados para serem sujeitos de sua própria história. Portanto, O empoderamento pode ser então definido como:

Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania. (PINTO, 2001, p.247)

Conforme conceito apresentado pelo autor pode-se analisar nas respostas dos discentes que a extensão universitária, através do PACE consegue atingir essa expectativa de instrumentalizar os comunitários, através de informações de sua realidade, levando-os muitas

vezes a refletir sobre os temas trabalhados como na resposta do “discente F, ACE I”, que afirma que a ACE promove a consciência ambiental, e levando ao conhecimento dos beneficiários sobre as conseqüências das ações do homem na natureza e no meio urbano.

Ressalta-se que o PACE tem como papel central promover reflexão e transformação na vida de seu público alvo, observa-se, portanto que como afirmam os “**Discentes E G, ACE II**”, que o projeto vem atender as necessidade e resolver os problemas que se apresentam no interior da comunidade, melhorando a qualidade de vida dos comunitários, coadunando-se com um dos objetivos do PACE é “estimular a interdisciplinaridade, com o estabelecimento de interfaces e interações temáticas” (CADERNOS PACE 01, 2008 p. 71). Neste sentido, é correto depreender dos discursos acima que a extensão universitária deve ser um mecanismo que potencializa a troca de saber, entendendo que esta troca deve ser apreendida enquanto um processo, pois

É preciso que [...] desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que ,embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1997, p.25).

Ciente de tal entendimento procurou-se inquirir aos pesquisados se o programa apresenta características interdisciplinares. Assim, os gráficos abaixo revelam:

O programa apresenta características interdisciplinares?

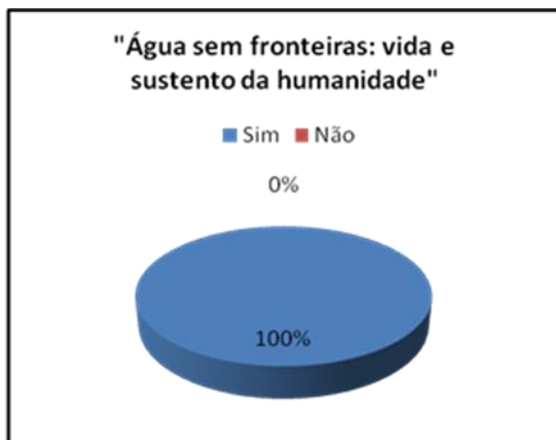


Gráfico 13 – O programa apresenta características interdisciplinares? - ACE I
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

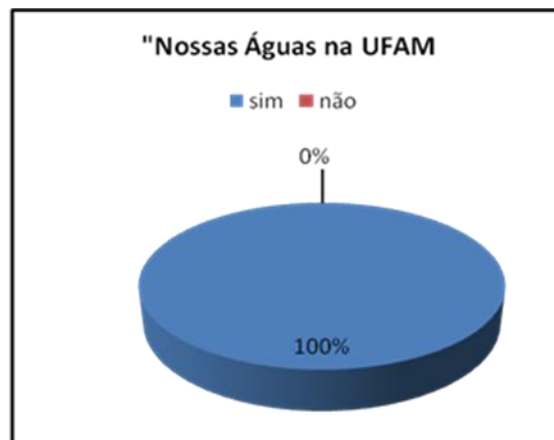


Gráfico 14 – O programa apresenta características interdisciplinares - ACE II
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se de forma unânime que para 100% dos pesquisados da ACE I e II as existe interdisciplinaridade dentro dos projetos, já que os pesquisados afirmam positivamente tal questão. Além disso, quando se fala em interdisciplinaridade, está se referindo a um tipo de interação entre as disciplinas ou áreas do saber, todavia,, essa interação remete a níveis de complexidade diferenciadas. Dessa forma, dizemos que na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento, mas nesse caso se trata de uma ação coordenada, onde alunos, professores e comunidade trabalham em conjunto. Portanto,

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p.88-89).

Feito tais esclarecimentos objetivou-se desvelar quais são as áreas do conhecimento que estão envolvidos os projetos aqui trabalhado? Vejamos o que nos responde o gráfico abaixo:

Quais as áreas de conhecimento que atuam no programa?



Gráfico 15 – Áreas de conhecimento que atuam no Programa - ACE I
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

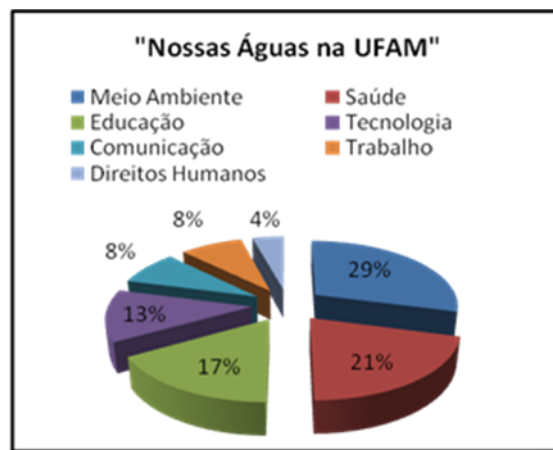


Gráfico 16 – Áreas de conhecimento que atuam no Programa - ACE II
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Nota-se que as ACEs, trabalham em conjuntos com muitas outras áreas do conhecimento, permitido assim um diálogo aberto e propositivo na medida em que se faz necessário ter um viés mais alargado, não se fechando aos outros conhecimentos, coadunando-se com a diretriz número 03 da Política de extensão UFAM (2007) que expressa o :

Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas: A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;

Logo o meio ambiente por si só se caracteriza como uma área do conhecimento interdisciplinar, pois é impossível falar dessa temática sem lançar mão de outras áreas como;

saúde, educação, tecnologia entre outros. Portanto faz-se necessário esse caráter interdisciplinar, visto que:

Vivemos em um cosmos de incertezas cujo principal mérito importante é a permanência da incerteza, porque é esta incerteza que permite a criatividade, a criatividade cósmica e com isso, desde já, a criatividade humana. Vivemos em um mundo imperfeito, que sempre será imperfeito e por conseqüência conterà a injustiça. Porém, estamos longe de nos sentirmos indefesos diante disto. Podemos fazer este mundo menos injusto, podemos fazê-lo mais belo, podemos aumentar nosso conhecimento sobre ele. Só necessitamos construí-lo e para construí-lo necessitamos dialogar uns com os outros e lutar para obter de todo o conhecimento especial que cada um de nós tem conseguido. Podemos lavar as vinhas e produzir frutos, bastando apenas tentar (WALLERSTEIN, 2001, p. 294-295).

Posto isto, salienta-se as produções científicas produzida pelas ACEs. Assim, os quadros abaixo clarificam essas produções de acordo com as coordenadoras das ACE's:

Quadros de Produções do Projeto “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade”

Itens	Qde.
Programa de Iniciação Científica/ PIBIC/ PIC	-
Apresentação Oral e/ou pôster	1
Publicação de artigo e/ou resumo	1
Outros	-

Quadro 18 – Produções do projeto “Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade.
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Quadros de Produções do Projeto Nossas Águas na UFAM.

Itens	Qde.	Títulos	Data
Programa de Iniciação Científica/ PIBIC/ PIC	-	-	-

Apresentação Oral e/ou pôster	2	“Nossas águas: formação, articulação e produção acadêmica” – resumo (Word) e comunicação oral com slides (Power Pnt), digitalizados e apresentados no Congresso de Extensão da UFAM (CONGREX 2009), “Nossas águas na UFAM (2008-2009): contribuições para o planejamento participativo no CAIS” – resumo (Word) e comunicação oral com slides (Power Pnt), digitalizados e apresentados no Congresso de Extensão da UFAM (CONGREX 2009)	02 a 05.12.2009
Publicação de artigo e/ou resumo	-	-	-
Projetos	1	Projeto de caixas de gordura padronizadas, adotadas pela PCU para execução nos sistemas de tratamento de esgoto, existentes e em construção, nos campus da UFAM (capital e interior do Amazonas);	2008/01
Resumo	1	“Nossas águas na UFAM (2009-2): ensaio de percolação no solo no setor sul do campus, nas proximidades do CAIS” – relatório técnico (Word e Excell) e slides (Power Pnt), para avaliar a disposição no solo do efluente final do sistema de tratamento de esgoto do CAIS da UFAM.	2009/02

Quadro 19 – Produções do projeto “Nossas Águas na UFAM”

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Observa-se a partir dos quadros anteriores que as houve bastantes produções advindas das ACEs e que as mesmas procuram de alguma forma contribuir para o divulgação do conhecimento acerca de tais áreas. As produções científicas são resultantes das atividades que ambas ACE’s vêm trabalhando no decorrer dos semestres, visto que as mesmas são constantemente renovadas.

Verifica-se que a divulgação das atividades feitas por meio de produções científicas se tornam essencial para manter essa interlocução entre universidade e sociedade, promovendo a troca e a sinergia entre os acadêmicos, docentes e comunitários que juntos constroem esses trabalhos o que representa um ganho enorme tanto para a Universidade, quanto para a sociedade, bem como expressa a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Dando prosseguimento, buscou-se averiguar junto à equipe técnica se mesma possuía conhecimento em torno dos objetivos dos projetos dos quais estavam inseridas. Vejamos o que revela os gráficos abaixo:

Você sabe quais são os principais objetivos da ACE?



Gráfico 17 – Você sabe quais os principais objetivos da ACE I?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

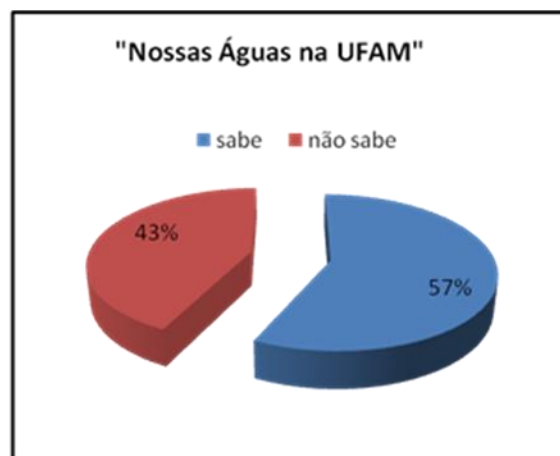


Gráfico 18 – Você sabe quais os principais objetivos da ACE II?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Observa-se a partir dos gráficos acima que 100% dos pesquisados da ACE I afirmam conhecer os objetivos do respectiva ação de extensão. Todavia, no que se refere a ACE II 57% dos pesquisados afirmam “saber” quais são os principais objetivos da ACE, sendo que 43% afirmaram “não saber”, portanto, este dado requer uma reflexão no sentido de orientar aos alunos que participam e/ou se inserem em atividade de extensão acerca dos objetivos que norteiam a ação extensionista com vistas a atingir os objetivos que devem ser entendidos como o “fio condutor” de toda a ação de cariz interventivo e investigativo.

Ratifica-se que os objetivos de um projeto o direcionam, portanto, o não conhecimento dos mesmos, se constitui em uma frágil comunicação entre a coordenação e os discentes, assim,

se faz necessário que seja visto essa fragilidade, com a finalidade de aquilatar e potencializar os impactos da ação de extensão na vida dos beneficiários.

Salienta-se que os objetivos da ACE devem ser efetivados na vida dos docentes, discentes e principalmente na vida dos comunitários. Nesse sentido, questionou-se à equipe técnica sua visão sobre o alcance dos objetivos do programa. Vejamos o que revela os gráficos abaixo:

Em que medida a ACE alcança seus objetivos?



Gráfico 19 – Medida em que a ACE I alcança seus objetivos
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

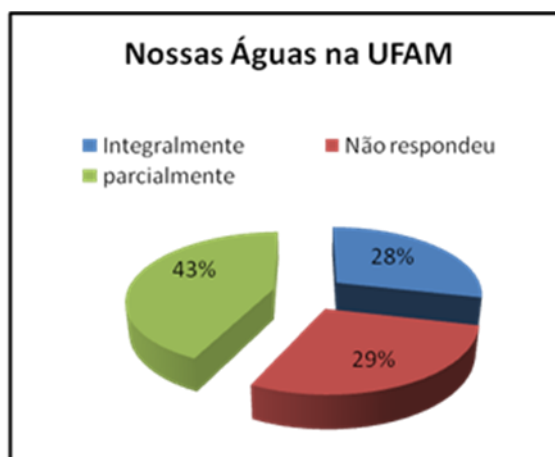


Gráfico 20 – Medida em que a ACE II alcança seus objetivos
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Nota-se nos gráficos acima uma pulverização dos dados. Assim, no que se refere a ACE I para 67% dos pesquisados o alcance dos objetivos é integral, para 33% este alcance é parcial. No que se refere a percepção da equipe técnica da ACE II acerca do alcance dos objetivos para 43% este alcance é parcial, sendo que para 28% este alcance é integral. Todavia, chama atenção o percentual de 29% que “não responderam” o que nos leva a refletir acerca da real participação desses sujeitos na ação de extensão.

Destarte, procurando dar uma maior qualidade aos dados expostos nos gráficos anteriores as falas abaixo revelam a percepção dos pesquisados sobre essa questão, quais sejam:

Integralmente, os objetivos específicos (metas) têm sido alcançados ao longo sucessivas edições da ACE Nossas águas na UFAM, posto que os fatores tempo da realização e continuidade são fundamentais para que os processos de gestão e educação ambiental alcancem resultados efetivos na transformação da realidade. **(Coordenadora do projeto, ACE II)**

Há ainda a falta de colegas para abrangermos o nosso objetivo. **(Discentes A, ACE II)**

Como precisamos do apoio de outras pessoas, algumas vezes ficamos na "espera" da participação e decisão das mesmas. **(Discentes C, ACE II)**

Quando o trabalho não é executado, tipo, planejamos a reforma do CAIS, mas a reforma não acontece, verifico que assim só é alcançado parcialmente os objetivos. **(Discentes E, ACE II)**

Ampliou a visão de sala de aula e produziu o conhecimento. **(Coordenadora do projeto, ACE I)**

Houve pouco tempo para expor o tema da ACE embora tenha sido bem aproveitado o tempo determinado. **(Discentes E, ACE 01)**

Os beneficiados eram desinteressados. **(Discentes C, ACE 01)**

Não sei dizer o porquê **(Discentes D, ACE 01)**

Observa-se que as falas são contundentes, bem como ampliam os percentuais expostos nos gráficos anteriores, pois, nos revelem os reais motivos pelos os quais não se atingiu os objetivos previstos de forma plena. Todavia, sabe-se que para um programa, projeto ou política é vital avaliar sua eficácia, ou seja, se os mesmo alcançaram seus objetivos, logo eficácia é fazer o trabalho para atingir plenamente os resultados que se esperam. É fazer "a coisa certa", ou seja, a coisa que leve ao resultado almejado.

Nestes termos, Baptista (2000) afirma que a eficácia é ponderada a partir da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstas no planejamento, bem como do nível/grau

em que esses objetivos e metas foram alcançados. Sendo assim, é lícito sinalizar para a coordenação das ACE's que urge que se envidem esforços no sentido de se atingir os objetivos propostos e pactuados de forma coletiva entre Universidade e Comunidade.

Dando prosseguimento ao entendimento dos discentes sobre os objetivos da ACE Água sem Fronteiras: vida e sustento da humanidade indagou-se: De que forma a ACE, contribuem para ampliar o conhecimento dos alunos sobre a importância da água, para e de sua preservação? Vejamos o que revela o gráfico a seguir:

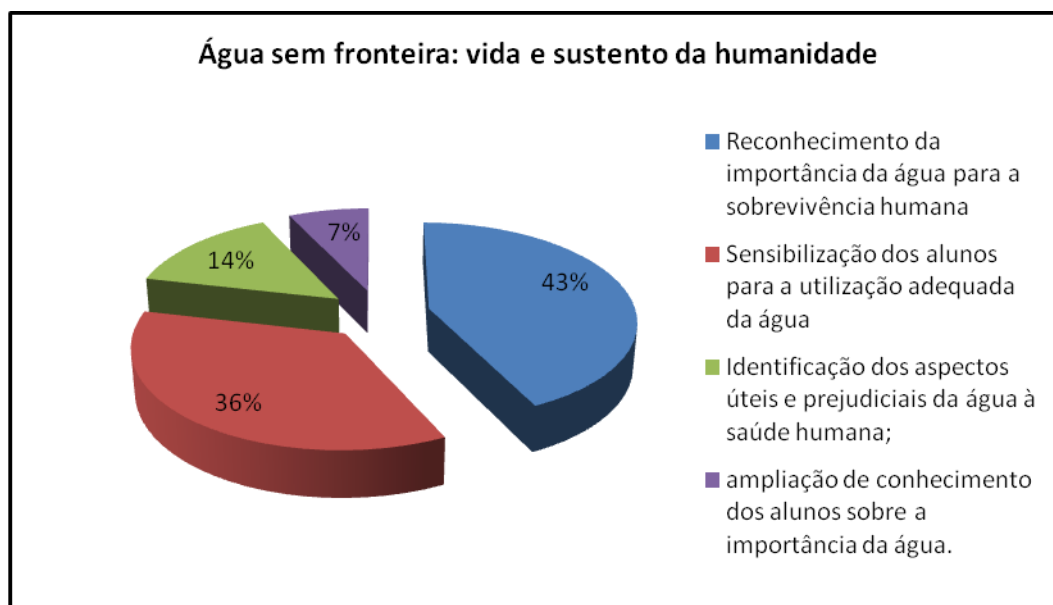


Gráfico 21 – Contribuição da ACE I em relação à água
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Os dados assinalados pela equipe técnica são pertinentes, com a temática trabalhada na respectiva ACE. Para tanto se faz necessário levar essa reflexão aos alunos no sentido de sensibilizar para que o uso da água aconteça de maneira racional com a finalidade de não comprometer à sobrevivência humana. Além disso, Leff (2001, p.117) alerta que “A consciência ambiental se manifesta como uma angústia de separação e uma necessidade de reintegração do

homem na natureza”, ou seja, hoje se faz necessário projetos como os da extensão universitária da UFAM, para que se possa refletir, quanto a necessidade de se preservar o meio o ambiente.

Na mesma simetria perguntou-se aos discentes do projeto Nossas Águas na UFAM de que forma a ACE contribui para universalizar e racionalizar o uso da água, bem como difunde a proteção dos mananciais, no sentido da gestão participativa com as comunidades, em Manaus?

Assim, as respostas presentes no gráfico abaixo revelam:

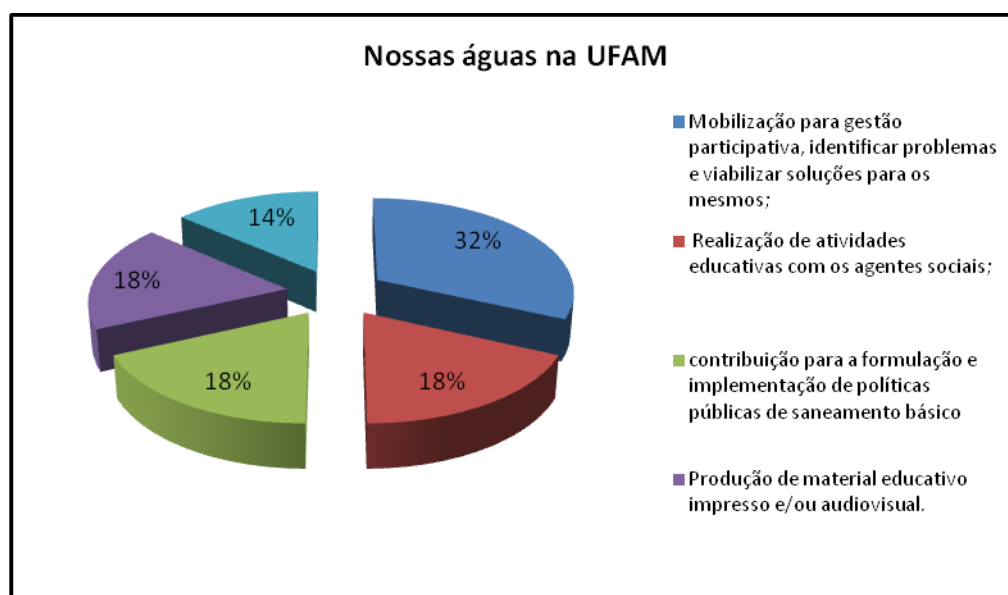


Gráfico 22 – Contribuição da ACE II em relação à água
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Nota-se no gráfico acima que diversa são as formas de se racionalizar e proteger os mananciais, a partir de estratégias como mobilizar, identificar, propor, negociar e produzir estudos aprofundados sobre as reais situações existentes na UFAM são meios de buscar solução para alguns problemas dos enfrentados pelos comunitários do projeto.

Nesse sentido, Leff (1999, p.127) alerta que:

A educação ambiental formal implica em diferentes abordagens e estratégias em seus diferentes níveis e âmbitos, assim como no contexto de cada país e cada região do planeta. A educação para o desenvolvimento sustentável exige novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas, nas quais se plasmem as

relações de produção de conhecimento e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental

Assim, acredita-se que para difundir esses preceitos entre a comunidade envolvida com a ACE urge que se envidem esforços em qualificar essa participação por meio da:

- A participação remete ao entendimento que o ser humano livre e inteligente; que ele não quer ser apenas beneficiário, mas participante do projeto coletivo. Só assim ele se faz sujeito da história.
- A igualdade que resulta e fomenta a participação de todos, sempre respeitando que cada um é singular e diferente. Portanto, a igualdade na dignidade e no direito que sustenta a justiça social, já que junto com a busca da igualdade vem a busca pela equidade.
- O respeito a diferença que remete a acolhida como manifestação das potencialidades das pessoas e das culturas como riqueza nas formas de participação.
- A comunhão que se baseia no diálogo respeitoso e fraterno que é capaz de valores, de compaixão e solidariedade. (SOUZA apud BOFF 1994, P.72)

Portanto, os trabalhos como as atividades do PACE devem sempre buscar proporcionar uma forma de levar a comunidade à reflexão através de práticas pedagógicas como afirma o autor, com a finalidade de se difundir os conhecimentos relacionados à questão ambiental, nas várias comunidades de Manaus. Nessa perspectiva, questionou-se ao corpo técnico das ACE's se houve impacto na formação profissional dos mesmos, assim, os gráficos abaixo revelam:

Para você a ACE produz impactos na formação profissional?



Gráfico 23 – Impactos produzidos pela ACE I na formação profissional
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

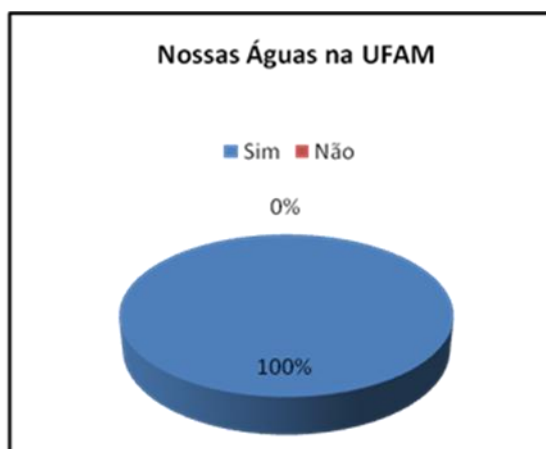


Gráfico 24 – Impactos produzidos pela ACE II na formação profissional
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

De forma , majoritariamente 100% os pesquisados as ACE's afirmaram ter adquirido um maior conhecimento sobre a temática, assim como afirmam que participar destas ações extensionistas produzirá bons frutos para sua formação profissional. Além disso, é lícito ressaltar que a extensão universitária tem essa finalidade fazer os acadêmicos refletir acerca da realidade a partir dos problemas identificados e que um dia estes alunos terão que enfrentar.

Procurando dar uma maior qualidade aos dados acima se inquiriu a Coordenação das ACE's, bem como de alguns alunos, sobre o impacto destas junto aos discentes. Assim, as falas abaixo revelam o seguinte teor:

Os impactos na formação profissional podem ser observados em diversos elementos registrados nos relatórios finais das diversas edições das ACE's Nossas Águas (2003 a 2009), principalmente nas atividades realizadas, nos resultados alcançados e nos relatos de experiência dos discentes envolvidos.
(Coordenadora do projeto, ACE I)

Porque os universitários se formam mais conscientes, sabendo que a água fonte de vida e adquire mais conhecimentos no seu ramo que é a geografia.
(Discente A, ACE I)

Experiência na convivência escolar. **(Discente C, ACE I)**

Porque foi por meio desta ACE que consegui articular o ensino e a pesquisa, e entender o quanto se pode trabalhar com inúmeros temas importantes que muitas das vezes estão esquecidos. **(Discente D, ACE I)**

Gerou novos conhecimentos. **(Coordenadora do projeto, ACE I)**

Devido à utilização de novos conhecimentos. **(Discente F, ACE II)**

Todos devem ser sensibilizados da preservação da água. **(Discente H, ACE II)**

Porque os universitários se formam mais conscientes de como a água fonte de vida adquire mais conhecimentos no seu ramo que é a geografia. **(Discente J, ACE II)**

Porque foi por meio desta ACE que consegui articular o ensino e a pesquisa, e entender o quanto se pode trabalhar com inúmeros temas importante que muitas das vezes estão esquecidos. **(Discente L, ACE II)**

Porque nos dá maior visão dos impactos ambientais em nossa cidade. **(Discente M, ACE II)**

Depreende-se dos discursos acima, impregnados de subjetividade, todavia, é de suma importância, pois revela o real impacto ocorrido em suas vidas, comprovando a efetividade dos projetos. Seguindo o mesmo pensamento, foi questionada a equipe técnica se os projetos tinham produzido impactos também na vida dos beneficiários. Assevera-se que este questionamento orienta a pesquisa em tela, um dos objetivos de tal pesquisa é desvelar os impactos sociais ocorridos na vida dos beneficiados. Assim, os dados abaixo revelam a seguinte realidade:

Para você a ACE produz impactos na vida dos beneficiários?



Gráfico 25 – Impactos produzidos pela ACE I na vida dos beneficiários
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010



Gráfico 26 – Impactos produzidos pela ACE II na vida dos beneficiários
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se dos gráficos acima que na visão da equipe técnica, realmente houve impactos na vida dos beneficiados, já que de forma majoritária 100% dos pesquisados afirmaram que as respectivas ACE's produzem impactos junto a comunidade beneficiária. Logo segundo (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, apud ARRETCHE, 1999: 31) efetividade é:

(...) o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, se é um sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação.

Dando uma maior qualidade às falas dos discentes expõem a efetividade no que diz respeito às mudanças ocorridas na vida dos comunitários, quais sejam:

Os impactos na vida dos comunitários (da UFAM) podem ser observados em diversos elementos registrados nos relatórios finais das diversas edições das

ACE's Nossas águas (2003 a 2009), principalmente nas atividades realizadas, nos resultados alcançados e em relatos de avaliação pelos comunitários. Outro indicador é a crescente demanda pela atuação da ACE Nossas águas em outros segmentos da comunidade universitária. **(Coordenadora do projeto, ACE I)**

Porque através desse projeto os comunitários se conscientizam a conservar a água e ensinam a outras pessoas também. **(Discente C, ACE I)**

Porque os alunos servem de intermédio para transmitir o que aprenderam sobre a importância da água para a comunidade. **(Discente E, ACE I)**

Causa sensibilidade no seu cotidiano. **(Discente F, ACE I)**

A democratização do saber científico, e, sobretudo, a sensação de estarmos sendo úteis a comunidade. Elaboração da prática de um conhecimento acadêmico/científico. Ampliou a visão de sala de aula e produziu o conhecimento. **(Coordenadora do projeto, ACE II)**

Devido à sensibilização dos comunitários. **(Discente G, ACE II)**

Todos devem ser sensibilizados da preservação da água. **(Discente C, ACE II)**

Porque através desse projeto os comunitários se conscientizam a conservar a água e ensinam a outras pessoas também. **(Discente D, ACE II)**

Integração da comunidade. **(Discente E, ACE II)**

Porque os alunos servem de intermédio para transmitir o que aprenderam sobre a importância da água para a comunidade. **(Discente H, ACE II)**

Os discursos acima demonstram os sentimentos e vivência de cada sujeito envolvido nas ACE's. Logo essa percepção nos traz um pouco da realidade vivenciada dos pesquisados, que avaliam de forma positiva sua participação nas atividades extensionistas. Assim, procurando descobrir a percepção da equipe técnica acerca dos benefícios de curto, médio e longo prazo que trazidas pelas ACE's, elaborou-se os gráficos abaixo que revelam a seguinte percepção:

Para você a ACE traz benefícios a curto, médio ou longo prazo?

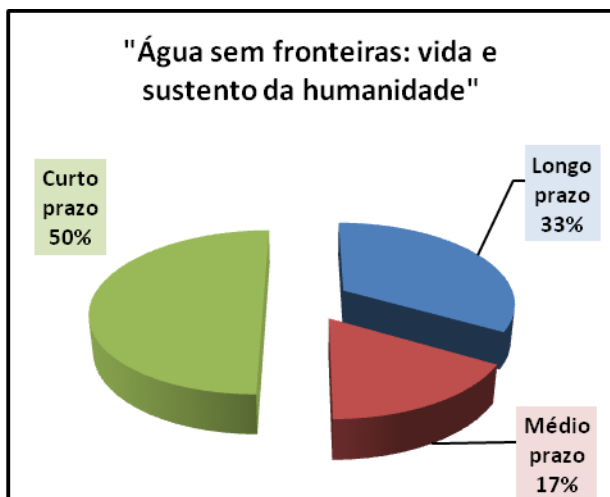


Gráfico 27 – Para você a ACE I traz benefícios a curto, médio ou longo prazo?
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

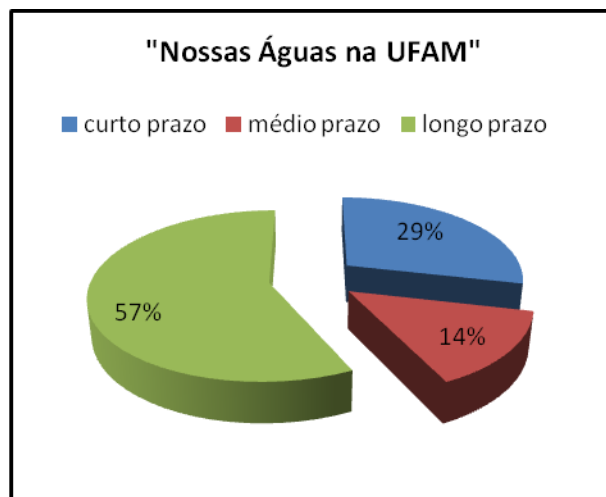


Gráfico 28 – Para você a ACE II traz benefícios a curto, médio ou longo prazo?
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Pode-se depreender dos gráficos acima que para 50% dos pesquisados da ACE I esses benefícios ocorrem no curto prazo, para 33% é a longo prazo e 17% os benefícios são de médio prazo. No que se refere aos pesquisados da ACE II, 57% revelam que esses benefícios são de longo prazo; 29% afirma que os benefícios são de curto prazo e 14% afirmam ser de médio prazo. Ademais, essa relação da universidade com a sociedade permite que haja um relacionamento de contínua troca de saberes. No entanto as falas são significativas para compreensão desses dados:

Porque as crianças podem colocar imediatamente em prática os conhecimentos adquiridos. **(Discente B, ACE I)**

Pela participação dos alunos nas oficinas e em todo andamento do projeto. **(Discente D, ACE I)**

Pois todos os alunos participantes entenderam a importância da água, no qual, foi demonstrada no encerramento da ACE. **(Discente E, ACE I)**

Todo trabalho que tem como tema o ambiente, os benefícios são a longo prazo, pois as crianças vão construindo ao através das séries seu conhecimento teórico e seu saber sobre o mundo. Mas irão lembrar, das nossas atividades sobre a água. **(Coordenadora do projeto, ACE II)**

Porque oferece conhecimento extra-acadêmico. **(Discente D, ACE II)**

Porque as crianças podem colocar imediatamente em prática os conhecimentos adquiridos. **(Discente F, ACE II)**

Porque o projeto nos ajudará mais tarde no mercado de trabalho. **(Discente I, ACE II)**

Pela participação dos alunos nas oficinas e em todo andamento do projeto. **(Discente L, ACE II)**

Pois todos os alunos participantes entenderam a importância da água, no qual, foi demonstrada no encerramento da ACE. **(Discente N, ACE II)**

Porque é um trabalho de conscientização e educação. **(Discente M, ACE II)**

Destarte, as falas acima demonstram que para os pesquisados as Atividades de Extensão Curriculares ACEs, são extremamente necessárias para a compreensão acerca do tema meio ambiente. Nesse sentido, o desvelar feito até o presente momento demonstra que a percepção da equipe técnica acerca do potencial das ACE's reforça as diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFAM.

Corroborando com essa afirmação os discursos abaixo revelam o significado para os alunos de participarem de uma ação de extensão universitária conforme pesquisa documental feita no Relatório Final (2009/2º.) da ACE apresentado junto à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), quais sejam:

A extensão possibilita que o estudante construa um maior aprendizado e o incentiva à pesquisa, uma vez que mobiliza os alunos no sentido de ir às comunidades portando conhecimentos de interesse delas, dando sua contribuição não só no sentido epistemológico mas social também. Para nós foi gratificante descobrir que temos valor e que não precisamos esperar a formatura para prestar serviços á sociedade, podemos contribuir ainda como alunos. Trabalhamos no

desenvolvimento de materiais educativos audiovisuais, abordando diversos aspectos de doenças transmissíveis pela água, como também os respectivos cuidados preventivos para manutenção da saúde. Esse material deverá ser aplicado nas comunidades onde a ACE Nossas águas atua: dentro e fora da UFAM. Conscientes de que nossa responsabilidade é muito grande, buscamos maior aprofundamento na área de Parasitologia, disciplina que acabamos de cursar, de modo a preparar material atualizado e de qualidade. A ACE Nossas águas integra professores, alunos e servidores da UFAM, em torno de um grande bem que a humanidade possui, a água. Foi uma experiência importante para nós, e se não conseguirmos tempo para continuar participando em 2010, em face dos inúmeros compromissos que assumimos no curso de Medicina, tentaremos passar o bastão para outros colegas nossos. **(Discentes B e C)**

Em 2009-2, aproveitamos para ingressar na ACE Nossas águas, em virtude do tempo disponível e para melhor aproveitamento do nosso curso, já que está comprovado que os alunos com melhor rendimento são aqueles que se envolvem em atividades de extensão. A extensão dá a oportunidade de divulgar atividades técnicas e científicas da universidade em benefício das comunidades e, no contato com os problemas dessas comunidades, podem ser desenvolvidos estudos propostos de solução desses problemas, vinculados às outras atividades de ensino e de pesquisa da universidade. Atuamos inicialmente no Laboratório de Saneamento da UFAM, conhecendo sua infra-estrutura e funcionamento, nos familiarizando com os equipamentos, com a equipe técnica e com as práticas e rotinas ali realizadas, de modo a contribuir na coleta de amostras de águas e na execução de análises físico-químicas e microbiológicas das águas, consumidas em comunidades rurais e na comunidade universitária também. Passamos a conhecer os padrões para que uma amostra de água seja considerada potável para o consumo humano e aprendemos como deve ser a conduta correta em laboratórios desse tipo. Participamos pela primeira vez do Congresso de Extensão da UFAM e, no evento “Saneamento básico para todos”, recebemos no Laboratório de Saneamento, professores, alunos e moradores das comunidades rurais, interessados em conhecer os trabalhos que ali desenvolvemos. Aprendemos muito e esperamos continuar em 2010.

Participando da ACE Nossas águas, foi possível praticar atribuições e atitudes de nossa futura profissão de engenheiros civis. Aplicamos conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações reais da infraestrutura física da UFAM, existente e a construir: a rede coletora e a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do setor norte do campus da UFAM; a necessidade de caixas de gordura nas edificações dos campus da UFAM, em Manaus e no interior do Amazonas; e, os projetos de arquitetura e de engenharia do novo Centro de Convivência. Nos trabalhos foram identificados alguns problemas, os quais foram relatados, juntamente com alternativas de soluções dos mesmos, para o prefeito e para arquitetos e engenheiros da Prefeitura do Campus Universitário.

Além de contribuir na formação de futuros profissionais, as atividades curriculares de extensão também trazem benefícios para a comunidade em que atuamos. No caso da ACE Nossas águas na UFAM, esse tipo de trabalho, desenvolvido pelos alunos junto com a professora orientadora, traz duplo benefício para a universidade pois ajuda no desenvolvimento das habilidades profissionais específicas de cada aluno, bem como na adequação da infraestrutura física da instituição. Trabalhando em conjunto com dirigentes e

funcionários da UFAM, desenvolvemos nossas habilidades e atitudes para o trabalho coletivo, aprendendo a respeitar individualidades e atuando no sentido de ajudar no desenvolvimento, buscando uma comunidade melhor para todos. **(Discente D e E)**

Para mim, a maior qualidade das atividades de extensão como a ACE Nossas águas é a interação e o trabalho integrado entre alunos, professores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Participei pela primeira vez e, sendo aluno de Desenho Industrial, colaborei ativamente nas seguintes tarefas: projeto gráfico de material educativo utilizado nas atividades dessa ACE (manuais e informativos); produção de camisetas com arte em serigrafia, distribuídas a alunos, a professores e a comunitários que se envolvem nas atividades desta ACE; criação (projeto gráfico) e elaboração da capa do primeiro Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o CAIS. Para cumprir essas tarefas com sucesso, precisei interagir com alunos e professores das áreas de engenharia civil, outros profissionais do Design (oficina de serigrafia), além de servidores de diversos setores da UFAM. Estou conhecendo melhor a minha universidade, meu trabalho foi valorizado e elogiado, e pretendo continuar participando de atividades de extensão.” **(Discente F e G)**

Participamos da ACE Nossas águas pela primeira vez, atuando no grupo de trabalho do sistema de tratamento de esgoto do CAIS: acompanhamos a construção desse sistema, fazendo registros fotográficos, interagindo com a equipe da construtora responsável e informando as irregularidades ao engenheiro fiscal da PCU. Foi uma surpresa para nós constatar que o projeto original desse sistema não vinha sendo criteriosamente obedecido durante a sua construção, principal ponto negativo observado. Calculamos e analisamos a capacidade dos reatores de tratamento de esgoto e de disposição de efluente final (tanque séptico e sumidouros), e verificamos que eles têm capacidades incompatíveis entre si, seja com as dimensões no projeto original, seja com as medidas adotadas na obra. Também planejamos e executamos um completo ensaio de percolação no solo, para verificação da capacidade de absorção de efluentes. Nesta ACE, destaco como pontos positivos a orientação constante da professora coordenadora e a interação com a comunidade, que despertou em nós atitudes mais solidárias e responsáveis, além de permitir o desenvolvimento da habilidade de lidar com pessoas e situações inusitadas. Foi gratificante colaborar numa obra que está em sintonia com a cobrança da comunidade universitária por medidas “verdes”, em se tratando de soluções para o esgoto gerado no campus da UFAM. Tornamos-nos profissionais mais completos! **(Discente H e J)**

A atividade de extensão nos leva a colaborar com a comunidade, abrindo as portas das salas de aula. Isso gera grande satisfação para nós, nos incentivando a melhorar o nosso desempenho acadêmico. Nas nossas atividades sentimos claramente a necessidade de existir a interligação com a comunidade e o envolvimento com outros profissionais de trabalho. É na extensão que os alunos sentem a realidade profissional, e esse aprendizado será levado para toda a vida. É interessante notar a aplicação das pessoas da comunidade; no caso os pacientes e funcionários do CAIS, em ajudar no projeto, ao ver que alunos se envolvem no processo de melhorar as condições do meio ambiente onde vivem e trabalham. No CAIS, pudemos sentir essa disposição ao realizar o levantamento de condicionadores de resíduos sólidos: em cada ambiente que estivemos a

receptividade era a principal característica. O resultado de tudo foi o melhor possível: colaboramos na elaboração participativa do primeiro Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, que trará grandes novidades e benefícios à comunidade do CAIS. Acredito que a maior contribuição é o nosso exemplo de alunos, nos importando com o bem estar de nossa comunidade e demonstrando isso ao nos empenharmos num projeto que irá trazer melhorias ao meio ambiente do CAIS, com reflexos no campus da UFAM como um todo. Espero que todos gostem do resultado final e participem também da implantação desse plano em 2010: nós vamos continuar colaborando!!!”(Discente **K e L**)

O teor dos discursos acima revela o impacto positivo a partir da participação dos discentes nas atividades curriculares de extensão o que ratifica os objetivos da extensão universitária que aliado ao ensino e a pesquisa fortalecem a formação profissional do aluno, pois soma-se a formação técnica deste discente com a identificação dos problemas apresentados na realidade social e que necessitam de uma intervenção qualificada. Nesse sentido, procurando verificar se o que foi percebido pela equipe técnica se aproxima ou se distancia da percepção dos beneficiários. Aplicou-se um formulário de entrevista semiestruturada para que pudéssemos desvelar os impactos que as ACE's trouxeram para a vida de seu público.

Antes de enfatizarmos a visão dos beneficiários, urge falarmos da sua situação sócio-econômica.

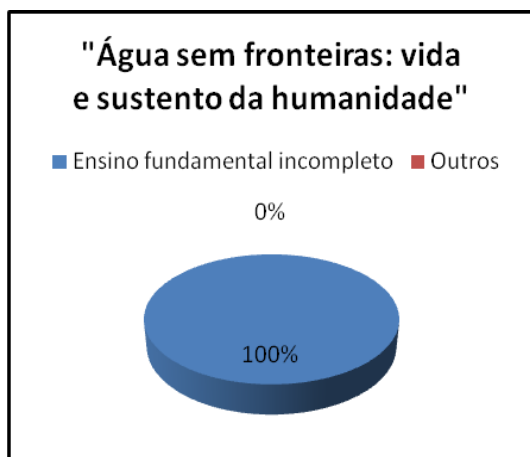


Gráfico 29 – Beneficiário da ACE I, quanto à escolaridade
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

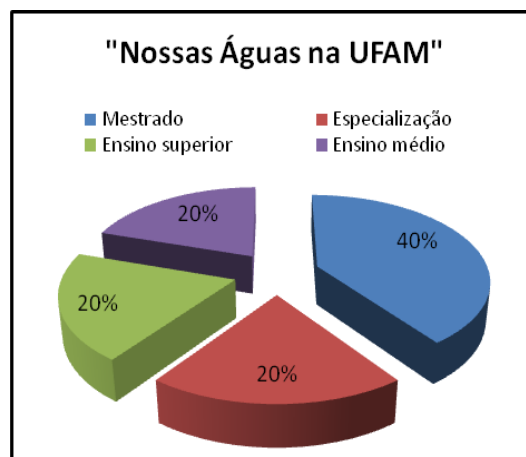


Gráfico 30 – Beneficiário da ACE II, quanto à escolaridade
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Nota-se a partir dos gráficos acima uma diferenciação acerca da escolaridade dos beneficiários das ACE's, pois 100% dos beneficiários da ACE I possuem o ensino fundamental incompleto. Já quando se avalia o gráfico da escolaridade dos beneficiários da ACE II têm-se a seguinte realidade: 40% possuem mestrado; 20% possuem ensino médio, ensino superior e especialização. Nesse sentido, é lícito ressaltar que os beneficiários da ACE I são alunos do ensino fundamental, visto que as atividades de extensão são desenvolvidas com alunos da escola Estadual Leonor Santiago Mourão, que é uma Escola de Tempo Integral. Além disso, a ACE tem por finalidade levar informações sobre o uso racional da água. Já no gráfico da ACE II, o nível de escolaridade é diverso, presume-se que é por se trata de níveis distintos devido a especificidade do público-beneficiado atendido.

Dando prosseguimento ao perfil dos beneficiários os gráficos abaixo revelam:

Situação dos beneficiários quanto às suas condições financeiras



Gráfico 31 – Beneficiários da ACE I, quanto à situação financeira.
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

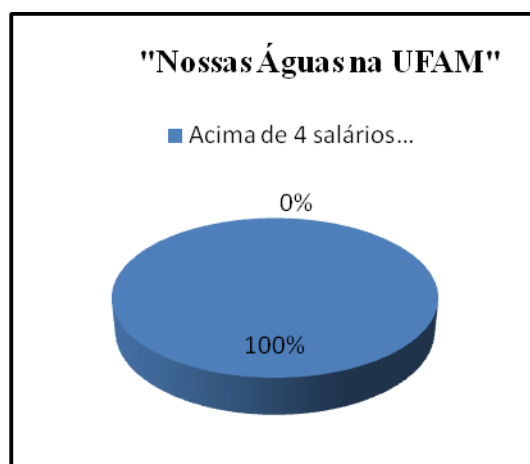


Gráfico 32 – Beneficiários da ACE II, quanto à situação financeira.
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Nota-se a partir dos gráficos acima que os beneficiários da ACE I possuem as seguintes faixas salariais: 33% encontram-se na faixa salarial de até 2 salários mínimos; 33% não responderam, 17% encontram-se na faixa salarial acima de 4 salários mínimos e 17% de 2 a 4 salários mínimos. No que se refere às condições de renda dos beneficiários da ACEII 100% desses encontram-se na faixa salarial acima de 4 salários mínimos. Ressalta-se que ao se captar a escolaridades e renda dos beneficiários pesquisados o que se quer salientar é que a condição de vida nos remete a qualidade de vida e esta é inerente ao desenvolvimento humano.

Portanto, procurando captar como se dá a participação dos beneficiários nas respectivas ACE's, procurou-se inquirir a esses sujeitos acerca do processo de planejamento das atividades de extensão que eles estão inseridos, pois segundo Padilha, (2001, p. 30), “o ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações”

Côncios deste entendimento a pesquisa em tela buscou saber se os beneficiários são convidados a participar do planejamento da ACE. Vejamos o que revela os gráficos abaixo:

Você é convidado para fazer o planejamento do projeto?



Gráfico 33 – Você é convidado para fazer o planejamento do projeto da ACE I?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

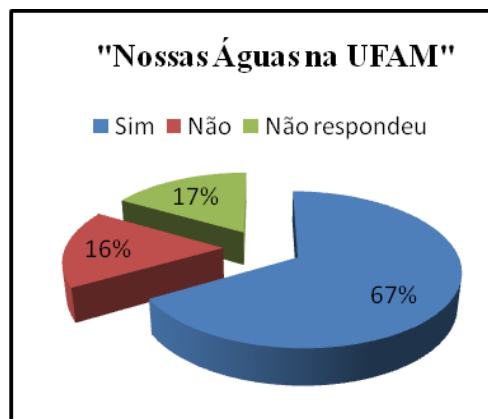


Gráfico 34 – Você é convidado para fazer o planejamento do projeto da ACE II?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Deslinda-se que o processo de planejamento se constitui num momento de extrema importância para que se tenha eficiência, eficácia e efetividade. Portanto, planejar é o fio condutor que leva o projeto à direção que se quer seguir e as metas almejadas. Todavia, observou-se, através dos gráficos, que 75% dos beneficiários pesquisados afirmam “não” participar das atividades de planejamento da ACE I, assim como 17% afirmaram que “sim” participam desse processo e 8% “não responderam”. Já quando se inquiriu aos beneficiários da ACE II acerca desta questão 67% afirmaram que “sim” participam das atividades referentes ao planejamento da ACE II, sendo que 17% “não responderam” e 16% afirmam que “não” participam da atividade de planejamento a ACE.

Entende-se que a participação de todos os envolvidos no projeto é de extrema relevância, e a participação dos comunitários deve ser assegurada e fomentada no sentido de envolver os mesmos e partilhar responsabilidades, pois as demandas advêm deles e não o contrário. Portanto, ressalta-se que a participação da população na formulação da política, programas e projetos, bem como no processo do planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações, é no mínimo necessária para se garantir a transparência das atividades e questionar as ações, bem como se essas ações estão respondendo de forma profícua e efetiva as demandas sociais identificadas. Ademais, procurando saber como esses beneficiários participam do processo de planejamento, as falas abaixo revelam:

Em reuniões, da coordenadora e equipe na Prefeitura do Campus Universitário. **(Beneficiário A, ACE II)**

Diretamente com a professora responsável pelo projeto. **(Beneficiário B, ACE II)**

Somos consultados em vários aspectos, mas principalmente quanto às necessidades, o trabalho desenvolvido, etc (individualmente, através de oficinas, etc) (**Beneficiário C, ACE II**)

De acordo com as falas coletadas da ACE “Nossas Águas na UFAM”, constata-se, portanto, que as atividades são planejadas em conjunto com os beneficiários ou de acordo com suas necessidades, confirmado pela **beneficiária C** da ACE II. Neste sentido, ressalta-se que o processo de planejamento que vai dar qualidade ao projeto, ou melhor, legitimidade, pois é necessário que todos os envolvidos na ACE estejam preparados para que as atividades sejam desenvolvidas com qualidade e conseqüente satisfação dos beneficiários, assim, diante dessa afirmação questionou-se aos beneficiários se as pessoas responsáveis pela ACE encontram-se preparados para desenvolver as atividades. Os gráficos abaixo revelam a seguinte realidade:

Os responsáveis pelo projeto são preparados para desenvolver as atividades?



Gráfico 35 – Os responsáveis pelo projeto (ACE I) são preparados para desenvolver as atividades?

FONTE, Pesquisa de campo, 2010



Gráfico 36 – Os responsáveis pelo projeto (ACE II) são preparados para desenvolver as atividades?

FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Segundo o gráfico ACE II somente 17%, dos entrevistados não sabiam responder a tal questionamento. Contudo, para 83% dos beneficiários pesquisados d a ACE II, bem como para

100% dos beneficiários pesquisados da ACE I, afirmam categoricamente que, os responsáveis pelas atividades, a equipe técnica da ACE, encontra-se preparada para desenvolver atividades de extensão propostas. Dando maior qualidade a esse dado as falas abaixo revelam:

Eles nos ensinavam muito bem e estão bem preparados e foram ótimos.
(Beneficiário F, ACE I)

Porque eles estudaram para fazer um projeto com crianças porque é difícil fazer um projeto com crianças. **(Beneficiário H, ACE I)**

Além da habilitação acadêmica é extremamente dedicada e responsável.
(Beneficiário C, ACE II)

Muito bem preparados. Especialistas na área. **(Beneficiário G, ACE II)**

As falas acima ratificam os dados presentes nos gráficos anteriores e nos leva a inferir que a percepção dos beneficiários acerca da capacidade técnica dos responsáveis pela a ACE é extremamente positiva. Assim, captar essa percepção é dar uma maior concretude a avaliação, assim como é uma forma de democratizar o ato de avaliar.

Nesta perspectiva, é preciso conhecer a realidade das comunidades, para poder intervir com projetos que busquem transformá-las. Mas para que projetos como estes que são desenvolvidos pela UFAM consigam proporcionar autonomia na vida dos beneficiários é preciso ser bem planejado, monitorado e, conseqüentemente, avaliado.

No decorrer da pesquisa foi indagado junto aos beneficiários das ACE's se as equipes técnicas conseguiram desenvolver suas atividades, ou seja, é o número de pessoas envolvidas com a ACE era suficiente. Assim, vejamos o que revel os gráficos a seguir:

O número de pessoas envolvidas na ACE é suficiente para desenvolver as atividades propostas pelo projeto?



Gráfico 37 – O número de pessoas envolvidas na ACE I é suficiente para desenvolver as atividades propostas pelo projeto?

FONTE: Pesquisa de campo, 2010

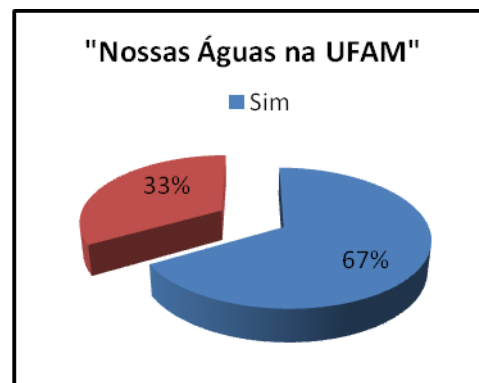


Gráfico 38 – O número de pessoas envolvidas na ACE II é suficiente para desenvolver as atividades propostas pelo projeto?

FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Os gráficos traduzem positivamente que os beneficiários (100%) da ACE Águas sem fronteiras: vida e sustento da humanidade mostraram-se muito satisfeitos e demonstraram grande compreensão dos conteúdos apresentados pela equipe técnica, comprovando a presença de vários discentes atuando nas atividades. A ACE II, ouve uma diferença nas respostas apresentadas, pois uma parte significativa de 33% não soube responder, apesar da maioria (67%) se mostrar satisfeitos com a quantidade de pessoas atuantes desta ACE. Vale ressaltar que os recursos humanos são essenciais para se atingir os objetivos previstos nos projetos.

Dando prosseguimento, foi questionando junto aos beneficiários quais eram as atividades que eles participavam dentro dos projetos. Vejamos o que nos revela os gráficos abaixo:

Quais as atividades que você participa pela ACE?



Gráfico 39 – Quais as atividades que você participa pela ACE I?
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

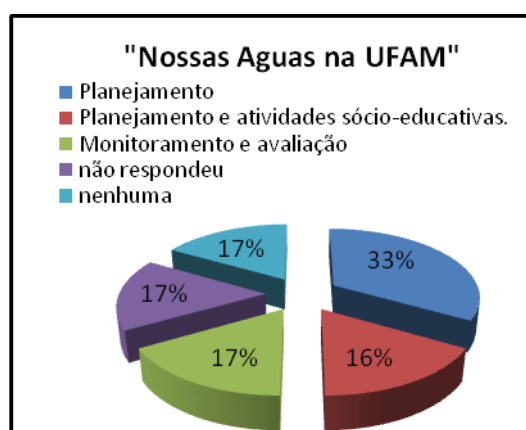


Gráfico 40 – Quais as atividades que você participa pela ACE II?
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Encontram-se nos gráficos acima, respostas bastante reveladoras, pois no gráfico da ACE I, confirmaram-se a “não” presença dos beneficiários no processo de planejamento das atividades, mas que ambos foram ativos no processo de monitoramento, avaliação e principalmente nas atividades sócio educativas. Já na ACE II, em que as respostas foram bastante pulverizadas, mas desveladora, visto que primeiramente, 17% dos beneficiários pesquisados da ACE II não conhecem o trabalho desenvolvido pela mesma, os outros 17% afirmam que não participam de nenhuma atividade, mas sabe da existência do projeto, e 33% participaram apenas do processo de planejamento do projeto. Ou seja, há uma seletividade de beneficiários na distribuição das atividades desta ACE. O **beneficiários D**, revelava: “participo apenas como colaborador”.

Observa-se que os dados demonstram que os beneficiários da ACE II não conseguem se visualizar dentro do processo em que são desenvolvidas as atividades. Porém, segundo a política de extensão UFAM (2007) em sua diretriz número cinco, urge o reconhecimento do saber popular e da importância da troca entre este e o saber acadêmico, pois,

a troca entre o saber acadêmico e o saber popular potencializa a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à sistematização do conhecimento e transmissão dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação da comunidade em face da atuação da universidade. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabilizar uma relação transformadora entre universidade e sociedade;

Fica a seguinte questão para a reflexão: como haverá troca de saber e interação entre universidade e sociedade, se os beneficiários não são informados das atividades, da organização, dos processos de avaliação e planejamento? É preciso que se desenvolva um projeto pedagógico como afirma Veiga (2001, p. 11) que apresente as seguintes características, quais sejam:

- a) "ser processo participativo de decisões;
- b) Preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) Explicitar princípios baseados na autonomia (...), na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.
- f) Nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- g) Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- h) Ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade (...);
- i) "ser construído continuamente, pois como produto, é também processo".

Falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é o diálogo entre as partes, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas. Portanto, urge a necessidade de mudanças, para que

os maiores interessados dessa atividade sintam-se dentro do processo. Nesta perspectiva a pesquisa em tela, visa apenas contribuir para o crescimento e aperfeiçoamento das atividades de extensão, e entende que se existe alguma dificuldade enfrentada pelo projeto é imprescindível que a mesma seja aprimorada.

Neste ponto, destaca-se a importância da avaliação que remete a um passo para a de tomada de decisão, assim, compete aos projetos criar meios para que os mesmos possam ser colocados em prática, visto que todo programa ou projeto deve ser avaliado não como a visão de controle e penalidade, mas como ponte para a aprendizagem a partir de seus pontos positivos e frágeis..

Corroborando que essa concepção é correto afirmar que a extensão universitária enquanto um processo educativo que prima pela transformação social encontra-se intimamente vinculada ao ato de avaliar.

. Diante de tais colocações sobre extensão universitária, categoria central dessa pesquisa, buscou-se desvelar o entendimento dos beneficiários sobre a mesma. Assim, os gráficos abaixo revelam:

Foi comunicado que este projeto e de extensão universitária?

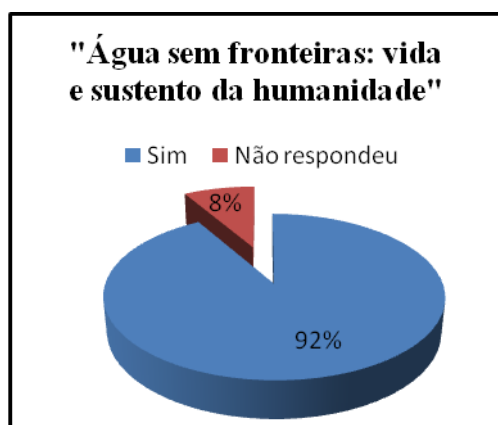


Gráfico 41 – Foi comunicado que este projeto é de extensão universitária? ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

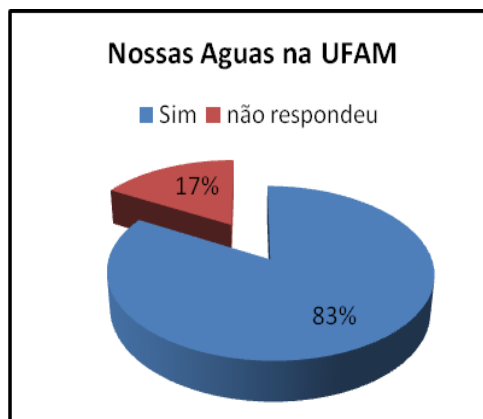


Gráfico 42 – Foi comunicado que este projeto é de extensão universitária? ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Assevera-se, diante dos gráficos mais de 80% tinham conhecimento de que o projeto se tratava de uma ação extensão universitária, o que é altamente relevante, pois indica que a universidade está conseguindo ser identificada por meio de seus muitos programas e projetos de extensão.

Outro ponto a ser destacado é que ambas ACE's ao trazer a temática meio ambiente, de grande relevância social, o que implica em mudança de comportamento e conseqüentemente em transformação social, visto que o trabalho nas comunidades são imprescindíveis para fortalecer o processo de sensibilização acerca de um saber ambiental. Neste sentido, .

[...] as universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem os problemas ambientais captando os problemas a partir das bases e devolvendo a elas o saber elaborado para sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. (LEFF, 2001, p. 221).

É nessa perspectiva de trabalho que as questões encontradas nas comunidades devem ser superadas, em detrimento de um trabalho meramente técnico. É necessário que se busque nas raízes, as soluções pertinentes advindas dos agravos ambientais. É nisso que consiste as atividades da extensão universitária, pois a educação ambiental “[...] deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 2006, p. 10). É dentro dessa proposta que o PACE deve atuar.

Em razão dessa perspectiva coube perguntar aos beneficiários se estes gostaram da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão acerca desta temática (meio ambiente). Assim, os gráficos abaixo revelam:

**Você gostou da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão na temática
Meio Ambiente?**

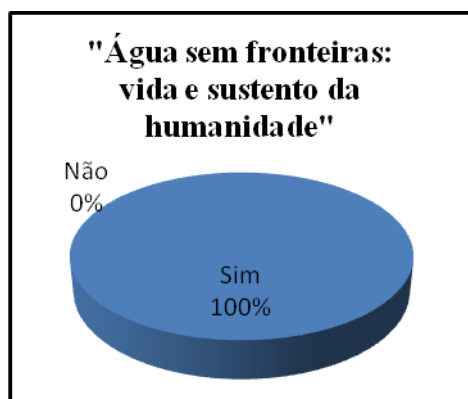


Gráfico 43 - Você gostou da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão na temática Meio Ambiente? ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

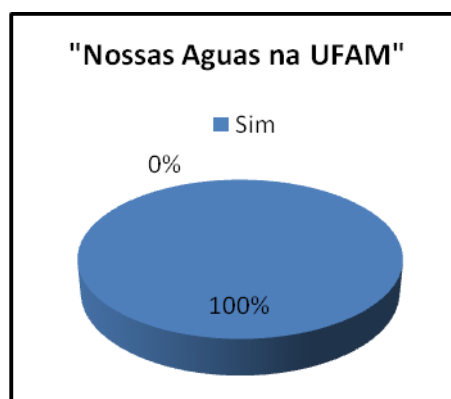


Gráfico 44 - Você gostou da iniciativa da UFAM em realizar um projeto de extensão na temática Meio Ambiente? ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

De forma majoritária 100% dos beneficiários das ACE's afirmam que foi importante debater e levar ações de extensão universitária sobre o tema meio ambiente. Assim, percebe-se que se faz necessário trazer o debate sobre a questão ambiental, pois é uma temática que integra todos, já que ninguém é exterior a tal discussão. Além disso, dando uma maior consistência a esses dados quantitativos as falas abaixo revelam a importância de se debater e refletir sobre esta questão junto aos beneficiários, pois segundo os discursos isto foi de extrema importância e relevância .

Porque fomos a lugares que não conhecíamos e eles nos incentivaram a cuidar do ambiente. **(Beneficiário B, ACE I)**

Porque é importante, a gente aprende que não se deve jogar lixo no chão, etc. **(Beneficiário C, ACE I)**

Porque nos ensinou sobre como é importante zelarmos pelo meio ambiente. **(Beneficiário J, ACE I)**

Hoje a propositura de temáticas ambientais é questão *sine qua non* para elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável. **(Beneficiário A, ACE II)**

Questão ambiental é de interesse de todos nós. Trabalhamos numa instituição localizada numa área verde extensa. Temos um papel importante no processo de humanização do nosso local de trabalho. **(Beneficiário D, ACE II)**

O meio ambiente diz respeito a todos nós. Pois, se não acordarmos para preservá-lo e implementá-lo corremos o risco de diminuir nossa qualidade de vida, como vem acontecendo. É muito animador saber que alunos estão envolvidos neste processo. **(Beneficiário F, ACE II)**

Depreende-se dos discursos anteriores que as ACE's trazem uma temática que se constitui em interesse de todos, visto que os alunos da ACE I são categóricos em suas falas, afirmando o impacto das atividades na vida deles e ainda a reflexão que as atividades o levaram a fazer. E não diferente os beneficiários da ACE II, afirmam da importância de se trazer essa discussão à luz do conhecimento de todos, para a partir daí propor as mudanças através de políticas de desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que PACE não traz apenas a temática Meio Ambiente, já que é um programa que desenvolve trabalhos com 08 áreas temáticas, que já foram enumeradas anteriormente nesta pesquisa.

Diante do exposto, procurou-se inquirir aos beneficiários como estes avaliam as atividades desenvolvidas pelas ACE's. Assim, os gráficos abaixo revelam a seguinte percepção:

O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvido pela UFAM?



Gráfico 45 – O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvido pela UFAM? ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

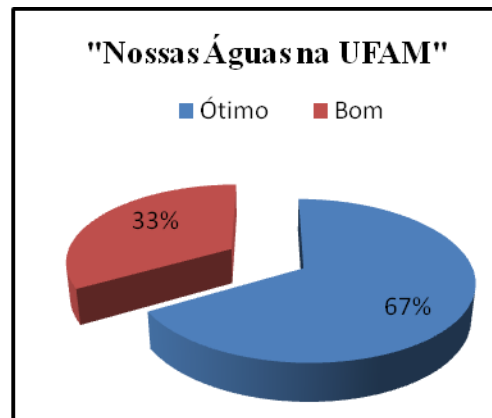


Gráfico 46 – O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvido pela UFAM? ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

A Extensão Universitária se coloca como prática acadêmica, indissociável do ensino e da pesquisa, que objetiva interligar a universidade com as demandas da sociedade. (**POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, 2009). São dentro dessa perspectiva política que estão distribuídos os objetivos do PACE, já citados anteriormente. De acordo com os conceitos apresentados pela maioria dos beneficiários de ambas ACE's consideram "ótimo" o Programa, para 100% dos beneficiários da ACE I e 67% dos beneficiários da ACE II. Contudo, importa destacar que para 33% dos beneficiários da ACE II essas atividades são "boas".

Ressalta-se que o conceito apresentado pelos beneficiários revela a importância que os programas de extensão possuem em seu interior, todavia, é prudente destacar que segundo coordenadora do PACE em Manaus "o programa não consegue preencher as 150 vagas destinadas e poucas Atividades Curriculares de Extensão apresentam continuidade, mesmo que seus resultados durante a primeira versão sejam positivos". Portanto, isto é um dado que necessita

ser revertido, por meio da difusão das atividades de extensão universitária entre discentes e docentes no sentido de fomentar a elaboração de projetos nas 08 áreas temáticas que compreendem o PACE e assim fortalecer o processo de ensino e pesquisa na formação profissional dos discentes, bem como externar o compromisso social da Universidade na atualidade.

Nesse sentido, urge uma maior divulgação e que se utilize de meios estratégicos para sensibilizar os docentes e discentes, no sentido que estes possam se envolver nos programas de extensão e reconhecer a importância da troca de saberes.

Prosseguindo inquiriu-se junto aos beneficiários quais os pontos fortes e frágeis das ACEs, portanto, o quadro abaixo revela a percepção desses sujeitos, quais sejam:

Pontos Fortes Apresentados Pelos Beneficiários Das Ace's "Água Sem Fronteiras: Vida E Sustentabilidade Da Humanidade" E "Nossas Águas Na UFAM"			
Beneficiário B ACE I	Nos ensina a preservar o meio ambiente; nos levaram para fazer vários passeios; eles explicam bem.	Beneficiário A ACE II	Interação; amplitude; abrangência.
Beneficiário C ACE I	Desperta a consciência da importância da água e do meio ambiente	Beneficiário B ACE II	Melhoria do prédio; melhoria da assistência.
Beneficiário E ACE I	Conhecimentos; conscientização; mudanças de hábitos.	Beneficiário E ACE II	Trabalho em equipe; troca de conhecimentos; interação docente-administrador.
Beneficiário F ACE I	Despertar o conhecimento; a importância do meio ambiente; despertar a consciência de cada um dos alunos.	Beneficiário G ACE II	Competência; união do grupo; participação dos envolvidos.
Beneficiário G ACE I	Criaram passeios, fomos para o parque do Mindu; ensinam sobre o meio ambiente; ensinam que a água é importante.	Beneficiário H ACE II	Temática do meio ambiente; Pesquisa / Ação

Quadro 20 – Percepção dos beneficiários pesquisados acerca dos pontos fortes e frágeis das ACE's.
Fonte: Pesquisa de campo, mês e ano.

Depreende-se do quadro acima que os pontos positivos nos leva a refletir que as ACE's trazem de benefícios ao seu público-beneficiário, e como estão sendo disseminados em

decorrência das ações do PACE. O quadro acima destacou falas de 05 (cinco) beneficiários de cada ACE. Nesse sentido, observa-se que as ações despertam a consciência, trazem a reflexão, interação entre a equipe com a comunidade, troca de conhecimentos, melhoria na qualidade de vida dos beneficiários e acima de tudo mudanças de hábitos, consequência essencial quando se trata do tema ambiental.

A Programa Atividade Curricular de Extensão proporciona, debate sobre a questão ambiental, dissemina o saber universitário e proporciona mudanças de paradigmas, de atitudes. Levando-nos a refletir que a crise ambiental se dá nas relações sociais que foram construídas historicamente, é necessário compreender as inter-relações existentes, pois estes representam a base dos problemas ambientais.

Portanto, é nisso que se constitui o papel da Universidade, o de promover e democratizar o conhecimento, “[...] existe uma estreita relação entre pesquisa, docência, difusão e extensão do saber” (LEFF, 2001, p. 220). Além disso, este autor chama atenção para as várias formas de disseminar o conhecimento, através de um conhecimento articulado, pois a extensão universitária é espaço privilegiado para tal.

Nesse sentido, procurando desvelar acerca dos pontos frágeis das ACE's a partir do “olhar” dos beneficiários. Portanto, apresentam-se os seguintes discursos.

Levou poucos alunos para os passeios; Deveriam ter realizado mais passeios; **(Beneficiário F, ACE I)**

Faltou falar mais sobre o meio ambiente; **(Beneficiário L, ACE I)**

Dificuldades na concretização dos objetivos do projeto, devido ao fato de que o mesmo depende da boa vontade de outrem. **(Beneficiário B, ACE II)**

Tema muito abrangente; faltou maior divulgação do projeto **(Beneficiário E, ACE II)**

As falas dos alunos da ACE I, revelaram alguns pontos frágeis, como, por exemplo: a) consideram que o conteúdo passado foi pouco; b) realização de mais passeios. Destaca-se que esses pontos levantados pelos alunos se confirmam na fala da **professora coordenadora** do projeto que afirmou “foi pouco tempo para o desenvolvimento do projeto”.

Nesse sentido, os beneficiários da ACE II também apresentaram poucos pontos frágeis, porém relevantes, pois as atividades da ACE “Nossas Águas na UFAM” priorizaram, no segundo semestre de 2009 suas atividades no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS). Porém, para o cumprimento de metas do projeto, é imprescindível que se faça articulações, especialmente com a Prefeitura do Campus Universitário (PCU) e Reitoria, tais articulações demandam tempo, e portanto justifica a fala do **Beneficiário B, da ACE II**, pois o tempo de realização da ACE é de apenas um semestre.

Outra fala que vale destacar diz respeito à divulgação do projeto, (**Beneficiário E, ACE II**), pois ao procurar o locus priorizado pela ACE II, foi possível perceber a falta de conhecimento do trabalho desenvolvido pela sua equipe técnica, por parte dos funcionários do CAIS. Fica neste relatório como proposta, uma maior divulgação e disseminação das atividades no sentido de proporcionar um maior conhecimento por parte dos sujeitos beneficiários desta ACE.

Afirma-se que quando um trabalho está bem planejado e bem avaliado por todos e especialmente pelo sujeitos dos projetos desenvolvidos pelo PACE, é necessário que tais projetos sejam contínuos e possam cada vez mais desenvolver propostas de melhorias para o seu público em conjunto com eles. Portanto, como os sujeitos percebem essas atividades? E será que estão satisfeitos com os trabalhos desenvolvidos? Buscando respostas para tais questionamentos perguntou-se aos beneficiários se estes seriam favoráveis a renovação da ACE. Os gráficos abaixo revelam a seguinte percepção:

Você é favorável que a ACE a qual participa deve ser renovada?



Gráfico 47 – Você é favorável que a ACE I seja renovada?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010



Gráfico 48 – Você é favorável que a ACE II seja renovada?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

De acordo com os gráficos há um grande número de beneficiários que são favoráveis que ambas ACE's sejam renovadas e continue desenvolvendo suas atividades, visto que 92% dos beneficiários da ACE I, bem como para 67% dos beneficiários da ACE II são favoráveis a renovação das ACE's. Todavia, importa destacar que 8% dos beneficiários da ACE I e 33% dos beneficiários da ACE II "não responderam". Dando qualidade a esses dados apresenta-se os seguintes discursos referentes a essa questão:

Porque é um projeto que nos ensina sobre o ambiente e como preservá-lo no nosso dia-a-dia. **(Beneficiário H, ACE I)**

Porque tem algumas pessoas que não aprenderam, mas vão aprender quando a ACE renovar. **(Beneficiário K, ACE I)**

Esse projeto trouxe conhecimento e despertou nos alunos a importância da relação homem/meio ambiente em harmonia. **(Professora de Geografia dos alunos participantes da ACE I)**

Porque apresentou resultados exitosos. **(Beneficiário A, ACE II)**

Há muito o que fazer pela "nova casa" e a partir disso contribuir para que outros cresçam nesse conhecimento e mudem de atitudes e comportamentos.

(Beneficiário B, ACE II)

Claro, pois assim estaremos dando condições a outros alunos e professores a participarem deste projeto. **(Beneficiário D, ACE II)**

Ao destacar as falas, percebe-se que as ações do PACE vêm trazendo reflexões e preocupações quanto àqueles que ainda não tomaram conhecimento da importância de se preservar o meio ambiente, confirmado no depoimento do **Beneficiário K, da ACE I** e **Beneficiário B, ACE II**. Esta reflexão é muito válida para que outros também comecem a repensar o meio ambiente, não como algo solto, mas numa interação homem-natureza, explicitado pela fala da **professora dos alunos da ACE I**.

Destarte, é lícito destacar os princípios básicos da Educação Ambiental, conforme Art. 4º da PNEA são:

- I- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III- o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI- a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Portanto, diante dos princípios apresentados, pode-se analisar de forma positiva a importância dos programas e projetos de extensão universitária voltados para a questão

ambiental. Assim sendo coube pedir aos sujeitos beneficiários do PACE, que avalie as as ACE's que fizeram parte. Vejamos o que nos revela os gráficos abaixo:

Como você avalia o projeto o qual participa?

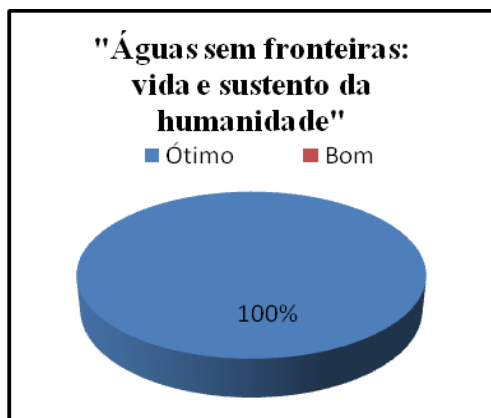


Gráfico 49 – Como você avalia a ACE I?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

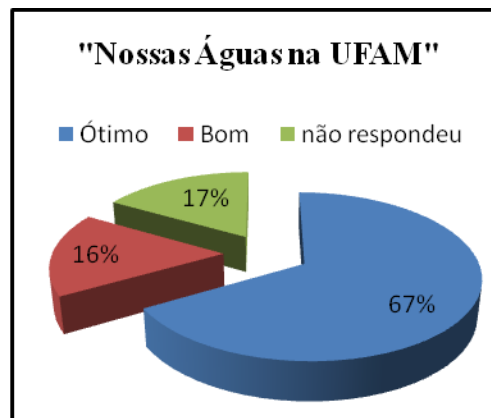


Gráfico 50 – Como você avalia a ACE II?
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Majoritariamente (100%) dos beneficiários da ACE I avaliaram como “ótima” a ACE “Água sem fronteira: vida e sustento da humanidade, isso se constitui num importante mérito para os idealizadores e equipe técnica, conceito expresso nos comentários dos beneficiários. A ACE II, “Nossas Águas na UFAM” também foi bem avaliada pelos beneficiários, mesmo não havendo unanimidade dos beneficiários, pois 67% dos beneficiados avaliam esta ACE como “ótima”, 16% como “bom” e 17% “não responderam”. Destaca-se que a efetividade é visível de ambos projetos, especialmente nos depoimentos da **professora de geografia dos alunos, ACE I. e do Beneficiário B, ACE II.**

Percebi que os alunos começaram a colocar em prática muito do que foi transmitido. **(Professora de geografia dos alunos da ACE I)**

Porque é um projeto muito bom, ele nos alertou sobre o meio ambiente e nos lembrou da sua importância. **(Beneficiário C, ACE I)**

Porque é um projeto bem organizado e nos ensina sobre o ambiente e desperta nossa consciência. **(Beneficiário G, ACE I)**

Há interação da equipe e dos parceiros. Tem efetividade social e é de fato propositivo. **(Beneficiário B, ACE II)**

Aprendi coisas novas, pude entender um pouco mais sobre o funcionamento do CAIS e sua relação com o meio ambiente. **(Beneficiário D, ACE II)**

Porque esse projeto tem que ser implantado em outras unidades. **(Beneficiário E, ACE II)**

Mesmo diante da avaliação positiva por parte dos beneficiários, cabe saber se algo precisa ser melhorado, já que as avaliações são traduzidas em melhorias e mudanças em projetos e programas, visto que avaliar é importante para todos os envolvidos nas ACE's, para assim a partir do "olhar avaliativo", aperfeiçoar as suas ações a serem implementadas. Assim, sob esse prisma inquiriu-se os beneficiários se a ACE necessita ser melhorada. Vejamos o que nos demonstra os gráficos abaixo:

Na sua opinião o projeto precisa melhorar suas atividades?



Gráfico 51 – O projeto precisa melhorar suas atividades? ACE I
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

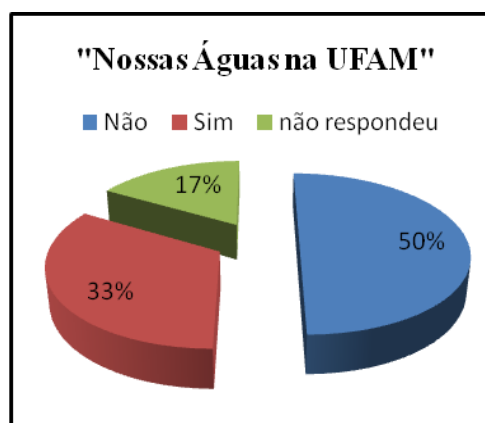


Gráfico 52 – O projeto precisa melhorar suas atividades? ACE II
 FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se dos gráficos acima que para 92% dos beneficiários da ACE I as ações “não” necessitam ser melhoradas, sendo que para 8% “sim” essas ações necessitam ser melhoradas. Já para 50% dos beneficiários da ACE II as ações “não” necessitam ser melhoradas e para 33% “sim” urge que se melhore as atividades desenvolvidas, assim como chama atenção pe percentual de 17% que não responderam.

Ademais, objetivando dar qualidade aos dados anteriores destacam-se as seguintes falas relacionadas acerca desta questão:

Já existe um desempenho enorme por parte das pessoas que participam do projeto. **(Beneficiário C, ACE II)**

Há sempre coisas novas a aprender. Inovar, as pessoas mudam, o conhecimento é dinâmico. **(Beneficiário D, ACE II)**

Existe uma frase que diz: “Nada é tão bom que não possa ser melhorado”. Baseado nisso, acho que o projeto poderá ser melhorado com maior divulgação. **(Beneficiário F, ACE II)**

As falas acima se coadunam com os dados apresentados nos gráficos anteriores por ressaltam que é sempre plausível trazer melhorias para o interior das ACE’s, pois refletirão na vida dos sujeitos, conforme fala do **Beneficiário D**. E ainda, o **Beneficiário F**, bem como ressalta da importância de maior divulgação do projeto.

Porém, a metade dos beneficiários foram favoráveis que a ACE II está muito bem e que estes já dispensam um enorme desempenho na realização de suas atividades, conforme depoimento do **Beneficiário C**.

Dando prosseguimento, destaca-se que participar de programas e projetos de extensão universitária exige mudança de vida, de atitudes, de consciência, que por meio do diálogo da traça de saberes visa a quebra de preconceitos e fomenta a transformação a partir do

reconhecimento dos valores e das diferenças. Assim, ressalta-se o potencial da extensão universitária que a partir da possibilidade do mergulho na realidade dos sujeitos, ou melhor, do cotidiano que é permeado por inventos, saberes e sentimentos, impregnados de reinvento, resistência, onde os sujeitos criam e recriam sua história, através de movimentos singulares e coletivos e não aceitam imposições de conhecimentos, pode edificar um conhecimento preñado de possibilidades, bem como consciente dos seus limites.

Cientes de tal perspectiva inquiriram-se aos beneficiários se participar da ACE mudou sua vida. Vejamos o que nos revela o gráfico abaixo:



Gráfico 53 – O que mudou na vida do beneficiário da ACE I
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

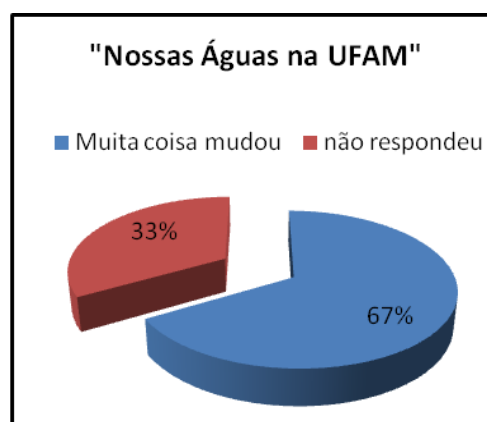


Gráfico 54 – O que mudou na vida do beneficiário da ACE II
FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Os gráficos revelam que para 83% dos beneficiários da ACE I “muita coisa mudou”, sendo que para 17% destes beneficiários “nada mudou”. No que se refere aos beneficiários da ACE II, 67% afirma que “muita coisa mudou” sendo que 33% “não responderam”. Assim, pode-se inferir que esses sujeitos revelam um sentimento de mudança na vida a partir das atividades desenvolvidas, trazem em sua maioria, a transformação, com os conhecimentos adquiridos de forma democrática, por meio de uma ação extensionistas, entendida como uma via de mão dupla.

Além disso, é animador perceber que no final de um processo, aconteceram ganhos promissores e que permitem sua difusão, mesmo sabendo que muitas coisas precisam mudar para que esses frutos possam se multiplicar e advir de uma ação de extensão através de um programa como o PACE.

Para dar uma maior substância a essa afirmação perguntou-se aos beneficiários o que eles aprenderam com as ACE`s. O quadro abaixo revela o seguinte teor acerca desta questão:

	"ÁGUA SEM FRONTIRA: VIDA E SUSTENTO DA HUMANIDADE"		"NOSSAS ÁGUAS NA UFAM"
Beneficiário A	Passei a me preocupar mais com simples atitudes que podem contribuir para preservar o meio ambiente.	Beneficiário A	Muito sobre manejo e conservação dos recursos hídricos.
Beneficiário D	Eu comecei a economizar água, não jogar papel na rua e comecei a passar para meus parentes essas coisas sobre preservar o meio ambiente.	Beneficiário B	Que há grande interesse por parte daqueles que integram o projeto em si, porém grandes dificuldades impostas por aqueles que podem efetivar o projeto.
Beneficiário F	Porque às vezes eu jogava papel, cascas de bombons pela janela do carro, e hoje já não faço isso, porque sei que temos que preservar.	Beneficiário E	Ter mais atenção e cuidado naquilo que faço, no manuseio das coisas, em tudo que pode influenciar na preservação do meio ambiente..
Beneficiário G	Esse projeto me alertou mais sobre o meio ambiente e a não poluir.	Beneficiário G	Aprendi coisas valiosas para melhoria do meu trabalho.

Quadro 21 - Aprendizado dos beneficiários a partir da ACE.

FONTE: Pesquisa de campo, 2010

Depreende-se do quadro acima que os beneficiários relatam que este aprendizado se deu por meio de mudanças de atitudes que podem fazer a diferença no meio ambiente; difusão do conhecimento; alertas sobre o meio ambiente.

Na ACE II foi possível o aumento do conhecimento na temática Meio Ambiente; dos interesses por parte da equipe técnica e dificuldades para o cumprimento de objetivos; cuidados com atitudes voltadas para a preservação ambiental; conhecimentos no sentido de melhoria no trabalho.

Ademais, as falas expressam que o trabalhos das ACE's foi proveitoso. Neste sentido, Loureiro, Azaziel e Franca, (2003-a: 12) afirma que:

[...] uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento da produção social, inclusive dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais.”

A assertiva acima nos leva a refletir que os vários segmentos da sociedade devem participar cada um com o seu papel. Mas, para que isso aconteça, deve-se decidir antecipadamente uma intencionalidade estratégica de disseminação dos conhecimentos imprescindíveis para que a sociedade como um todo possa participar. Junto com essa intencionalidade devemos aplicar (e/ou desenvolver) metodologias de universalização e compartilhamento dos princípios, postulados e processos de aprendizado que uma humanidade ecologicamente responsável precisa.

Para finaliza, após tudo o que foi demonstrado acerca das Atividades Curriculares de Extensão – ACEs que estão sob o foco da avaliação de impactos no presente pode-se afirmar que a extensão universitária se constitui numa importante ferramenta para contribuir com a construção de uma sociedade mais equânime, numa perspectiva mais cidadã, em que os homens-cidadãos sejam realmente empoderados.

Assim, a extensão universitária perpassa e adentra o ensino e a pesquisa, pois extensão ensina e pesquisa com relevância social, mas não só. Extensão Universitária trabalha na concepção de transformação social, visando à melhoria da qualidade de vida do cidadão, visto que “só se faz o ensino e a pesquisa com o fazer da extensão” (FARIA, D. S, 2001).

. Portanto, afirma-se que pesquisar é uma construção que se faz aos poucos, com caminhos que possibilitem encontrar o *novo*, e mais que isso, desvelar o velho, o real mascarado, a partir do concreto pensado, todavia, sempre cômicos que a cada desvelamento, a cada encontro encontra-se o provisório, pois esse processo é inesgotável, portanto permeado por prazeres e desafios na busca por se construir um conhecimento útil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O realismo da brutalidade não é o suficientemente realista, pois dentro do real se dão também o potencial e o utópico, como dimensão do real e não sua negação, que nos abrem a perspectiva do futuro e constroem o horizonte utópico que gera forças de construção e de acolhida do novo e do ainda não experimentado.

Boff

Compreende-se que o ato de pesquisar é por vezes muito solitário, o pesquisador se depara com realidades que lhe dizem respeito, inerentes à sua vivência e sobrevivência, o tema Meio Ambiente não é somente abrangente, é planetário, é integral, é plural. Não se pode cogitar que se mudem as condições de vida de um único ser, porém se muda o ser, o transforma e se metamorfoseia a partir de reflexões de sua realidade.

Ao adentrar nas particularidades da pesquisa, um emaranhado de mutações advém, realçam os anseios e aspirações e se busca no real desvelado, um leque de alternativas para realizações que se traduzem em avanços consideráveis na vida e na qualidade de vida dos mais variados seres humanos.

Nesse sentido, é lícito dizer que o PACE desperta vidas e aponta caminhos, através de uma simples atividade, que da sua simplicidade, fala a língua do sujeito, e traça com este um debate harmonioso e respeitoso no sentido de promover sua emancipação, apontando as verdades que cercam sua realidade.

Desse modo é importante frisar que ambas as atividades do Programa, falam da água, de sua importância e que talvez seja o único recurso natural que permeia a vida de todas as

civilizações existentes, dos mais diversos valores culturais e religiosos que perpassam a sociedade.

Portanto, a água é fonte de vida. Não importa que se viva nas mais longínquas aldeias, que possua muitas ou raras posses, mas que todos dela precisam. Isso importa. Apesar desse ponto em comum no homem, ainda não é comum o pensar, o refletir sobre a importância desse recurso para a sobrevivência humana.

É nisso que consiste a extensão universitária, proporcionar esse refletir aos mais diversos sujeitos e disseminar, através destes, reflexões acerca das realidades, no sentido de alcançar a efetividade necessária na vida de seu público. A beleza que a extensão universitária possui em seu bojo se faz tão relevante que além de proporcionar mudanças nas vidas dos sujeitos, valoriza o saber destes e perpetra o enriquecimento da Universidade.

Estes enriquecimentos trazidos à Universidade-Sociedade devem ser traduzidos em constantes aprimoramentos desta relação, através da avaliação. Esta deve constar na pauta dos planejamentos realizados dos projetos e programas da extensão. A Avaliação de impactos sociais se reporta aos resultados, os finais, o ex-post.

Este tipo de avaliação traduz-se em impactos do Programa no sentido amplo, onde envolve o aspecto político, econômico e social, com objetivos expressos de melhoria de qualidade de vida, que é a efetividade.

Ressalta-se que é através da avaliação de impactos sociais, categoria de maior importância desta pesquisa, que se permite o aprimoramento dos Programas de Extensão Universitária. Porém, não nos cabe nesta pesquisa lançar mão do conceito de avaliação para apontar os possíveis erros cometidos nas atividades do PACE para de modo “arbitrário” criticar sem apontar meios que visam o contínuo aperfeiçoamento.

E diante disso, é importante assinalar algumas inquietações que surgiram no decorrer desta análise, visto que, a partir de falas e depoimentos coletados através da pesquisa documental e de campo, foi possível perceber que:

- O Programa não consegue preencher as 150 vagas destinadas às ações de extensão. Isso se constitui num dado muito sério, se levarmos em consideração o potencial que o PACE tem e o que ele proporciona na vida do seu público, cabe diante disso propor que a Coordenação do PACE encontre meios de divulgar suas ações, através dos vários eventos realizados pela Universidade Federal do Amazonas e ainda buscar estratégias que visem a sensibilização de docentes e discentes, para que ambos possam valorizar e entender a importância do Programa para o crescimento da Universidade e conseqüentemente da sociedade.
- Outro ponto apresentado, diz respeito à falta de realização de capacitação por parte do Programa, pois é necessário que a extensão universitária proporcione a capacitação das temáticas apresentadas, para um melhor entendimento das mesmas por parte daqueles que vão realizar as atividades e que trabalham com o programa, envolvendo estagiários, bolsistas e funcionários do PACE.
- O Programa deveria ter em seu bojo um processo de acompanhamento das atividades, de forma organizada e sistematizada, visto que foi percebido que falta interação entre o Programa e suas atividades. Uma proposta seria a realização do 2º Seminário de Avaliação, tendo em vista que o primeiro ocorreu em 2008 e que passasse a ser anual.
- Por meio dos projetos, foi possível perceber que algumas atividades são realizadas em comunidades muito distantes da UFAM, isso implica numa dificuldade de

locomoção, principalmente por parte dos discentes. Seria viável que o Programa pudesse verificar a possibilidade de disponibilizar transporte, através da Universidade especialmente às comunidades longínquas.

- Na oportunidade, verificou-se ainda que uma das ações não realiza planejamento do projeto com a comunidade. Ora são estes os sujeitos principais desta ação e, portanto é prudente que se faça o planejamento com os mesmos. O que se poderia fazer frente a essa realidade é que ao apresentar o termo de consentimento à comunidade, a equipe técnica pudesse realizar neste momento o planejamento em conjunto com os beneficiários.
- Vimos ainda que ao chegar *in lócus* em uma das atividades, foi claro o não conhecimento da comunidade em relação às atividades da ACE, percebeu-se que apenas gestores sabiam falar mais profundamente sobre o projeto que estava sendo desenvolvido naquela instituição. Cabe, portanto propor que se realizem dentro dos espaços trabalhados atividades disseminadoras e informativas que possam envolver todos os beneficiários do projeto.
- Cabe então salientar que não se perca o “foco” do Programa e que as atividades possam ter um cunho pedagógico e ainda, que permitam difundir a educação ambiental dentro das comunidades trabalhadas. E que esse público precisa ser cada vez mais abrangente em detrimento de um público restrito.
- Em vista de tudo o que já foi apresentado, considerando a relevância da temática apresentada pelas Atividades Curriculares de Extensão, que se promova, por parte do Programa, incentivos para que estas ações sejam contínuas, tendo em vista a difusão democrática de saber que são capazes de proporcionar à Sociedade e Universidade.

Em suma, a pesquisa foi importante para perceber que o PACE e suas atividades têm uma grande relevância social, tendo em visto sua amplitude e o que este vem realizando desde a sua emergência. E para se chegar ao desvelamento do real aqui apresentado, implicou-se num caminho árduo percorrido, por vezes solitário, mas também gratificante e compensador, pois fez da autora amante da pesquisa e conhecedora da sua grande importância.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural. [Os Pensadores], 1974.

ARRETCHE, Marta T. S. “Tendências no estudo da avaliação”. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão de debate**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In MARTINELLI, M. L. (org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Vozes, 1999.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 4. Ed, Petrópolis: Vozes, 2001

BARROS, Aidil de Jesus Paes de, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BEHRING, Elaine. Fundamentos de Política Social. In: **Abordagens da Política Social e da Cidadania**, Módulo 3 – Política Social, Programa de Capacitação para Assistentes Sociais, Capacitação em Serviço Social e Política Social, CEAD, UNB, 2000.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia da Costa. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortes, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 1997. 436p.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1987.

Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)

FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. 185 p.

FERNANDES, JOSÉ CARRERAS e RAIMUNDO GARRIDO. **Economia dos recursos hídricos**. 2002. 457p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSAO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Organização e sistematização/. Belo Horizonte: Coopmed, 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997

GANDIN, Danilo. **O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa**. Disponível em: [www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_\(completo\).doc](http://www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_(completo).doc). Acessado em: 20/06/2010.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. 4ª edição, São Paulo: Atual, 1998. (Série meio ambiente).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000

Jornal da ASSUA (2003).

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. In REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

_____ **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder;** tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B., AZAZIEL, M. e FRANCA, N. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibama/Ibase, 2003-a.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação Ambiental Transformadora*. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004 (p.65-84).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (p.102 a 119)

LUCKESI, Cipriano, COSMA, José, BAPTISTA, Naidison. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

- MAGRINI, Alessandra. **Gestão Ambiental**. PPE/ COPPE/ UFRJ, 2001. (Apostila de Curso)
- MEDINA, M.G. & AQUINO, R. (2002) Avaliando o Programa de Saúde da família. In: Sousa, M.F. (org). *Os sinais vermelhos do PSF*. São Paulo, Hucitec, p.135
- MELO NETO, J.F. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- MELO, VANDERLEY DE OLIVEIRA e JOSÉ MARTINIANO DE AZEVEDO NETO. **Instalações prediais hidráulico-sanitárias**.1990.185p.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.
- MOHR, Lawrence B. *Impact Analysis for Program Evaluation*. London: Sage Publications, 1995
- MOTA, Ana Elizabete da.**Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2000. p. 23-44
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel(org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas** Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000.
- PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC), (1998, p. 189).
- PINTO, Carla, “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social* – Lisboa: ISCSP
- PLANO NACIONAL DE EXTENSAO **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC**, 2000/2001.
- PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001.
- POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2007.

POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. XXVI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX.Rio de Janeiro . novembro de 2009

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, (1999).

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação ambiental.** São Paulo, Cortez, 2001.

Relatório Urbano Ambiental Integrado (2002)

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs.** São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

SACHS, IGNACY. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** [Elimar Pinheiro do Nascimento](#) | [João Nildo Vianna \(Org.\)](#). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SATO, Michele, PASSOS. Luis Augusto, KEIM. Ernesto Jacob, MALDONADO. Carlos Alberto. Desejos Ambientais: Buscando a liberdade nas vicissitudes de Eros e Thanatos. In: **Questões do Século XXI, tomo II** / José Eduardo de Oliveira Santos (coordenadores) – São Paulo, Cortez, 2003.

SETTI, A. A. (1996). **Legislação para uso dos Recursos Hídricos.** Viçosa: ABEAS/UFV/DEA, 64p.

SILVA, Márcia P. M. A arquitetura da extensão na Universidade Federal do Amazonas. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática.**São Paulo: Veras Editora, 2001.

TAMANES, R. **Estrutura da Economia Internacional,** Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1977.

TAUK, S. M. **Análise ambiental - uma visão multidisciplinar.** São Paulo, Editora Unesp/Fapesp, 1991, p. 150.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2000, 108 p.

TORO, J. B. & WERNECK, N. M. D.), Mobilização Social. **Movimento de Cidadania pelas Águas.** Brasília, Secretaria de Recursos Hídricos – MMA, 1997

TUNDISI, JOSÉ GALIZIA. **Água no século XXI: enfrentando a escassez.** 2003. 247p.

VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias** Vol. I. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, DESA-UFMG, 2ª edição, 1996, 243 p.

WEISS, Carol. *Evaluation. Methods for Studying Programs and Policies*. Upper Saddle River:Prentice Hall, 1998 (2nd ed.)

WHO. **The Elimination of Leprosy as a Public Health Problem: Status Report 2001**. Geneva: 2002, 62 p.

Consultas eletrônicas

www.ufam.edu.br/instituicao/pro_reitorias/proext/programasextensao.html: visitado em 18/01/2010

<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#missao> visitado em 19/01/2010

APÊNDICE

INSTRUMENTO Nº: _____

INSTRUMENTAL I: ROTEIRO DE ANÁLISE PADRÃO PARA APLICAÇÃO JUNTO A COORDENAÇÃO DO PROGRAMA.

I- PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome completo: _____

Função: _____

Tempo na função: _____

Sexo: () feminino () masculino

Nível de escolaridade:

() Ensino fundamental () pós-graduação

() Ensino Médio () Mestrado () Doutorado

II. IDENTIFICAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO:

Nome do Programa: _____

Início do programa: _____

Público alvo: _____

Qual o tempo mínimo e máximo de permanência do programa na comunidade:

Objetivos e metas do Programa:

III. QUAIS OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA:

- Assistência aos usuários
- Atendimento social
- Atividades pedagógicas
- Atividades culturais/ ou sócio- educativas

Quais os meios utilizados para a divulgação do Programa na comunidade acadêmica e não-acadêmica?

IV - INFRA-ESTRUTURA

1. Instalações: salas, acessibilidade, escritório auditório, ambulatório, quadra.

Recursos físicos:

2. Equipamentos e bens móveis existente no programa:

Qtd	Equipamento/ bem móvel

3. Necessidades de equipamentos e bens móveis para melhorar as ações do Programa:

4. Origem dos recursos do programa:

próprio Instituição externa Poder Público outros

Identifique-as:

5. Qual a disponibilidade de recursos financeiros para a concretização dos objetivos do programa?

Valor geral:

V. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. O Programa possui plano de trabalho?

() Sim () Não () Não Sabe

Justifique:

1. Se o Plano de Trabalho não foi executado ou só foi executado parcialmente, justifique as razões: (Resposta múltipla):

- Insuficiência de tempo;
- Problemas referentes ao desenvolvimento do programa/projeto vinculado (gestão do projeto, atraso nos recursos, indefinição das atividades/responsabilidades);
- Acúmulo de atividades;
- Frágil orientação/supervisão;
- Insuficiência de recursos humanos e materiais;
- Reorganização das ações/atividades;
- Limites impostos pela instituição/comunidade/público-beneficiado;
- Frágil participação/compromisso do aluno;
- Outros: _____

2. Existem relatórios das ações desenvolvidas pelo programa?

- Sim Não Não Sabe

3. Existem relatórios de avaliação das ações desenvolvidas pelo programa?

- Sim Não Não Sabe

Se positiva, qual a periodicidade?

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Bimestral |
| <input type="checkbox"/> Quinzena | <input type="checkbox"/> Semestral |
| <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Anual |

4. É feita algum redimensionamento das ações com base nos resultados obtidos no processo de avaliação?

- Sim Não Não Sabe

Justifique:

5. Qual a importância da participação do bolsista no processo de monitoramento e avaliação do programa?

() muito importante () importante () pouco importante () não é necessário

Justifique:

6. **Qual a importância do Programa para a sociedade amazonense?**

7. **Quais os impactos sociais obtidos na comunidade beneficiada pelo Programa?**

-
8. **Existem reuniões previamente estabelecidas pela coordenação do PACE e os coordenadores das ACE's?**

Sim **Não**

Em caso de positivo, com que periodicidade?

9. **Há algum evento que as ACE's podem compartilhar sobre as atividades que desenvolveram ou desenvolvem na comunidade?**

Sim **Não**

Em caso de positivo, que tipo de evento? Explique.

INSTRUMENTO Nº: _____

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO JUNTO
A COORDENAÇÃO, DOCENTES, DISCENTES, VOLUNTÁRIO DO PROGRAMA.**

I-Identificação

Função no programa:

Coordenador Geral Discente Voluntário

Tempo de atuação no programa: _____

Sexo: feminino masculino

Nível de escolaridade:

Ensino fundamental Especialização

Ensino Médio Mestrado

Nível Superior Doutorado

É beneficiado pelo programa com algum recurso financeiro?

Sim. – Bolsa pesquisador Bolsa de Extensão Bolsa Trabalho

Não

II- Infra-estrutura/ Planejamento:

1. Assinale sua avaliação quanto à suficiência dos elementos do quadro para o desenvolvimento do trabalho junto ao público do programa:

Justifique:

2. Há planejamento das atividades desenvolvidas pelo Programa Atividade Curricular de Extensão?

Sim Não Não Sei Não respondeu

Caso positivo, qual a periodicidade de planejamento das atividades do Programa?

Anual Semestral Trimestral Mensal Quinzenal Semanal

Outros

3. É feito algum redimensionamento das ações com base nos resultados obtidos no processo de avaliação?

Sim Não Não sabe

Justifique:

4. Os discentes tomaram conhecimento do Projeto (Plano de Trabalho) que deveria cumprir no programa/projeto vinculado?

Sim Não

5. Os discentes participam do processo de monitoramento e avaliação?

Sim Não

6. Qual a importância da participação do discente no processo de monitoramento e avaliação do Programa/projeto?

a) Muito importante b) Importante c) Pouco importante

d) Não é necessário

7. São realizadas capacitações para os profissionais/ docentes e discentes sobre as temáticas trabalhadas pelo programa?

() Sim () Não () Não Sei () Não respondeu

Caso positivo, citar uma capacitação realizada pelo programa:

8. Elenque cinco pontos fortes e cinco pontos frágeis das PACE:

N.o	Pontos Fortes	Pontos Fracos
1		
2		
3		
4		
5		

III. Avaliando a atividade de Extensão Universitária

1. Qual o seu entendimento de extensão universitária?

2. Quais os benefícios obtidos pelos beneficiários com as ações desenvolvidas pela Atividade Curricular de Extensão?

3. Como se dá a participação dos beneficiários no planejamento das ações do programa?

Na concepção? () Sim () Não

No desenvolvimento? () Sim () Não

Na avaliação? () Sim () Não

Não participa? () Sim () Não

4. Os usuários têm solicitado novas iniciativas do programa?

() Sim () Não

Caso positivo, Quais? _____

5. O programa contribui para que os docentes e discentes ampliem sua percepção da realidade dos beneficiários, indicando novas iniciativas a serem desenvolvidas?

() Sim () Não

Caso positivo justifique:

6. O programa contribui para a formação do perfil ou características do profissional que o(s) curso(s) multidisciplinares pretende formar? () Sim () Não

Caso positivo, Como:

7. Elenque as produções acadêmicas resultantes do programa nos últimos dois (02) anos: (AO COORDENADOR)

Itens	Quantidade	Títulos
Programa de Iniciação Científica/ PIBIC/ PIC		

Atividade Curricular de Extensão		
Apresentação Oral e/ou pôster		
Publicação de artigo e/ou resumo		
Outros		

8. O programa apresenta características interdisciplinares?

() Sim () Não

Caso positivo, quais as áreas de conhecimento que atuam no programa?

VI. Tecendo a Avaliação

1. Você sabe quais são os principais objetivos do Programa Atividade Curricular de Extensão?

() Sim () Não () Não fui informado

Caso positivo, Elenque-os:

02. Em que medida o Programa Atividade Curricular de Extensão alcança seus objetivos?

() Integralmente () Parcialmente () Não alcança

Justifique:

03. O apoio da Universidade, através da Pró- Reitoria de Extensão e Interiorização, ao programa é:

Suficiente Insuficiente

Justifique:

04. Considerando o potencial do programa assinale três (03) opções que considerar mais pertinentes, em ordem de prioridade.

O PACE:

Estimula a troca de experiências e saberes entre a equipe, os usuários, a comunidade.

Possibilita ao discente a aquisição de novos conhecimentos;

Desenvolve ações que integram ensino, pesquisa e extensão;

Avalia de forma crítica o processo de formação acadêmica;

Estimula ações interdisciplinares;

Articula as experiências adquiridas no projeto com a teoria.

Articula ações com outros programas e projetos.

Outro (s): _____

05. Considerando os limites de atuação do programa assinale três (03) opções que considerar mais pertinentes, em ordem de prioridade.

O PACE enfrenta:

- Problemas referentes a gestão (indefinição das atividades/responsabilidades dos membros da equipe);
- Recursos financeiros insuficientes para desenvolver o trabalho;
- Pouca capacitação da equipe;
- Fragilidade no planejamento das atividades;
- Demandas mal dimensionadas;
- Acúmulo de atividades;
- Frágil orientação/supervisão;
- Equipe reduzida;
- Problemas de infra-estrutura (espaço físico, equipamentos)
- Frágil participação/compromisso dos discentes - monitores;
- Outro(s): _____

06. As ACEs desenvolvem atividades que previnam a degradação ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável?

- Sim Não

Caso positivo, cite as atividades realizadas nesse sentido:

07. Quais os resultados alcançados pelo programa:

Na formação de profissionais:

Na vida dos comunitários:

INSTRUMENTO Nº: _____

**INSTRUMENTAL III: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTUTURADA PARA
APLICAÇÃO COM OS BENEFICIÁRIOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA**

I. Identificação

- Nome: _____
- Sexo:
() masculino () feminino
- Idade: _____
- Escolaridade:
() Iltrado () Ensino fundamental incompleto () Ensino médio
() Ensino Médio incompleto () outros: _____
- Data de participação no projeto: _____
- Bairro/ zona que mora: _____

II. Situação Sócio-Econômica

1. Qual o valor da renda familiar?

- () até 2 salários mínimos () de 2 a 4 salários mínimos () acima de 4 salários mínimos

2. Você reside:

- () Imóvel alugado () Imóvel próprio () Imóvel cedido

() outros _____

3. Quantas pessoas moram na mesma casa?

Vive só Com o conjugue + Filhos + netos Vive com o conjugue

vive com filhos e netos Outros_____

4. Em que tipo de casa/moradia você reside?

madeira alvenaria madeira com alvenaria

III. Infra-Estrutura / Planejamento

1. Aonde são realizadas as atividades?

na sua comunidade numa comunidade vizinha

outros_____

2. Você é chamado para fazer o planejamento do projeto?

sim não não respondeu

Se positivo, como?

3. Os responsáveis são preparados para desenvolver as Atividades?

sim sim, parcialmente não não sabe

Justifique:

4. Os responsáveis da ACE são suficientes para desenvolverem as atividades propostas pelo projeto?

sim não não sabe não respondeu

Justifique:

IV. AVALIANDO A EXTENSÃO

1. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?

sabe não sabe

Justifique:

2. Foi comunicado que este Programa é de extensão Universitária?

Sim Não Não sabe

Caso positivo, como?

3. Depois que você começou a participar do programa o que mudou em sua vida?

() nada mudou () muita coisa mudou () não sabe

Justifique:

4. O que você acha das atividades de extensão como o programa PACE que é desenvolvida pela UFAM?

() Bom () Muito Bom () ótimo

Justifique:

V. Tecendo a Avaliação do PACE

1. Elenque três pontos positivos e três negativos que você observa no PACE?

N.o	Pontos Positivos	Pontos Negativos
1		
2		
3		

2. Participa de avaliação do PACE?

sim não não sabe

Se positivo, como?

3. Como você avalia este Programa?

Muito Bom Bom Regular Insuficiente

Justifique:

4. Você gostou da iniciativa da Universidade em trazer um projeto de extensão para a comunidade?

sim Não Não sabe Não respondeu

Justifique:
